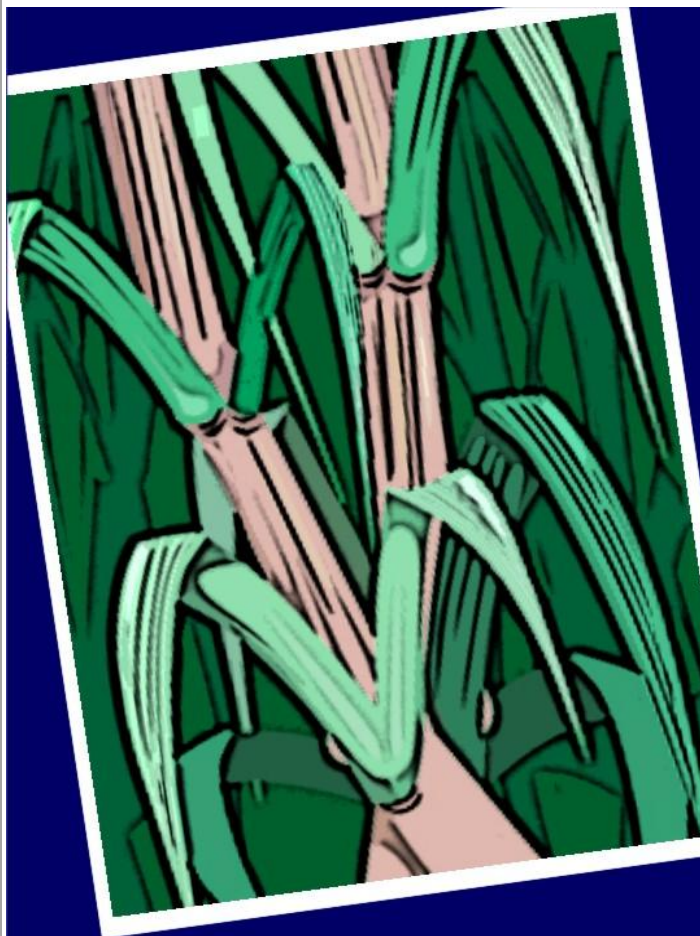




SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA



Prestação de Contas Ordinária Anual

**Relatório de Gestão
do Exercício de 2009**

Março/2010



SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília 31/março/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGPE - Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias

CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool

CGU – Controladoria Geral da União

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

DCAA - Departamento de Cana - de Açúcar e Agroenergia

DCAF - Departamento do Café

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

RG – Relatório de Gestão

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SPAEE - Secretaria de Produção e Agroenergia

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Tabela 1 - Programa 1409	12
Tabela 2 - Tipo da Ação - 2272.....	14
Tabela 3 - Tipo da Ação - 8542.....	15
Tabela 4 - Tipo da Ação - 2B18	16
Tabela 5 - Tipo da Ação - 8626.....	18
Tabela 6 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	20
Tabela 7 - Despesa por Modalidade de Contratação	21
Tabela 8 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	21
Tabela 9 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	22
Tabela 10 - Execução Orçamentária por Programa de Governo	23
Tabela 11 - Execução Física das Ações	24
Tabela 12 - Composição dos Recursos Humanos.....	25
Tabela 13 - Composição e Custos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	25
Tabela 14 - Restos a Pagar Processados.....	26
Tabela 15 - Detalhamento de Transferências	27

SUMÁRIO

ROL DE RESPONSÁVEIS	1
APRESENTAÇÃO	2
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	6
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	7
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
2.1.1 COMPETÊNCIA	7
2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.2.1. ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA	9
2.2.2. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO	10
2.3 PROGRAMAS/AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	12
2.3.1 RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES	12
2.3.1.1 Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia	12
2.3.1.1.1 AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	14
2.3.1.1.2. AÇÃO 8542 – ESTUDOS DAS POTENCIALIDADES DAS MATÉRIAS-PRIMAS	15
2.3.1.1.3. AÇÃO 2B18 – DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROENERGÉTICA	16
2.3.1.1.4. AÇÃO 8626 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A DIFUSÃO DA AGROENERGIA	18
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	19
2.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
2.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	19
2.5.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	19
2.5.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	19
2.5.4 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19
2.5.5 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	20
2.5.5.1 Análise Crítica	20
2.6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
2.6.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	21
2.6.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	21
2.6.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	22
2.6.4 Análise crítica da execução orçamentária	22
2.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO	23
2.7.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO	23
2.7.1.1 Análise crítica da execução:	23
2.8 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	24
2.8.1 Análise da Execução Física	24
2.9 INDICADORES INSTITUCIONAIS	24
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	25
3.1 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	25
3.2 Indicadores Gerenciais sobre RH.	26
5. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR	26
5.1 Análise Crítica	26
6. QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS	27
6.1 Análise Crítica	27
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	28
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	29

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: 130137			GESTÃO: 00001	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10				
AGENTE: MANOEL VIVENTE FERNANDES BERTONE			CPF: 924.161.958-91	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: SQSW Quadra: 101 – Bloco: “D” – Apto: 205 - Asa Sul				
MUNICÍPIO: BRASÍLIA	CEP: 90670-104	UF: DF	TELEFONE: 3218-2147	FAX: 3322-0337
CARGO OU FUNÇÃO: SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA				
DESIGNAÇÃO: 06 de Julho de 2007	DOCUMENTO: Portaria 747 – DOU de 09/07/07	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO: 01/01/2009 a 31/12/2009

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um Órgão do Poder Executivo do Brasil, com a competência de formular e implementar as políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, provendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão:

“ Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão:

“ Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, seguiu para elaboração do seu Relatório de Gestão/2009, as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU 389, de 21 de dezembro de 2009; Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009; Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009 e Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão – Versão atualizada em 16 de dezembro de 2009.

Diferentemente do ano passado, neste ano o Relatório de Gestão da SPAE está sendo apresentado na forma de Relatório de Gestão Agregado, haja vista prestarmos todas as informações inerentes ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ.

No que se refere aos Planos Internos – PÍ's, componentes dos Programas constantes da UJ Agregadora e Agregada, informamos que as respectivas Ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos respectivos planos de trabalho internos, e de acordo com as informações registradas no PPA 2008/2011.

Destacamos ainda, que os indicadores mencionados neste Relatório serviram de balizadores para avaliação dos Programas 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia e 0350 Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, os quais mereceram as seguintes considerações:

Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

A preocupação com uma matriz energética mais limpa e renovável entrou na agenda mundial. O Tratado de Kioto deixou isso bem claro, ao estabelecer metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para os países desenvolvidos. No Brasil, o álcool e o carvão vegetal já ocupavam posição de destaque. O mesmo se espera para o biodiesel num futuro próximo. Em função disso, foi necessária a estruturação de um plano de ações, visando a fomentar a agroenergia, de forma que ela se consolide como novo e importante negócio para a agricultura.

Nesse contexto, a agroenergia deverá ter como foco não apenas os combustíveis líquidos (álcool e biodiesel) e o carvão vegetal, como também os resíduos de biomassa agrícola (bagaço e palha de cana, casca de arroz, resíduos florestais, etc.), as gorduras residuais de frigoríficos e o biogás produzido a partir de dejetos. Em função disso, foi necessária a inclusão no Plano Plurianual de um conjunto de

ações, voltadas para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e fortalecimento do processo de transferência de tecnologias para capacitação dos produtores rurais, para que pudessem inserir nesse novo mercado, bem como, uma ação voltada para a promoção da cooperação internacional.

- Desempenho e resultados alcançados no Programa no exercício

A fim de aumentar a oferta de óleos vegetais e garantir a oferta de matéria-prima para a produção de biodiesel buscou-se desenvolver e apoiar um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas no país, como:

- I Circuito de Dias de Campos da Cultura do Pinhão Manso;
- I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão-Manso;
- 6º Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel;
- Treinamento sobre a Produção de Dendê;
- Capacitação Técnica no Cultivo Sustentável da Mamona;
- Workshop Sobre o Uso da Glicerina para consumo em alimentação animal;
- Realização de um estudo em parceria com a Embrapa Agroenergia e Cerrados visando o mapeamento de macrorregiões de ocorrência natural de Macaúba (*Acronomia aculeata*) nos estados de Minas Gerais e Goiás.

Dentro da estratégia de transformar os bicompostíveis em Commodities, dois importantes passos foram dados. O primeiro foi à realização da primeira rodada de workshops no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Ministério da Agricultura, Embrapa, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de bicompostíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

Além disso, foi realizado em Ribeirão Preto/SP o II Ethanol Week, outra iniciativa do governo brasileiro para apresentar o processo de estruturação da indústria nacional de etanol combustível. Essa segunda edição, voltada para países de língua inglesa e portuguesa, contou com 48 participantes, de 28 nacionalidades.

Para o exercício de 2010 estão previstas as seguintes ações para alavancagem do Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia.

- Circuitos Dias-de-Campo para capacitação de agricultores e técnicos nas culturas do Pinhão-Manso, Canola, Girassol, Mamona.
- Levantamento de Safras das Culturas do dendê e do pinhão manso;
- Capacitação sobre a cultura do Dendê de Técnicos em assistência e extensão rural;
- Elaboração de Estudos visando mapeamento de regiões produtoras de espécies oleaginosas (inajá, tucumã e babaçu);
- Publicação de anuário estatístico 2010 sobre agroenergia, em português e inglês.
- Construção de uma base de dados aprofundada sobre oleaginosas e biodiesel, em parceria com a CONAB.
- Promoção de cursos e eventos de capacitação nacional e internacional de difusão da agroenergia

- Elaboração e implementação do Programa Nacional de Óleo de Palma.
- Avançar nos trabalhos sobre outras fontes de agroenergia, como florestas energéticas, biogás e resíduos agropecuários.
- Elaboração de Projeto de Lei que dispõe sobre um novo marco regulatório para a agroenergia
- Articulação e publicação de uma “Plataforma da Agricultura para a Mudança do Clima”, em conjunto com outras Secretarias do MAPA, Embrapa, Conab e INMET.
- Formulação de políticas públicas voltadas à melhor regulação da comercialização de etanol no Brasil (ex: financiamento à estocagem etc.).
- Participar de negociações internacionais em assessoramento ao Itamaraty na área de agroenergia e sustentabilidade dos bicompostíveis.
- Consolidar a liderança internacional do Brasil em agroenergia.

Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável.

Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Os financiamentos do Funcafé somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições originadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. E, no caso das despesas correntes, contempladas no PPA 2008/2011, que estão contidas nas ações descritas a seguir:

- 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- 4717 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café;
- 2825 - Conservação dos Estoques Reguladores de Café;
- 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura;
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- 2C94 - Promoção do Café Brasileiro;
- 0012- Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café;
- 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café; e,

- 4792 - Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas.

Referidas ações são efetivadas, mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos visando o desenvolvimento da cafeicultura brasileira.

Para não nos tornarmos repetitivos ao discorrermos sobre as principais ações do Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira acima mencionada, informamos que essas ações encontram-se detalhadas, de forma clara e objetiva, nos itens “2.3.1 à 2.4.3” deste RG.

Para o próximo exercício, o DCAF, área responsável pela gestão do referido programa, visa envidar esforços, em parceria com instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implantação de políticas, programas e projetos, objetivando o desenvolvimento da cafeicultura brasileira.

Diante do acima exposto, damos por encerrada esta apresentação do Relatório de Gestão da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/2009, agregando o Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ.

Itens da norma (DN TCU nº 100/2009, Anexo II) que não se aplicam à realidade da Unidade, conseqüentemente não se aplicam ao presente relatório.

Para finalizar esta apresentação, relacionamos a seguir os itens que não se aplicam ao Relatório de Gestão da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, agregando as informações do FUNCAFÉ.

- Pags. 06 a 11 – Relatórios de Gestão Individual e Consolidado;
- Pag. 16 – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado;
- Pags. 43 a 45 – Contratos de Terceirização de Área-fim;
- Pags. 46 a 48 – Item 4 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009;
- Pags. 56 a 66 – Item 9 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009;
- Pags. 67 a 69 – Item 11 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009;
- Pags. 74 a 77 – Item 4 da Parte “B” do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009.

Brasília-DF., 31 de março de 2010
Secretaria de Produção e Agroenergia
Coordenação de Apoio Operacional – CAO/SPAE

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria de Produção e Agroenergia			
Denominação abreviada: SPAE			
Código SIORG: 003214	Código na LOA: 22101	Código SIAFI: 280106	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agricultura e Agroenergia			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3218-2147	(061) 3218-2194	(061) 3322-0337
Endereço eletrônico: spae@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar – CEP: 70.043-900 – Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira			
Denominação abreviada: Funcafé			
Código SIORG: 000014	Código na LOA: 22906	Código SIAFI: 130137	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Economia Cafeeira			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3218-2147	(061) 3218-2194	(061) 3322-0337
Endereço eletrônico: spae@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar – CEP: 70.043-900 – Brasília-DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas (identificação da norma e data de publicação) Decreto 5.351, de 21.01.2005, publicado no DOU de 24.01.2005, aprova a Estrutura Regimental do Mapa, incluindo a Secretaria de Produção e Agroenergia, art. 25, e o Departamento do Café, art. 27.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas Portaria MAPA nº 121, de 15/05/2005, DOU de 16/05/2005 - Dispõe sobre o Regimento Interno da secretaria de Produção e Agroenergia; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, DOU de 24/01/2005 - Aprova a Estrutura Regimental do Mapa, incluindo a Secretaria de Produção e Agroenergia, art. 25, e o Departamento do Café, art. 27;			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
280106	Secretaria de Produção e Agroenergia-SPAE		
130137	Secretaria de Produção e Agroenergia-Funcafé		
130138	Gabinete do Ministro/Mapa/Funcafé		
130140	Coordenação-Geral de Logist. e Serv. Gerais-Funcafé		
130160	Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé /MG		
130163	Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/ES		
130165	Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/RJ		
130167	Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/SP		
130170	Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/PR		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
000001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
280106	000001		
130137	000001		
130138	000001		
130140	000001		
130160	000001		
130163	000001		
130165	000001		
130167	000001		
130170	000001		
Principal Atividade (3)		Código do CNAE (4)	
Agricultura		20	

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE tem como missão: Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável e competitivo dos agronegócios Café, Açúcar e Agroenergia em benefício da sociedade brasileira. Exclusivamente com relação ao setor sucroalcooleiro, executa as políticas governamentais definidas pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA, colegiado regido pelo Decreto nº 3.546/2000 e cuja Presidência é exercida por este Ministério.

2.1.1 COMPETÊNCIA

Departamento de Cana - de Açúcar e Agroenergia - DCAA

De acordo com o Artigo 8º do Decreto nº 5.351, de 21-01-2005, e art. Nº da Portaria MAPA nº 121, de 15-5-06, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de produção e Agroenergia – SPAE, compete ao Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia-DCAA, constituído pela Coordenação-Geral da Cana-de-Açúcar e Agroenergia e Coordenação-Geral de Agroenergia; o seguinte:

I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor canavieiro e à agroenergia;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos da cana-de-açúcar e do açúcar, do álcool e demais matérias-primas de origem agrícola quando destinadas à fabricação de combustíveis e à geração de energia alternativa;

III - acompanhar, de forma sistemática, o comportamento da produção e da comercialização da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e demais matérias-primas agroenergéticas, destinadas à fabricação de combustíveis e geração de energia, e propor medidas para garantir a regularidade do abastecimento interno;

IV - desenvolver estudos e pesquisas visando subsidiar formulação de planos e programas relativos à cana-de-açúcar, ao açúcar, ao álcool e às demais matérias-primas agroenergéticas;

V - assessorar nos assuntos vinculados ao CIMA;

VI - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, bem como aos setores alcooleiro e de agroenergia, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;

VII - coordenar a elaboração, promover a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações do Departamento.

Em consonância com as atribuições regimentais acima, o DCAA assumiu postura de liderança nos debates em torno das iniciativas de apoio às cadeias produtivas agroenergéticas, com foco no aumento da sua participação na matriz energética nacional, cujas iniciativas inerentes, destacamos:

a) Desenvolver o mercado de biocombustíveis, tornando-os *Commodities* internacionais;

• Fortalecer e ampliar os acordos de cooperação com outras nações para a produção e uso de forma sustentável de biocombustíveis.

- Desenvolver, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores-MRE, programa de capacitação de pessoas do seu corpo diplomático, para atender demandas específicas do açúcar e da Agroenergia.

- Contribuir na elaboração, implementação de programa de certificação Sócio-ambiental para a produção dos biocombustíveis;

- Participar ativamente das câmaras e os fóruns internacionais que visam ao desenvolvimento do mercado de biocombustíveis.

b) Garantir o abastecimento do mercado interno de biocombustíveis;

- Monitorar a produção, o consumo e os estoques de biocombustíveis;

- Incentivar a maior integração dos diferentes elos das cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia, especialmente por meio do fortalecimento das câmaras setoriais e temáticas e dos fóruns de discussão;

- Implementar políticas públicas visando ao aumento sustentável da oferta de produtos da agroenergia, especialmente das matérias-primas para biocombustíveis;

c) Garantir a sustentabilidade dos biocombustíveis;

- Realizar estudos para identificação das potencialidades regionais para o cultivo de matérias-primas voltadas à produção de biocombustíveis;

- Estabelecer diretrizes para a elaboração de programa de Zoneamento agro-ecológico para matérias-primas destinadas à agroenergia.

- Promover a desconcentração espacial da produção e da renda a partir do aproveitamento das potencialidades regionais;

- Estabelecer diretrizes para a elaboração da plataforma de pesquisas para os biocombustíveis, com ênfase no domínio tecnológico das rotas de 2ª geração;

- Formentar a organização produtiva da agricultura familiar, preparando esse segmento da agricultura para aproveitar as oportunidades criadas pelo crescimento da demanda por fontes renováveis de energia.

2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Objetivo “Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética” foi definido a partir das análises das potencialidades do Brasil para aumentar a oferta de energia de biomassa agrícola e pecuária de forma sustentável. Conclui-se que o aproveitamento dessas oportunidades poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural brasileiro e, ao mesmo tempo, para a manutenção da elevada participação das fontes renováveis em nossa matriz energética.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

Interlocução com as cadeias produtivas e articulação com as demais áreas do governo, com foco na elaboração e implementação de políticas públicas que atendam aos objetivos estratégicos definidos pelo Governo Federal para esses setores. Tais estratégias serão detalhadas a seguir:

a) Desenvolver o mercado de biocombustíveis, tornando-os Commodities internacionais;

- Fortalecimento e ampliar os acordos de cooperação com outras nações, para a produção e uso sustentável de biocombustíveis.
- Desenvolver, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores-MRE, programa de capacitação de pessoas do seu corpo diplomático, para atender demandas específicas do açúcar e da agroenergia;
- Contribuir na elaboração, implementação de programa de certificação sócio-ambiental para a produção dos biocombustíveis;
- Participar ativamente das câmaras e os fóruns internacionais que visam ao desenvolvimento do mercado de biocombustíveis .

b) Garantir o abastecimento do mercado interno de biocombustíveis

- Monitorar a produção, o consumo e os estoques de biocombustíveis;
- Incentivar a maior integração dos diferentes elos das cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia, especialmente por meio do fortalecimento das câmaras setoriais e temáticas e dos fóruns de discussão;
- Implementar políticas públicas visando ao aumento sustentável da oferta de produtos da agroenergia, especialmente das matérias-primas para biocombustíveis;

c) Garantir a sustentabilidade dos biocombustíveis

- Realizar estudos para identificação das potencialidades regionais para o cultivo de matérias-primas voltadas à produção de biocombustíveis;
- Estabelecer diretrizes para a elaboração de programa de Zoneamento agro-ecológico para matérias-primas destinadas à agroenergia.
- Promover a desconcentração espacial da produção e da renda a partir do aproveitamento das potencialidades regionais;
- Estabelecer diretrizes para a elaboração da plataforma de pesquisas para os biocombustíveis, com ênfase no domínio tecnológico das rotas de 2ª geração;
- Formentar a organização produtiva da agricultura familiar, preparando esse segmento da agricultura para aproveitar as oportunidades criadas pelo crescimento da demanda por fontes renováveis de energia.

d) Aumentar a eficiência e a qualidade das informações sobre açúcar e agroenergia

- Desenvolver um Portal de acesso a informações estratégicas sobre as cadeias produtivas do açúcar e da agroenergia.

- Estruturar banco de dados com informações estratégicas para a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Elaborar plano de divulgação de informações estratégicas da cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia, em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social do MAPA.
- Melhorar a qualidade e agilidade de acesso às informações estratégicas sobre a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.
- Monitoramento permanente das cadeias produtivas, com enfoque nas tendências de expansão e desenvolvimento de novas tecnologias.
- Fortalecimento da integração com centros de estudos e entidades representativas visando identificar oportunidades, ameaças e soluções para a cadeia produtiva do açúcar e da agroenergia.

2.2.2. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO

Setor Sucroalcooleiro

A safra de 2009/2010 contou com a participação de 434 usinas. Desse total, aproximadamente 100 foram instaladas nos últimos 04 anos e ainda produzem apenas etanol. Há um pequeno grupo de unidades que produzem apenas açúcar e a grande maioria se trata de unidades mistas (produzem açúcar e etanol). A produção vem crescendo fortemente no Centro Sul do país, que já representa praticamente 90% da produção nacional.

O ano de 2009 foi marcado pelo forte movimento de alta nos preços internacionais do açúcar e pela alta flutuação nos preços do etanol no mercado interno. Os preços internacionais do açúcar ultrapassaram a barreira dos US\$ 550,00 por tonelada, pressionados pela forte queda de produção na Índia. Isso estimulou o aumento da produção e das exportações brasileiras, que atingiram o recorde de 24 milhões de toneladas, com receitas superiores a US\$ 8,3 bilhões.

O mercado interno de etanol, por sua vez, manteve-se aquecido até o mês de novembro, puxado por preços relativamente baixos. Esse descasamento entre os preços do açúcar e do etanol foi explicado pela restrição do crédito internacional para as operações de adiantamento de contratos de câmbios – ACCs, tornando as vendas internas de etanol hidratado a fonte mais fácil de acesso a capital de giro para as unidades produtoras.

O mercado interno está em franca expansão, impulsionado pelo rápido crescimento da frota de veículos flex-fuel que encerrou 2009 com mais de 9,5 milhões de unidades em circulação. Esse aumento do consumo, combinado com as chuvas atípicas no Centro-Sul do país, que afetaram a qualidade da cana e levaram a uma significativa queda de rendimento industrial, colocou em risco o abastecimento na entressafra e motivou um movimento ascendente dos preços a partir da segunda quinzena de novembro.

Apesar dessa recuperação dos preços do açúcar ao longo de 2009, o governo federal pagou subvenção aos fornecedores de cana da região Nordeste e do estado do Rio de Janeiro, tendo como referência a cana-de-açúcar produzida na safra de 2008/09, até 31 de dezembro de 2008. Tal medida foi motivada pelo fato de os preços de mercado para a cana terem ficado abaixo dos custos de produção apurados pela Conab para aquele período.

A subvenção, tal como um programa especial de compras de açúcar, foi instituída pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Além disso, também foi instituído programa de financiamento à estocagem de etanol combustível, com o propósito de

oferecer capital de giro a baixo custo às usinas, de forma a atenuar os efeitos da crise financeira internacional. Tal instrumento, no entanto, não surtiu o efeito desejado devido a problemas cadastrais, que impossibilitaram o acesso aos recursos a diversos grupos empresariais.

Como parte das medidas governamentais para fortalecer a competitividade do setor foi publicado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro e avanço na liderança internacional na produção de etanol. A publicação desse Zoneamento foi feita após ampla discussão e articulação com os Estados e sociedade.

Cabe mencionar também o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar. Tal compromisso foi construído por meio de uma Mesa de Diálogo, instalada em julho de 2008, a convite do Presidente da República e sob a coordenação da Secretaria- Geral da Presidência da República. O Compromisso exigiu uma negociação nacional entre empresários, trabalhadores e Governo Federal, sendo o objetivo do Compromisso a garantia de novos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar.

O MAPA deu continuidade, através da CONAB, ao Levantamento Brasileiro da Safra de Cana-de-açúcar. Tal levantamento é feito em todas as regiões produtoras de cana do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas do País. O acompanhamento conta com três levantamentos feitos no início, meio e perto do fim de cada período de safra.

O Governo também se empenhou em parcerias com outros países e buscou informar e esclarecer a crítica mundial sobre a real situação e as perspectivas dos biocombustíveis no Brasil. Aos poucos, por conta da atuação coordenada do Governo e do setor privado em diversos fóruns internacionais, o debate sobre biocombustíveis tem se qualificado, esclarecendo as vantagens da produção de etanol no Brasil e em outros países em desenvolvimento e derrubando os mitos contrários à produção e uso desse biocombustível.

Também merece destaque a realização, em novembro de 2009, da segunda *Ethanol Week*, um evento reunindo 48 servidores públicos de 20 países, que atuam diretamente na elaboração do marco regulatório para os biocombustíveis em seus governos. O encontro ocorrido em Ribeirão Preto foi uma parceria entre o MAPA, ABC e FSCAR. Na oportunidade, os convidados puderam passar uma semana tendo palestras e realizando visitas técnicas para melhor conhecer a cadeia produtiva do etanol no Brasil.

O MAPA tem participado ativamente das discussões internacionais sobre a sustentabilidade de biocombustíveis, principalmente aquelas conduzidas pelos órgãos reguladores da União Européia e EUA. O objetivo é evitar as normas que venham a ser adotadas por esses países venham a se constituir em barreiras às exportações brasileiras, bem como, à organização da produção de biocombustíveis em outros países em desenvolvimento.

Outra ação voltada não só para os diferentes segmentos da agroenergia foi o lançamento da segunda edição do Anuário Estatístico da Agroenergia. Tal documento traz uma compilação estatística de informações sobre cana-de-açúcar e seus derivados, além de oleaginosas, biodiesel e carvão vegetal. Essa última edição foi lançada também em inglês, por conta da grande demanda internacional por informações sobre a realidade brasileira, onde a energia de biomassa representa mais de 30% do suprimento interno.

Por último, em 2009 foi lançado o Ementário da Agroindústria canavieira: compêndio histórico de normativos e documentos legais. Por meio do Ementário buscou-se congregar a ampla legislação atinente ao setor sucroalcooleiro, no intuito de democratizar e facilitar o acesso à informação de cunho legislativo e administrativo, bem como preservar a história do setor sucroalcooleiro em seus normativos legais.

Biodiesel

Em 2009, o setor de biodiesel foi marcado pelo aumento da mistura obrigatória ao diesel mineral que passou de B3 (3%) para B4 (4%). Tal medida representou um aumento de 220 milhões de litros do biocombustível na matriz energética nacional em 2009. Do ponto de vista econômico o aumento da mistura, significa a consolidação de um novo segmento na economia nacional, gerando emprego e renda, no campo e na cidade, além de contribuir para a redução das importações de diesel do país. Pelo lado ambiental, o aumento da mistura contribui para a redução de emissões de gases de efeito estufa e para a melhora da qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

A fim de aumentar a oferta de óleos vegetais, de forma a garantir a oferta de matéria-prima para a produção de biodiesel durante o ano de 2009 buscou-se desenvolver e apoiar um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas no país, como I Circuito de Dias de Campo da Cultura do Pinhão Manso, o I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão-Manso, o Congresso de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel, Treinamento sobre a Produção de Dendê, Capacitação Técnica no Cultivo Sustentável da Mamona e o Workshop sobre o Aproveitamento da Glicerina Originada na Produção de Biodiesel na Produção de Alimentação Animal.

Nesse sentido buscou-se uma interação permanente com a Embrapa Agroenergia objetivando a intensificação das pesquisas das culturas oleaginosas pinhão-manso, macaúba, tucumã e o inajá que apresentam maior produtividade de óleo, mas não possuem sistema produtivo definido, cultivares, insumos e defensivos registrados. Outra estratégia adotada foi focalizar esforços e investimentos em pesquisa para algumas culturas tradicionais, com alta produtividade de óleo e realizam os objetivos de desenvolvimento social rural do PNPB(Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel), como canola, girassol e principalmente o dendê, por esse possuir produtividade de cinco mil toneladas de óleo por hectare ano, e que está presente como meta estratégica buscada para culturas oleaginosas dentro do “Plano Nacional de Agroenergia”.

Outra medida, que foca a difusão das informações existentes do setor agroenergético bem como o monitoramento das atividades agrícolas foi o primeiro levantamento de safra da canola, realizada pela Conab, um marco no dimensionamento das atividades privadas e a coleta dessas informações como base para a elaboração de políticas públicas futuras de incentivo ao setor, e o desenvolvimento da metodologia para o levantamento de safra das culturas do dendê e pinhão-manso que estão serão realizados no ano de 2010 pela mesma companhia.

2.3 PROGRAMAS/AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1 RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SUAS PRINCIPAIS AÇÕES

2.3.1.1 Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tabela 1 - Programa 1409

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Indicação das áreas da UJ responsáveis pela condução do programa	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Fonte: www.sigplan.gov.br

O Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia é responsável pela gerência executiva do Programa Desenvolvimento da Agroenergia (Programa 1409 no PPA 2008/2011). Por se tratar de um tema que envolve diferentes áreas de governo o programa foi concebido a partir de um conjunto de oficinas coordenadas pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento – SPI/MP.

O propósito era de que ele seria um protótipo de um novo conceito de elaboração de programas, os quais deveriam ser agrupados em duas categorias: estratégicos e complementares. Devido à relevância da agroenergia no contexto atual, o programa figuraria entre os estratégicos, o que iria requerer maior rigor no monitoramento da sua implementação. Além disso, devido ao caráter multiinstitucional, sua elaboração contou com a contribuição de diferentes áreas do governo: Casa Civil, MAPA (SPA E AGE), MCT, MDIC, MF, MMA, MME, MRE, MT, além da Embrapa. Nas oficinas foram mapeadas todas as variáveis relacionadas ao tema, bem como, as inter-relações que elas mantinham entre si.

A partir desse mapeamento, o programa deveria se estruturar em ações Orçamentárias que permeassem todos os objetivos estratégicos. Em alguns casos, devido à transversalidade, seria fundamental a maior interação entre os diferentes órgãos envolvidos. Para assegurar que isso efetivamente viria a ocorrer, foi proposta a criação de um Conselho Interministerial, o qual seria responsável pelo estabelecimento das prioridades e monitoramento das Ações.

Foram definidos três eixos estratégicos: a pesquisa; o fomento à produção; e, a cooperação internacional. No caso da pesquisa, competiria à Embrapa (pesquisa agrônômica) e ao MCT (pesquisa aplicada à transformação de biomassa em biocombustíveis), a missão de organizar as redes, das quais deveriam participar as instituições de excelência nas diferentes áreas consideradas estratégicas.

O fomento à produção deveria contemplar a realização de estudos prospectivos voltados para identificar as vocações regionais e de zoneamento agrícola para as culturas estratégicas, o fortalecimento do processo de transferência de tecnologias e o apoio à organização produtiva (associativismo e cooperativismo). Essas atividades deveriam ser implementadas de forma integrada.

Por último, o fortalecimento da cooperação internacional foi entendido como condição indispensável para o desenvolvimento do mercado dos biocombustíveis. Considerando as condições privilegiadas do país (tradição na produção e uso, domínio tecnológico e abundância de terras), as parcerias seriam um meio de facilitar a abertura do mercado para as exportações brasileiras de biocombustíveis, tecnologias, equipamentos e serviços.

Houve relativa harmonia entre os diversos órgãos envolvidos na fase de mapeamento e construção de cenários. Entretanto, no momento da estruturação das Ações em um único Programa, não houve acordo. Desse modo, as ações do MDA para o fomento à produção das matérias-primas oleaginosas pela agricultura familiar ficaram de fora. Além disso, há dificuldades para visualizar a dotação orçamentária destinada à pesquisa, uma vez que a maior parte dos recursos tem como fonte os fundos setoriais administrados pelo MCT. Logo, eles não aparecem na dotação orçamentária das Ações de pesquisa no âmbito do programa.

2.3.1.1.1 AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Dados Gerais da Ação

Tabela 2 - Tipo da Ação - 2272

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por Órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio p desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia
Coordenador Nacional da Ação	Lêda Laboissiére
Unidades executoras	Secretaria de Produção e Agroenergia

Fonte: www.sigplan.gov.br

No âmbito do Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia, a ação Gestão e Administração do Programa teve como resultado as seguintes realizações:

- Cumprimento dos procedimentos para a fiscalização da aplicação dos recursos do Plano de Assistência Social – PAS, envolvendo unidades produtoras e entidades de classe, visando atendimento por determinação judicial;
- Apoio à realização da pesquisa para identificação de variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificado tolerantes ao estresse hídrico e resistente à Broca Gigante;
- Participação em diversos eventos nacionais, bem como, nas conferências da OIA – Organização Internacional do açúcar, o que permitiu o aumento do nível de conhecimento das demandas do setor privado, fundamental para subsidiar a elaboração de políticas públicas;
- Divulgação dos levantamentos de safras da cana-de-açúcar 2009/2010, elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento por demanda do Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia, este levantamento visa informar à Sociedade em geral, por meio de levantamentos e mapeamentos da cultura da cana-de-açúcar as estimativas de área de plantio e de produtividade;
- Custeio e manutenção das despesas administrativas da Secretaria de Produção e Agroenergia que envolveu o pagamento de diárias, passagens, telefonia fixa e móvel, apoio administrativo de pessoal terceirizado, auxílios-moradias.
- Elaboração do Anuário Estatístico da Agroenergia no qual divulga dados sobre o andamento das safras de culturas agroenergéticas em curso no país e suas projeções.

Como a estrutura do DCAA é muito pequena, grande parte das atividades é realizada por meio de parceria com outros órgãos detentores de metodologias e tecnologias apropriadas para o desenvolvimento das ações acima citadas. Alguns exemplos são:

- Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais- CGSG, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MAPA, responsável pela gerência do Contrato visando à contratação de pessoal para apoio administrativo;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa/Cenargem;
- Companhia Nacional de Abastecimento – Conab;
- Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo – SFA-SP.

2.3.1.1.2. AÇÃO 8542 – ESTUDOS DAS POTENCIALIDADES DAS MATÉRIAS-PRIMAS AGROENERGÉTICAS

Dados Gerais da Ação

Tabela 3 - Tipo da Ação - 8542

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Permitir o melhor aproveitamento das potencialidades regionais para a produção de matérias-primas agroenergéticas
Descrição	Mapeamento das vocações produtivas das diferentes regiões do país, zoneamento agrícola das matérias-primas agroenergéticas e avaliação das suas potencialidades (produtividade esperada para as diferentes matérias-primas, nas diferentes regiões aptas à sua produção).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPA
Coordenador nacional da ação	Denilson Ferreira
Unidades executoras	Embrapa Agroenergia

Fonte: www.sigplan.gov.br

Conclusão dos Estudos referente ao projeto de mapeamento de macrorregiões de ocorrência natural de macaúba (*Acronomia aculeata*), cujo objetivo era identificar a ocorrência da espécie no Estado de Minas Gerais e noroeste do Estado de Goiás. Além do mapeamento também foram realizados um workshop e dia de campo sobre o processamento e aproveitamento da cultura.

Resultado: O método permite identificar, com precisão, o número de palmeiras de macaúba por unidade de área. Os levantamentos efetuados em diversos maciços de macaúba permitem concluir que a produtividade em óleo varia de 2.000 a 6.000 litros por hectare. Foi identificada a existência de mais de uma espécie de macaúba. As plantas da espécie encontrada nos Estados de Mato Grosso do Sul e Pará não possuem alto percentual de óleo, não sendo, portanto, de grande importância para o Programa Nacional de Produção de Biodiesel. As plantas avaliadas em Minas Gerais são, em sua grande maioria, as que possuem maior teor de óleo. - Os dados sugerem que a espécie tem comportamento misto de reprodução; - Existe uma elevada diversidade entre populações de *Acronomia aculeata*, sendo que, no Estado de São Paulo, a diversidade genética é maior entre populações do que entre regiões; Para estudos detalhados de fenologia e biologia reprodutiva e avaliações de potencial produtivo e ciclo de vida são necessários experimentos realizados em condições controladas; - Numa mesma planta são verificados cachos em diferentes estágios fenológicos (flores, frutos em enchimento, frutos verdes e frutos maduros); - Os maciços espontâneos de macaúba ocorrem principalmente nos Estados de: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e também no Distrito Federal (DF). - De acordo com as análises

realizadas pelo Laboratório de Óleos da UFMG, o teor de LIPÍDEOS nas diversas partes do fruto varia entre: FRUTO: 16,1 ; 26,9% POLPA: 37,6 ; 60,1 % CASCA: 5,4 ; 14,9% AMÊNDOA: 45,2-61,3% - Levantamentos feitos pela UFMG indicam de forma fenotípica o ponto ideal de coleta dos frutos de forma a não ter elevados níveis de acidez. Foi verificado que quando o fruto possui pedúnculo de cor esverdeada a acidez da polpa do mesmo fica em níveis aproximados de 1%. Quando a cor do pedúnculo está marrom, a acidez da polpa encontra-se com altíssimos níveis, variando de 7 a 25%. - Os tamanhos dos frutos variam com a idade da planta, sendo mais velhas as plantas que possuem maiores frutos. Outra informação importante é que as plantas mais velhas não apresentam espinhos na sua estirpe, sendo esta uma característica típica de plantas jovens. - A planta de macaúba se mostra tolerante a várias intempéries, sendo verificado que sobrevive a queimada moderada. - O armazenamento dos frutos em condições especiais em silos do tipo trincheira garante a qualidade do mesmo por vários meses, evitando que a acidez passe de 1% na polpa; - Várias metodologias de coleta foram estudadas com sacolões para coleta, uso de escadas, escalagem na planta, e coleta única com corte dos cachos. Foi verificado que a coleta única é a forma mais rápida e prática de coleta, pois no mesmo cacho acontece de ter frutos verdes e maduros, não acontecendo grandes perdas com tal procedimento.

Para a realização do estudo foram descentralizados à Embrapa Cerrados o montante da ordem de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais). Esta parceria se faz necessária tendo em vista a capacidade técnica da Embrapa para a promoção de pesquisas e estudos com o objetivo de identificar oleaginosas com grande vocação na produção de óleos.

O principal problema evidenciado nesta ação foi de ordem orçamentária, a baixa dotação dificultou a realização de outros estudos contemplando diferentes espécies de oleaginosas.

2.3.1.1.3. AÇÃO 2B18 – DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROENERGÉTICA

Dados Gerais da Ação

Tabela 4 - Tipo da Ação - 2B18

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Acelerar o processo de transferência de tecnologias para os integrantes das cadeias produtivas agroenergéticas, de forma a aumentar a sua eficiência produtiva.
Descrição	Realização de eventos e celebração de parcerias, com foco na difusão de tecnologias que permitam a melhor organização e a maior eficiência das cadeias produtivas agroenergéticas. Prioridade para os pequenos e médios produtores rurais, desenvolvendo ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPAÉ
Coordenador nacional da ação	Denilson Ferreira
Unidades executoras	Secretaria de Produção e Agroenergia

Fonte: www.sigplan.gov.br

- Celebração de Convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Associação Brasileira dos Plantadores de Pinhão Manso, objeto do Convênio SICONV nº 706295/2009 visando à realização do Iº Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão Manso, planejado para ser uma grande oportunidade de diálogo entre a comunidade científica e representantes dos diversos setores do negócio da Agroenergia, especialmente do Pinhão Manso, praticou seu foco original e atingiu êxito durante toda sua realização (1 conferência, 19 palestras - em 3 mesas-redondas e sessões técnicas, e 3 grupos de trabalhos especiais:

tecnologia agronômica, industrial e estudos transversais*). Mais de 240 trabalhos foram inscritos e 203 trabalhos selecionados foram apresentados e publicados nos Anais-CD-Rom*. Este resultado se deve à construção compartilhada de uma agenda com informações baseadas em dados. O pinhão manso é uma espécie não domesticada e com potencial de produção de óleos e resíduos. Neste Congresso, os dados apresentados ora são consistentes e ora necessitam melhor qualificação - e isto indica foco para novas pesquisas e experiências. O Congresso se firmou como um importante fórum para tratar destas questões de avanço do conhecimento, do monitoramento e qualificação da expansão de áreas com pinhão manso (hoje estimada em 40 mil ha plantados no Brasil), dos critérios para a ampliação da parceria público-privada no Brasil. O *I CBPPM registrou mais de 400 participantes, sendo cerca de 50 autoridades, com delegações de todos os estados da federação (1o. DF, 2o. SP, 3o. MG, 4o. GO), bem como representantes de 08 países estrangeiros (maiores delegações: Colômbia e Itália). Foi um evento aberto pelo Ministro Reinhold Stephanes (MAPA), que também proferiu a Conferência de Abertura, e contou com mesa composta também pela PR/Casa Civil, MCT, MME, Senador Gilberto Goellner, Associação Brasileira de Produtores de Pinhão Manso (ABPPM) e Embrapa.

- Acompanhamento das atividades do 1º Circuito Dias de Campos do Pinhão Manso, objeto de convênio celebrado com a Associação Brasileira dos Plantadores de Pinhão Manso, SICONV 700620/2008 onde as atividades foram desenvolvidas conforme previsto no Plano de Trabalho e com ótima aceitação pelo público participante.
- Apoio à Universidade Federal de Lavras na promoção do 6º Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos e Gorduras, realizado na cidade de Montes Claros e contou com participação de cerca de 600 pessoas além da divulgação de diversos trabalhos científicos voltados para a produção agroenergética.
- Realização do simpósio Brasil-França em parceria com o Instituto de Eletrotécnica da USP e que teve como ênfase discutir o papel da AGROENERGIA dentro da cena geopolítica internacional da energia, promovendo uma discussão ampla da geopolítica energética do Atlântico Sul e sua penetração global.

Realizado em São Paulo/SP, nos dias 09 e 10/09/2009.

- Apoio à Embrapa Florestas na realização do I Congresso de Florestas Energéticas, realizado na cidade de Belo Horizonte e contou com participação de um grande público.
- Treinamento sobre a viabilidade Produção de Dendê, na região de Mato Grosso promovido em parceria com a Embrapa Mato Grosso.

Cabe ressaltar que esta ação foi fortemente afetada pelo contingenciamento orçamentário, o que comprometeu o alcance das metas estabelecidas para a ação no decorrer do exercício de 2009.

As parcerias estabelecidas com as instituições públicas, privadas, de pesquisas e universidades envolvidas no processo de implementação de políticas públicas e projetos voltados para o setor agroenergético foram bastante positivas para a difusão de novas tecnologias voltadas para o desenvolvimento da agroenergia.

2.3.1.1.4. AÇÃO 8626 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A DIFUSÃO DA AGROENERGIA

Dados Gerais da Ação

Tabela 5 - Tipo da Ação - 8626

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a cooperação técnica internacional, com foco na difusão da experiência brasileira em agroenergia
Descrição	Despesas com a organização de missões (brasileiras ao exterior, bem como, de delegações estrangeiras), estruturar cursos de capacitação e programas de transferências de tecnologia para Países em Desenvolvimento, com foco no fomento à produção e uso de biocombustíveis. Esse instrumento objetiva abrir espaço para a venda de tecnologias, equipamentos e serviços, bem como, contribuir para a consolidação dos biocombustíveis como commodities internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – DCAA/SPAÉ
Coordenador nacional da ação	José Nilton Vieira de Sousa
Unidades executoras	Secretaria de Produção e Agroenergia

Fonte: www.sigplan.gov.br

- Realização da segunda edição do Ethanol Week, recebendo 112 delegados, técnicos de governo de 51 países, para apresentar a experiência brasileira com a produção e uso de biocombustíveis.
- Implementação do Memorando de Entendimentos com os Estados Unidos, onde vem sendo fortalecendo o intercâmbio na área de pesquisa (visitas mútuas de pesquisadores aos centros de referência de ambos os países) e feita a parceria para a realização de estudos de viabilidade técnica para a produção de biocombustíveis em quatro países da América Latina e Caribe. Espera-se que ao longo de 2010 outros 5 países sejam atendidos, sendo 3 na América Latina e 2 na África.
- Publicação do White Paper, um documento estabelecendo os princípios básicos para a padronização técnica dos biocombustíveis (etanol e biodiesel), elaborado conjuntamente por instituições do Brasil, União Européia e Estados Unidos.
- Acordo, no âmbito da Global Bioenergy Partnership – GBEP, em torno do seu escopo de trabalho (elaboração de um referencial para a produção e uso sustentável da bioenergia, que possa orientar os governos dos países interessados em investir nessa área e queiram aderir voluntariamente a essa iniciativa), bem como, sobre a primeira lista de critérios de sustentabilidade.
- Realização da primeira etapa do Programa de Cooperação em Combustíveis Renováveis, visitando sete países da África Austral para apresentar o “Zoneamento Agroecológico como instrumento para a produção sustentável dos biocombustíveis”. As sete palestras contaram com público total superior a 300 participantes, em sua maioria técnicos dos governos locais.

A Ação foi concebida como instrumento para fortalecer a cooperação internacional em agroenergia, o que envolve as suas diferentes fases (agrícola, de transformação e uso energético).

Entretanto, sua dotação orçamentária é muito pequena. As duas edições do Ethanol Week tiveram como foco apenas a apresentação da experiência brasileira. Não foi possível definir áreas de interesse (dos governos representados), para o fortalecimento da cooperação. Além disso, embora o Presidente da República tenha assinado diversos memorandos de entendimento e acordos de cooperação, ainda não foram constituídos grupos de trabalho formais para implementar a maioria deles. A exceção é o Memorando de Entendimentos firmado com os Estados Unidos, que já resultou na realização de estudos de viabilidade técnico-econômica para a produção de biocombustíveis em quatro países da América Latina e Caribe (El Salvador, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Nevis). Embora esses estudos estejam diretamente relacionados aos propósitos da Ação, não contaram com recursos dela. Cabe destacar que várias iniciativas importantes, como a Conferência Internacional de Biocombustíveis e a elaboração do White Paper, não contaram com recursos da Ação. Adicionalmente, os demais órgãos do governo envolvidos com o tema, especialmente o MCT e o MME, vêm desenvolvendo ações de cooperação com orçamento próprio, o que dificulta associar os resultados obtidos à execução orçamentária da Ação, ainda que esses resultados estejam diretamente relacionados ao objeto da Ação.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.4.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

2.4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO

2.4.3 ANÁLISE DO DESEMPENHO

2.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.5.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.5.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.5.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.5.4 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Será informado no RG da Secretaria Executiva

2.5.5 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Tabela 6 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

R\$

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	135038	22101.20.122.1409.2272.0001			300.000,00
	Concedidos	135028	22101.20.573.1409.2B18.0001			100.000,00
	Concedidos	135022	22101.20.573.1409.2B18.0001			6.420,00
	Concedidos	135004	22101.20.601.1409.8542.0001			95.166,87
	Concedidos	130005	22101.20.122.1409.2272.0001			532.168,35
	Concedidos	130005	22101.20.212.1409.8626.0001			245.823,56
	Concedidos	130005	22101.20.573.1409.2B18.0001			92.934,69
	Concedidos	130067	22101.20.122.1409.2272.0001			13.277,20
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	130005	22101.20.122.14092272.0001	37.624,00		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi

2.5.5.1 Análise Crítica

Justifica-se as parcerias com outras entidades tendo em vista a capacidade técnica e operacional que elas possuem para realização de estudos e pesquisas, como no caso da Embrapa, Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal de São Carlos.

Já as concessões para a Coordenação-Geral de Serviços Gerais – CGSG/SPOA/SE/MAPA fazem-se necessárias, uma vez que ela é detentora da Gestão do Contrato de prestação de serviços referente a apoio administrativo e de promoção de eventos.

No caso das concessões às superintendências visam atender as decisões judiciais para fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS nas unidades produtoras de Açúcar e Alcool. Como a SPAE não possui fiscais em seu quadro funcional utiliza-se da mão-de-obra dos Fiscais Federais de Agricultura lotados naquelas unidades para desempenhar tal função.

2.6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.6.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Tabela 7 - Despesa por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

* Estas informações estarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva

2.6.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Tabela 8 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
2 - Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes	793.660,61	601.051,22	793.660,61	601.051,22	14.887,26	7.873,33	714.065,21	593.177,89
339039	424.990,40	-	424.990,40	-	8.429,60	-	368.354,95	-
335039	-	381.910,68	-	381.910,68	-	-	-	381.910,35
339033	154.731,28	-	154.731,28	-	4.657,66	-	140.980,13	-
339093	-	95.774,70	-	95.774,70	1.800,00	-	-	87.901,70
339014	115.860,92	58.716,17	115.860,92	58.716,17	-	-	115.860,92	58.716,17
Outros elementos do grupo	98.078,01	64.649,67	98.078,01	64.649,67	-	17.447,54	88.869,21	64.649,67

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.6.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Tabela 9 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
5 - Investimentos Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
Outros elementos do grupo								

2.6.4 Análise crítica da execução orçamentária

Durante o exercício de 2009 não houve acréscimos referentes a créditos especiais e nem créditos suplementares na Dotação aprovado pela LOA.

Do orçamento inicial da ordem de R\$ 3.200.143,00 (três milhões, duzentos mil e cento e quarenta e três reais) que após o contingenciamento passou a contar apenas com R\$ 2.197.207,47 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, duzentos e sete reais e quarenta e sete centavos) houve uma execução da ordem de 65%, em média.

Observa-se que o montante executado na SPAE, durante o exercício de 2009 ficou menor que o executado no exercício de 2008, justifica-se este fato pelo aumento de convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos.

Quanto ao contingenciamento de recursos evidenciado acima demonstra que este fato vem atingindo consideravelmente a execução das ações, pois inviabiliza a contratação de mais projetos voltados para o setor agroenergético.

2.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.7.1 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

Tabela 10 - Execução Orçamentária por Programa de Governo

Em R\$

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA:1409		Denominação: Desenvolvimento da Agroenergia				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.200.143,00	2.197.207,43	1.918.044,93	1.918.044,93	17.447,54	593.177,89	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira (%)	31/05/2006	27,4	29,5	28,3	* Ainda não apurado
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Conversão das diferentes fontes de energia em petróleo (TEP, ou Total Equivalente em Petróleo), de forma a mensurar a sua participação relativa. Esse procedimento permite mensurar a participação das fontes renováveis, entre elas as derivadas da agroenergia.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador "Taxa da Participação da Agroenergia na Matriz Energética" que avalia os resultados do Programa tem seus índices divulgados entre os meses de julho a setembro do ano subsequente, sendo levantados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, responsável pela elaboração do Balanço Energético Nacional.						
O MAPA deverá propor a alteração desse indicador, para outro que meça a participação absoluta (conversão do total de produtos da agroenergia em toneladas equivalentes de petróleo). Tal medida tem o propósito de evitar as distorções provocadas pelo aumento da oferta a partir de outras fontes (petróleo do pré-sal ou a energia elétrica vinda das usinas em construção, especialmente no rio Madeira). Na metodologia atual, o índice fica diretamente subordinado ao comportamento dessas outras fontes, podendo experimentar recuos, mesmo havendo um aumento na oferta total, especialmente impulsionada pelo mercado de etanol hidratado e pelo aumento da mistura obrigatória do biodiesel ao diesel mineral.						

Fonte: www.sigplan.gov.br

2.7.1.1 Análise crítica da execução:

O Programa Desenvolvimento da Agroenergia ainda está em fase embrionária. A dotação orçamentária não reflete o que o Governo vem fazendo nessa área. No caso das Ações de pesquisa, a maior parte dos recursos, como aqueles destinados ao domínio das chamadas rotas tecnológicas de segunda geração (hidrólise lignocelulósica e gaseificação de biomassa), é aportada pelo MCT, por meio dos fundos setoriais. Fato similar ocorre com as ações de difusão de tecnologia e de apoio à organização produtiva, onde o principal público alvo, os agricultores familiares, é atendido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com recursos de outras Ações. O problema se repete com as atividades de cooperação internacional. Os gastos da Agência Brasileira de Cooperação, seja custeando a ida de missões brasileiras ou pagando a vinda de delegados estrangeiros (caso das duas edições do Ethanol Week), também não são contabilizados no programa.

Desse modo, o principal problema enfrentado diz respeito à dificuldade de se identificar as diferentes iniciativas do governo federal que estão contribuindo para o aumento da produção de energia de biomassa, mas que ainda não estão vinculadas ao Programa. Essa identificação é fundamental para que seja possível avaliar a eficácia das ações, bem como, identificar os pontos críticos. É importante destacar que embora a participação da cana-de-açúcar na matriz energética

nacional venha crescendo, esse crescimento não é influenciado pelas Ações do Programa. Houve a demanda para que fosse retomado o financiamento à estocagem de etanol combustível, instrumento regulador de grande importância para atenuar as flutuações de preço e reduzir os riscos de desabastecimento na entressafra, mas tal pleito ainda não foi atendido.

O grande desafio do programa está na dificuldade em coordenar ações de diferentes órgãos de governo que concorrem para o mesmo fim. O problema é agravado pelo fato de que a maioria desses órgãos utilizam-se de recursos de Ações vinculadas a outros programas (além dos recursos dos fundos setoriais), o que impossibilita uma clara visualização do que vem sendo feito.

2.8 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Tabela 11 - Execução Física das Ações

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	122	1409	2272	Atividade	3	-	-	-	-
20	573	1409	2B18	Atividade	3	Tecnologia Difundida	2,000	2,000	4,000
20	601	1409	8542	Atividade	3	Estudos Realizados	2,000	1,000	3,000
20	212	1409	8626	Atividade	3	Acordos Implementados	22,000	22,000	25,000

2.8.1 Análise da Execução Física

As ações sob coordenação direta do Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia tiveram uma execução da ordem de 65% em média, tomando como parâmetro a dotação de recursos após o contingenciamento. Tal performance poderia ter sido maior, entretanto, a dotação de recursos para algumas ações ainda não permite a contratação de grandes projetos. Enquadram-se nessa restrição a de Cooperação Internacional, onde a realização do Ethanol Week mais uma vez contou com apoio financeiro da Agência Brasileira para Cooperação ABC/MRE, e a Difusão Tecnológica, cuja dotação impede a celebração de convênios para apoiar grandes projetos de extensão rural.

2.9 INDICADORES INSTITUCIONAIS

No Manual de Instruções de preenchimento do RG/2009 em seu item “2.4.2 – Indicadores Institucionais” é solicitado que a UJ (Unidade Jurisdicionada) transcreva de 3 (três) a 6 (seis) indicadores, preferencialmente fazendo menção aos indicadores mais importantes e, estes devem possuir as mesmas características e a estrutura utilizada no modelo de Relatório de Gestão do exercício anterior.

Entendemos que “Indicadores Institucionais”, são os indicadores utilizados para avaliar o desempenho da SPAE como Secretaria, inclusive no que diz respeito aos Recursos Humanos.

No caso da SPAE os únicos indicadores existentes são os utilizados para avaliar os Programas de Gestão dos Departamentos de Agroenergia e do Café, cujos Departamentos desenvolvem os Programas 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia e o Programa 0350 Desenvolvido da Economia Cafeeira.

A Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, não utiliza e não tem indicadores definidos para avaliar seu desempenho enquanto instituição, assim também, como não existe na Secretaria uma política de avaliação de desempenho dos Recursos Humanos.

Ante ao exposto e, tendo em vista a inexistência de indicadores institucionais previamente definidos e a SPAE em seu relatório anterior não ter feito menção a tais indicadores, informamos que este item não se aplica ao Relatório de Gestão da SPAE.

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

3.1 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Tabela 12 - Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	24	24	24
Próprios	13	13	13
Requisitados	11	11	11
Celetistas	02	02	02
Cargo de livre provimento	16	16	16
Estatutários	08	08	08
Não Estatutários	---	---	---
Terceirizados	08	08	08
Total	42	42	42

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 e 2009

Tabela 13 - Composição e Custos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Quadro Próprio						
Tipologia	Qtd.	Vencimento e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	13	344.046,45	42.016,69	130.049,76	---	32.694,38
2008	13	406.202,31	60.607,97	188.576,89	---	32.034,45
2009	13	434.307,76	64.030,60	44.008,02	---	28.974,50
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	---	---	---	---	---	---
2008	---	---	---	---	---	---
2009	02	---	101.934,89	423,14	---	4.146,93
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	19	---	812.276,50	---	---	44.400,58
2008	22	---	996.963,63	---	---	50.196,02
2009	24	---	1.196.664,00	55.096,80	---	44.532,52
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	02	---	285.449,12	---	---	---
2008	02	---	309.161,56	---	---	---
2009	01	---	176.717,16	---	---	---
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	10		172.008,60			
2008	11		282.006,02			
2009	10		204.493,75			
Quadro Terceirizado						

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	---	---	08	323.237,04	---	---	---	---
2008	---	---	08	342.627,96	---	---	---	---
2009	---	---	08	368.075,02	---	---	---	---

3.2 Indicadores Gerenciais sobre RH.

Não é o caso dessa UJ.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR

Tabela 14 - Restos a Pagar Processados

Em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados até dez 09	Pagos até dez 09	A pagar
Dez 2009	5.600,00	-	5.600,00	-
Dez 2008	62.147,86	-	62.147,86	-
Dez 2007	5.702,04	-	3.215,90	2.476,14
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados até dez 09	Pagos até dez 09	A pagar
2009	2.273,33	-	2.273,33	9.303,28
2008	19.735,83	3.963,87	6.468,68	9.303,28
2007	14.887,26	9.383,07	3.215,90	2.288,29

5.1 Análise Crítica

Justifica-se o saldo remanescente referente a restos a pagar no valor de R\$ 9.303,28 (nove mil, trezentos e três reais e vinte e oito centavos) não processados, uma vez que a Brasil/Telecom/OI infringiu cláusulas contratuais ao emitir suas faturas sem os descontos acordados. Sendo assim, as faturas foram devolvidas à mesma para nova emissão e até a presente data ainda não foram encaminhadas ao MAPA para pagamento.

Informamos ainda, que os valores inscritos em Restos a Pagar, pela SPAE, são de pequena monta, não chegando a afetar os limites orçamentários.

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

6. QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS

Tabela 15 - Detalhamento de Transferências

CONCEDENTE(S)									
UG / CNPJ		Denominação							
280106		SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contra-partida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	700620 /2008	Associação Bras. Dos Produtores de Pinhão Manso	180.400,75	45.200,00	225.600,75	180.400,75	22/12/08	22/12/09	1
1	706295/ 2009	Associação Bras. Dos Produtores de Pinhão Manso	250.000,00	121798,00	371.798,00	250.000,00	29/10/09	29/04/10	1
4	*	Embrapa Agroenergia	123.000,00	-	-	123.000,00	31/07/09	31/12/09	1
4	*	Embrapa/Cenargen	300.000,00	-	-	300.000,00	08/12/09	08/12/11	1
4	*	Universidade Federal de Lavras	130.000,00	-	-	130.000,00	18/08/09	18/12/09	1
4	*	Embrapa/ Mato Grosso	6.420,00	-	-	6.420,00	03/12/09	31/12/09	1

Fonte: SIAFI

* Recursos descentralizados mediante Repasse.

6.1 Análise Crítica

As parcerias estabelecidas com as entidades acima descritas tiveram como objetivo a divulgação dos recentes avanços sobre as culturas com potencialidades de produção de óleos, economicamente viáveis, visando a produção e uso do Biodiesel com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional. Estas ações possibilitaram a troca de informações e a proposição de soluções tecnológicas, de modo a apoiar usinas e agricultores no cultivo destas culturas. E ainda, discutir a geração e/ou adaptação de tecnologias para a resolução dos gargalos relacionados à consolidação da cadeia produtiva do biodiesel.

Quanto à liberação dos recursos, todas as liberações efetuadas foram realizadas dentro dos limites orçamentários estabelecidos pelo Decreto 6.752/2009, com redação dada pelo Decreto 6.993/2009.

Não houve inadimplência quanto aos Convênios celebrados durante o exercício de 2009.

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07/10/2009.

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.

DECLARAÇÃO			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA/SPAE/DF		280106	
<p>Atesto que as informações constantes dos Sistemas SIASG e SICONV, estão disponíveis e atualizadas, conforme estabelece art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Responsável	RONIL CARLOS DA SILVA	Cargo	COORDENADOR DA CAO/SPAE

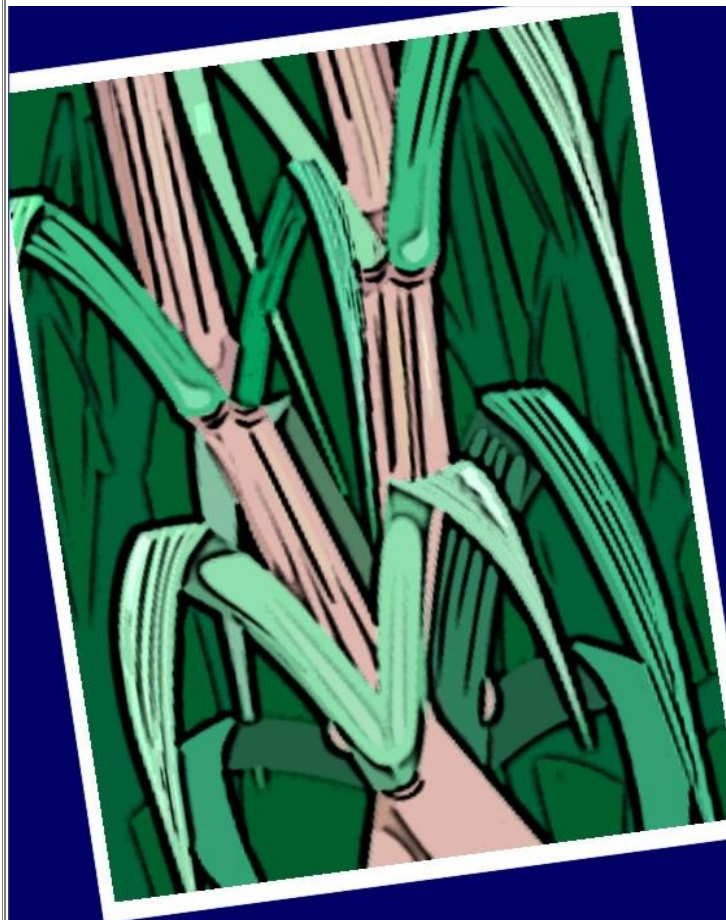
ITEM I DA PARTE B DO ANEXO II DA DN Nº 100, DE 07/10/2009.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA/SPAE/DF			280106
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO



SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA



Prestação de Contas Ordinária Anual

**Relatório de Gestão
do Exercício de 2009**

**Unidade Agregada
FUNCAFÉ**

Março/2010



SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA - SPAE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO DO EXERCÍCIO DE 2009 FUNCAFÉ

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília 31/março/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café

ABICS - Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel.

CDPC - Conselho Deliberativo da Política do Café

CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool

CGPE - Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC - Conselho Nacional do Café

DCAF - Departamento do Café

DN - Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

RG – Relatório de Gestão

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SPAIE - Secretaria de Produção e Agroenergia

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Figura 1 - CDPC/Funcafé	3
Tabela 1 - CDPC - Reuniões Ordinárias.....	4
Tabela 2 - CDPE/Café - Reuniões Ordinárias	5
Tabela 3 - CDPM/Café - Reuniões Ordinárias	5
Tabela 4 - Tipo de Programas.....	10
Tabela 5 - Tipo de Ação	11
Figura 2 - Subprojetos / Planos de Ação de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - 2009.....	12
Tabela 6 - Tipo da Ação - 4641	18
Tabela 7 - Tipo da Ação 2C94.....	20
Tabela 8 - Tipo da Ação - 0012	25
Tabela 9 - CGPE.....	26
Figura 3 - Evolução da Produção Brasileira de Café	30
Tabela 10 - Exportações de Café	31
Figura 4 - Volume das Exportações do Café	31
Figura 5 - Receita Cambial	31
Figura 6 - Evolução do Consumo do Café.....	32
Tabela 11 - Denominação Orçamentária	33
Tabela 12 - Programação de Despesas Correntes – UO :22906.....	33
Tabela 13 - Programação de Despesas Correntes - UO:74901	33
Tabela 14 - Programação das Despesas de Capital - UO: 22906.....	34
Tabela 15 - Programação das Despesas de Capital - UO: 74901	34
Tabela 16 - Programação das Despesas e Reserva de Contingência - UO: 22906.....	35
Tabela 17 - Programação das Despesas e Reserva de Contingência - UO: 74901.....	35
Tabela 18 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	37
Tabela 19 - Despesas por Modalidade de Contratação	40
Tabela 20 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	40
Tabela 21 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	41
Tabela 22 - Identificação do Programa de Governo	43
Tabela 23 - Execução Física das Ações	46
Tabela 24 - Pagamentos de Restos a Pagar.....	47
Tabela 26 - Operações especiais 0012 e 0A27	52
Tabela 27 - Recursos disponibilizados aos Agentes Financeiros.....	54
Tabela 28 - Liberações dos Recursos do Funcafé.....	56
Tabela 29 - Liberações dos Recursos do Funcafé.....	57
Tabela 30 - Linha Especial de Financiamento	58
Figura 7- Repasses aos Agentes Financeiros - Liberações (2001-2009).....	59
Figura 8 - Liberação dos Recursos em 2009.....	59
Figura 9 - Recursos Liberados por Linhas de Financiamento - 2009.....	60
Tabela 31 - Aplicação dos Recursos Liberados em 2009 - Posição 21/12/2009.....	61
Figura 10 - Aplicação dos Recursos por Unidade.....	62
Tabela 32 - Distribuição das Aplicações dos Recursos do Funcafé.....	63
Tabela 33 - Reembolsos dos Financiamentos Concedidos	64
Tabela 34 - Remuneração paga aos Agentes Financeiros	65

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO.....	1
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.	2
2.1.1	Competência	2
2.1.2	Objetivos estratégicos	6
2.2	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	7
2.2.1	Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	7
2.2.2	Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	9
2.3.	PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	9
2.3.1.	Relação dos programas e suas principais ações.....	9
2.3.2.	Principais ações do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira	111
2.3.3.	Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	26
2.3.4.	Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	26
2.4.	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	28
2.4.1.	Evolução das Receitas e Despesas.....	28
2.4.2.	Indicadores de desempenho.....	29
2.4.3.	Análise do desempenho.....	29
2.5	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	33
2.5.1	Programação das Despesas Correntes - UO: 22.906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.....	33
2.5.2	Programação das Despesas de Capital – UO: 22.906 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê-MAPA.....	34
2.5.3	Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência – UO: 22906 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê.....	35
2.5.4	ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL.....	36
2.5.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	37
2.6	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	40
2.6.1	Despesas por Modalidade de Contratação.....	40
2.6.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	400
2.6.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	41
2.6.4	ANÁLISE CRÍTICA.....	41
2.7	Demonstrativo da Execução Orçamentária - Programa de Governo 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira.....	42
2.7.1	ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA.....	44
2.8	Execução Física das Ações realizadas pela Unidade Agregada de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê.....	46
2.8.1	ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA.....	466
2.9	INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	47
5.	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR.....	47
5.1	Análise Crítica.....	48
6.2	Quadro de Detalhamento de Transferências.....	49
6.1.2	Análise Crítica.....	51
23.	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA.....	51
23.1.	Dados gerais das ações.....	52
23.2	CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNCAFÉ.....	53
23.3	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS AOS AGENTES FINANCEIROS.....	60
23.4	REEMBOLSO DOS FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FUNCAFÉ.....	63
23.5.	REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS.....	64
23.6.	COMENTÁRIOS FINAIS.....	65
	ANEXOS	67

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira			
Denominação abreviada: Funcafé			
Código SIORG: 00014	Código na LOA: 22906	Código SIAFI: 130137	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Economia Cafeeira		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3218-2147	(061) 3218-2194	(061) 3322-0337
Endereço eletrônico: funcafe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Cep, Cidade e Unidade da Federação			
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar – CEP: 70.043-900 – Brasília-DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
(identificação da norma e data de publicação) Decreto 5.351, de 21.01.2005, publicado no DOU de 24.01.2005, aprova a Estrutura Regimental do Mapa, incluindo a Secretaria de Produção e Agroenergia, art. 25, e o Departamento do Café, art. 27. Decreto – Lei nº 2295, de 21/11/1986, DOU de 24/11/1986 regulamentado pelo Decreto nº 94.874, de 15/09/1987, DOU 16/09/1987, e ratificado pela Lei 9239, de 22/12/1995, DOU de 26/12/1995 e art. 6º da Lei nº 8.173, de 30/01/1991, DOU em 31.01.1991, cria e ratifica o Funcafé.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria MDIC nº 149, em 16/09/1987, DOU de 17/09/1987 - Estabelece as normas operacionais do Funcafé; Decreto-Lei nº 2440, de 03/06/1988, DOU de 06/06/1988 - Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do Funcafé; Decreto nº 4623, de 21/03/2003, DOU de 24/03/2003 - Dispõe sobre o conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC); Resolução nº 28, de 21/06/2005, DOU de 22/06/2005 - Suspende os arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2295, que tratam da quota de contribuição Resolução CDPC nº 4, de 28/11/2006, DOU de 30/11/2006 - Cria os quatro Comitês Diretores do CDPC: Pesquisa e Desenvolvimento do Café; Planejamento Estratégico do Agronegócio Café; Promoção e Marketing do Café e Acordo Internacional do Café.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Relatório de Atividade do Funcafé (anual). Data de publicação: 1º semestre do exercício seguinte.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
280106	130137	Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA	
130138	130140	Secretaria de Produção e Agroenergia-Funcafé	
130160	130163	Gabinete do Ministro/Mapa/Funcafé	
130165	130167	Coordenação-Geral de Logist. e Serv. Gerais-Funcafé	
130170		Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé /MG	
		Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/ES	
		Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/RJ	
		Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/SP	
		Superintendência Federal de Agric., Pec., e Abast./Funcafé/PR	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
000001		Tesouro	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
280106		000001	
130137		000001	
130138		000001	
130140		000001	
130160		000001	
130163		000001	
130165		000001	
130167		000001	
130170		000001	

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 100, DE 07/10/2009.

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência

De acordo com o art. 25 do Decreto nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, compete à Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE:

I - contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucroalcooleira e agroenergética;

II - formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético;

III - prover os serviços de secretaria-executiva do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA;

IV - propor ações e participar de discussões sobre os temas de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;

V - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

VI - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;

VII - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

VIII - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Composta pelo Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia - DCAA e o Departamento do Café - DCAF, a SPAE contribui para a formulação de políticas públicas, supervisão e avaliação de programas e ações focados nas produções cafeeiras, sucroalcooleiras e agroenergéticas.

2.1.1.1 Departamento do Café - DCAF

De acordo com o art. 27 do Decreto nº. 5.351/2005, e art. 17 da Portaria Mapa nº 121, de 15 de maio de 2006, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, compete ao Departamento do Café - DCAF, que é constituído pela Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE e Coordenação-Geral de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - CGFuncafé:

I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor cafeeiro;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos do setor cafeeiro;

III - propor, coordenar e acompanhar a oferta e a demanda de cafés para exportação e consumo interno;

IV - planejar, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização;

V - promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais para o café emanadas do CDPC;

VI - propor, coordenar e controlar a formação dos estoques públicos de café e a gestão das unidades armazenadoras de café;

VII - promover estudos, diagnósticos e avaliar os efeitos das políticas econômicas sobre a cadeia produtiva do café;

VIII - identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Funcafé em custeio, colheita, comercialização, investimento, capacitação de recursos humanos e extensão rural, inclusive dos existentes no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR;

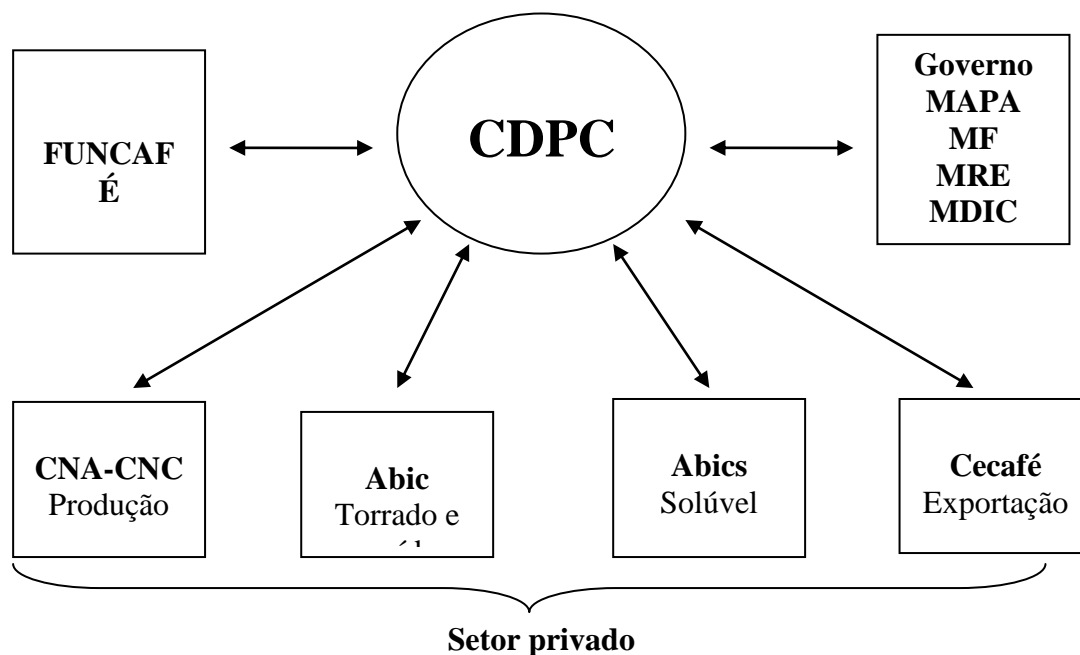
IX - desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do café nos mercados interno e externo, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;

X - formular proposta e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados ao setor cafeeiro, em articulação com as demais unidades do Ministério;

XI - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

As políticas públicas para a cafeicultura brasileira são discutidas e aprovadas no âmbito do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, instância máxima deliberativa da cafeicultura nacional, que é presidido pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e composto por membros do Governo, representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, da Fazenda - MF, do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, das Relações Exteriores - MRE, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, bem como por membros dos setores privados, representantes do Conselho Nacional do Café - CNC, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé, da Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic, e da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics.

Figura 1 - CDPC/Funcafé



De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.623, de 21 de março de 2003, compete ao CDPC:

I - aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção da exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;

II - autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café;

III - aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Funcafé, criado pelo Decreto-Lei nº. 2.295/86;

IV - regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;

V - estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;

VI - aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café.

Tabela 16 - CDPC - Reuniões Ordinárias

CDPC - Reuniões Ordinárias	
60ª Reunião	30 de abril de 2009

Fonte: Funcafé/DCAF

Com a edição da Resolução CDPC nº. 4, de 28 de novembro de 2006, foram criados quatro Comitês Diretores com o objetivo de prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos que são levados à deliberação do CDPC:

- **Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CDPD/Café** - proceder à análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, estoques, custos de produção e aos demais assuntos correlacionados ao agronegócio café, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:
 - a) Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
 - b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
 - c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé;
 - d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
 - e) Conselho Nacional do Café - CNC;
 - f) Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
 - g) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

- **Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café - CDPE/Café** - proceder à análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:
 - a) Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
 - b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
 - c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé;
 - d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
 - e) Conselho Nacional do Café - CNC;

- f) Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;
- g) Ministério da Fazenda - MF;
- h) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Tabela 17 - CDPE/Café - Reuniões Ordinárias

CDPE/Café - Reuniões Ordinárias	
14ª Reunião	29 de abril de 2009

Fonte: Funcafé/DCAF

- **Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café** - proceder à análise, discussão, aprovação, gestão e fiscalização das ações, de contratos e convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no país e exterior, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ACS/GM/Mapa.

Tabela 18 - CDPM/Café - Reuniões Ordinárias

CDPM/Café - Reuniões Ordinárias	
40ª Reunião	29 de abril de 2009

Fonte: Funcafé/DCAF

- **Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café - CDAI/Café** - proceder à análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café - OIC, constituído por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
- b) Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics;
- c) Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé;
- d) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- e) Conselho Nacional do Café - CNC;
- f) Ministério da Fazenda - MF;
- g) Ministério das Relações Exteriores - MRE.

Em relação ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, foi criado pelo Decreto-Lei nº. 2.295, de 21 de novembro de 1986, regulamentado pelo Decreto nº. 94.874, de 15 de setembro de 1987, e ratificado pela Lei nº. 9.239, de 22 de dezembro de 1995. Os recursos desse Fundo podem ser investidos nas seguintes ações:

I - prioritariamente:

- a) à formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e as de modernização das técnicas de estocagem.

II - subsidiariamente, às seguintes áreas da cafeicultura:

- a) racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;
- b) pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;
- c) cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;
- d) absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;
- e) incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;
- f) aprimoramento da mão de obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;
- g) melhoria da infraestrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;
- h) apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café solúvel;
- i) promoção e propaganda destinada ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;
- j) pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

E o art. 6º da Lei nº. 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, estabelece que os financiamentos com recursos do Funcafé, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 2.295/86, somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições emanadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. Com base no parágrafo único desse artigo, o CMN poderá também autorizar prorrogações e composições de dívidas relativas aos financiamentos desse Fundo, estabelecendo as condições a serem cumpridas para esse efeito.

2.1.2 Objetivos estratégicos

O Departamento do Café - DCAF, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, é responsável pela formulação e gestão de políticas públicas para o setor cafeeiro, que inclui planejar, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais emanadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café e a geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Participa, também das negociações do Acordo Internacional do Café - AIC e de reuniões realizadas pela Organização Internacional do Café - OIC, em Londres.

Com uma estrutura enxuta, suas Coordenações-Gerais, a de Planejamento e Estratégias - CGPE e a de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - CGFuncafé, subsidiam o DCAF dando-lhe condições para planejar, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, atuando, inclusive, na elaboração da proposta orçamentária anual e gerenciando a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização.

No exercício de 2009, foram executadas as ações que integram o Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, com recursos do Funcafé, que incluem o desenvolvimento de pesquisas agronômicas, de levantamento de safra, custos de produção, incentivo à produtividade e competitividade, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior, além do planejamento e execução dos financiamentos à cafeicultura por meio da liberação de recursos para operações de custeio, colheita, estocagem, Financiamento para Aquisição de Café - FAC, Cédula de Produto Rural - CPR, recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo e linha especial para cooperativas de crédito.

As principais ações do referido Programa, bem como os resultados alcançados, estão descritas no item “Programas sob a responsabilidade da unidade”, deste Relatório de Gestão.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

O objetivo estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa é participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio, além de contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira. E sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Nesse contexto, destacamos as seguintes ações para o agronegócio café, que também integraram o Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 deste Ministério:

- **Financiamento da cafeicultura**

O Mapa, para a safra de café 2009/2010, destinou até R\$ 1,8 bilhão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé para as linhas de financiamento previstas na Resolução CMN nº 3.451: R\$ 200 milhões para custeio; R\$ 450 milhões para colheita; R\$ 460 milhões para estocagem; e R\$ 400 milhões para FAC.

Os beneficiários dessas linhas são cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou mediante repasse por suas cooperativas, sendo que a estocagem admite também cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria; e FAC são indústrias torrefadoras de café, beneficiadores e exportadores.

Para as operações previstas na Resolução CMN nº. 3.643, foram destinados R\$ 100 milhões para Cédula de Produto Rural - CPR, física ou financeira, emitidas por produtores rurais ou suas cooperativas, e na Resolução CMN nº. 3.640 - R\$ 90 milhões para recuperação de lavouras de café atingidas por chuva de granizo em 2008 e 2009. Também foram destinados R\$ 100 milhões para as operações de custeio e de colheita de café contratadas com recursos do Funcafé a partir de junho de 2007, vencidas entre 1º de dezembro de 2008 e 31 de março de 2009, consoante a Resolução CMN nº 3.682.

E a Resolução CMN nº. 3.783 instituiu a linha especial para cooperativas de crédito, no montante de R\$ 100 milhões, com o objetivo de financiar a liquidação de operações de crédito efetuadas por cafeicultores que comprovarem incapacidade de pagamento e cujos recursos tenham sido utilizados na produção de café.

- **Pesquisa e Desenvolvimento do Café**

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, que congrega cerca de 40 instituições de pesquisa, ensino, extensão e empresas privadas no país, com o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e atividades capazes de dar sustentação tecnológica e econômica ao agronegócio café, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificar problemas e gerar alternativas tecnológicas.

Os vários projetos de pesquisa realizados anualmente pelos pesquisadores do CBP&D/Café contemplam toda a cadeia de produção cafeeira, seja no campo ou na indústria, bem como os efeitos da bebida na saúde humana. Os pequenos agricultores e agroindustriais e aqueles que produzem em base familiar também são contemplados pelas pesquisas. A transferência da tecnologia que é gerada e a organização das informações acumuladas relativas ao conhecimento básico e adquirido do café são prioridades da instituição, de forma que os resultados sejam amplamente conhecidos e aplicados pelo setor produtivo.

No exercício de 2009, foi previsto para a ação de pesquisa, no orçamento aprovado do Funcafé, o montante de R\$ 15,3 milhões. Entretanto, tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras no exercício, foi executado o valor de aproximadamente R\$ 9,28 milhões.

- **Levantamento da safra de café, estoques privados e custos de produção**

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab realiza anualmente o levantamento da safra de café, dando continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e à avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, bem como o levantamento de estoques privados e dos custos de produção nas regiões produtoras, com base no acompanhamento mensal da evolução dos preços dos insumos.

No exercício de 2009, para a realização dos citados levantamentos, foram investidos recursos da Ação Gestão e Administração do Programa - GAP, do Funcafé, da ordem de R\$ 930 mil, sob a forma de descentralização de crédito para a Conab.

- **Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil**

A campanha anual nacional de publicidade dos Cafés do Brasil, promovida por este Ministério por meio do Departamento do Café - DCAF e da Assessoria de Comunicação Social - ACS, do Gabinete do Ministro - GM, tem como objetivo informar e conscientizar a população sobre as vantagens do consumo moderado e regular do café à saúde humana, assim como seus benefícios socioeconômicos em termos de exportação, geração de renda e de empregos, além de despertar o interesse pelo consumo do café.

O “Super Café” é o personagem central dessa campanha de utilidade pública, contou com a produção de um filme de curta duração de 30’ veiculado em TV aberta e por assinatura e em cinemas das principais capitais brasileiras. E, ainda, com peças publicadas em revistas como VEJA, Época, Exame, Isto É, Carta Capital, e distribuição de folhetos com conteúdo informativo e educativo.

Em relação às ações promocionais dos Cafés do Brasil, tem como objetivo formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidem e ampliem os negócios com o café nos mercados interno e externo, garantam visibilidade e traduzam a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, ampliem permanentemente o consumo do café, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado, bem como fortalecer a marca Cafés do Brasil nesses mercados.

Em 2009, no orçamento aprovado do Funcafé, estavam previstos R\$ 5 milhões em publicidade no país e R\$ 10 milhões em promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior. A ação de publicidade foi executada em sua totalidade. Quanto às ações promocionais, com as restrições orçamentárias e financeiras no exercício, foi executado o montante de R\$ 2,172 milhões.

2.2.2 Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O Plano de ação referente ao exercício de 2009 está consolidado no Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, o qual está detidamente detalhado no próximo item “Programas sob a responsabilidade da unidade”.

2.3. PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. Relação dos programas e suas principais ações

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável.

Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção dos Cafés do Brasil nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Tabela 19 - Tipo de Programas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.
Objetivos específicos	-
Gerente do programa	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Gerente-executivo	Lucas Tadeu Ferreira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Manoel Vicente Fernandes Bertone
Indicadores ou parâmetros utilizados	972 - Consumo Interno de Café 973 - Volume de Produção de Café 975 - Volume de Exportação de Café
Público-alvo (beneficiários)	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, indústria, exportação e comercialização

Fonte: Funcafé/DCAF

Os financiamentos do Funcafé somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, as quais estabelecem todas as condições operacionais, financeiras e contratuais para cada caso, consoante as proposições originadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. E, no caso das despesas correntes, contempladas no PPA, estão contidas nas ações descritas a seguir:

- 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- 4717 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café;
- 2825 - Conservação dos Estoques Reguladores de Café;
- 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura;
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- 2C94 - Promoção do Café Brasileiro;
- 0012 - Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café;
- 0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café; e,
- 4792 - Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura.

Referidas ações são efetivadas mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos visando o desenvolvimento da cafeicultura brasileira.

2.3.2. Principais ações do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira

2.3.2.1. Ação 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura

Dados Gerais da Ação

Tabela 20 - Tipo de Ação

Tipo da Ação	Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura
Finalidade	Desenvolver novos processos tecnológicos aplicáveis ao agronegócio café em todos os seus estágios, visando ao incremento da produção e à produtividade da cultura, bem como viabilizar a adoção, pelos agentes da cadeia do agronegócio café, de conhecimentos, tecnologias e processos disponibilizados pela pesquisa.
Descrição	Elaboração de pesquisas, desenvolvimento e inovação em cafeicultura mediante incentivo à obtenção de novas variedades e de novas técnicas de cultivo, colheita e industrialização de café; orientação ao produtor na adequação de seus custos em relação aos preços praticados no mercado, bem como transferências de tecnologias para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio café.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPA/Mapa
Coordenador Nacional da Ação	CGPE/DCAF/SPA
Unidade executora	130137 - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPA/Mapa

Fonte: Funcafé/DCAF

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café é constituído por projetos multiinstitucionais e multidisciplinares, com o objetivo de gerar e transferir conhecimentos e tecnologias que aprimorem a competitividade do agronegócio café brasileiro, e desenvolvido por meio de inovador arranjo institucional, chamado Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (Unidade Embrapa Café).

O CBP&DCafé congrega as instituições de pesquisa dos principais estados produtores de café: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig, Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - Pesagro - Rio, Universidade Federal de Lavras - Ufla, Universidade Federal de Viçosa - UFV, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. A essas instituições, outras universidades, institutos, cooperativas e fundações se unem como parceiros no desenvolvimento do PNP&D/Café.

Respeitadas as características regionais e institucionais, a estrutura brasileira de pesquisa e desenvolvimento do café passou, com a instituição do CBP&D/Café em 1997, a configurar-se como uma rede integrada de instituições de pesquisa, ensino, extensão e entidades privadas visando otimizar os recursos, humanos, físicos, financeiros e materiais para a consecução do PNP&D/Café, com o objetivo de gerar, adaptar e difundir tecnologias e informações necessárias e imprescindíveis ao desenvolvimento do negócio do café no Brasil, no âmbito de toda a cadeia agroindustrial e nas áreas de competências das instituições consorciadas. Essas ações são realizadas com o referendo do

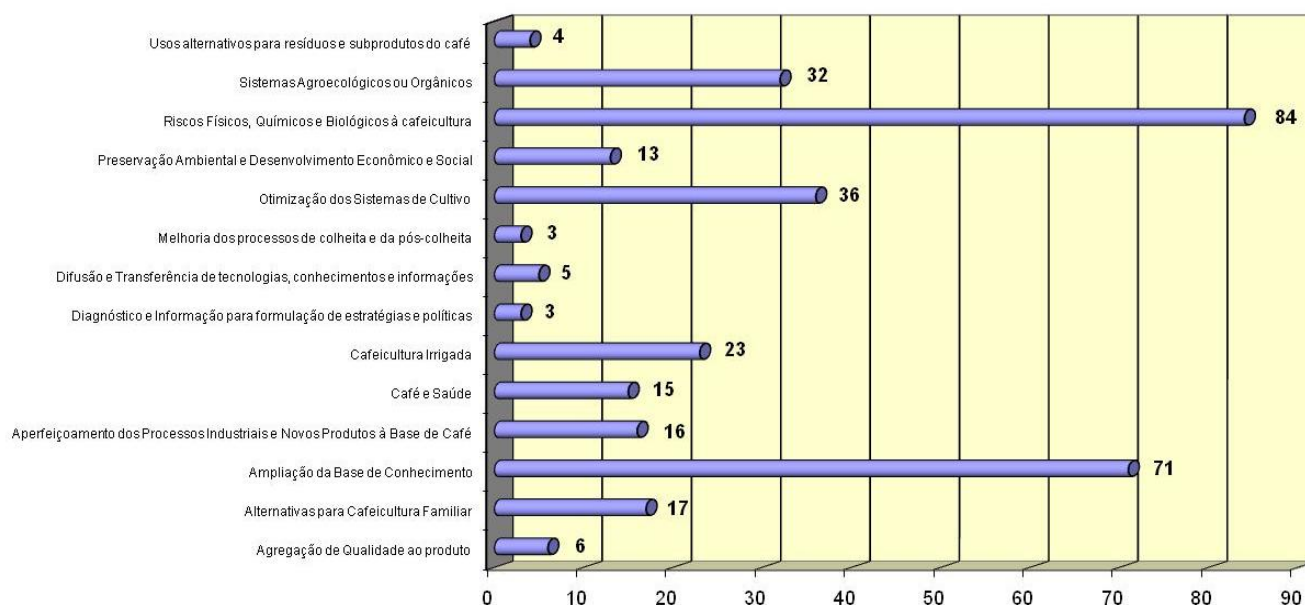
Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, colegiado que representa os principais segmentos do agronegócio café e que estabelece as diretrizes deste programa de pesquisa.

A Embrapa Café, gestora do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, atenta às preocupações do setor cafeeiro e alinhada com as diretrizes do CBP&D/Café, vem cada vez mais imprimindo esforços no sentido de alcançar agilidade nos processos, transparência nas ações, respeitando todos os preceitos técnicos e legais, de forma a incentivar o incremento da programação e da captação de novos investimentos para a pesquisa.

Em relação aos recursos do Funcafé, o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2009 para o desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café foi de R\$ 15.306.132,00. No entanto, devido a cortes orçamentários e financeiros no âmbito do Governo Federal, foram descentralizados à Embrapa Café o montante de R\$ 7.572.840,36, sendo R\$ 5.977.840,36 para custeio e R\$ 1.595.000,00 para investimento. Esse montante permitiu ao Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café a execução / contratação de 200 ações de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo projetos multidisciplinares em todas as principais áreas de conhecimento e diversas ações de transferência e difusão de tecnologia.

Referida programação foi estruturada em 14 focos temáticos visando atender de forma efetiva as necessidades prioritárias identificadas pelo setor, e concentrar esforços e recursos financeiros de maneira integrada e sistêmica entre as instituições consorciadas.

Figura 2 - Subprojetos / Planos de Ação de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - 2009



Fonte: Embrapa Café

Esse esforço concentrado de pesquisa congregou não apenas as instituições fundadoras do Consórcio, sendo o trabalho desenvolvido em 39 instituições de pesquisa, ensino e extensão rural do país. Dentre elas, 10 Unidades de Pesquisa da Embrapa, sete instituições de pesquisa estaduais, 15 universidades, além de cooperativas e fundações.

Dentre as ações de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D do programa de pesquisa do Consorcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café em 2009, destacam-se:

- desenvolvimento de cultivares visando características agronômicas e tecnológicas adequadas a colheita, aperfeiçoamento do sistema radicular, diferentes sistemas de cultivo e mecanismos de defesa visando obtenção de cafeeiros com resistência múltipla às doenças, pragas e nematóides. Também foram conduzidos trabalhos de avaliações regionais e nacional de cultivares de café arábica, que contribuíram com valiosas informações sobre o potencial de produção das cultivares existentes nos diversos ambientes produtivos. Como garantia para o sucesso do trabalho de melhoramento genético do cafeeiro, ressalta-se a manutenção, ampliação e caracterização dos bancos ativos de germoplasma de *Coffea*, em coleções localizadas estrategicamente nas diversas instituições do Consórcio. Esse projeto recebeu em 2009 o Prêmio Embrapa na categoria parceria;
- estudos em biotecnologia, com ênfase para construção de mapa genético com marcadores de DNA e caracterização de marcadores de modificações nucleotídicas a partir da base de dados do Projeto Genoma Café. Destaca-se a multiplicação via embriogênese somática de materiais de alto valor agrônômico, complementados por avaliação em condições de campo. Nesse sentido, pesquisadores do Consórcio desenvolveram uma biofábrica que poderá produzir em larga escala mudas clonais de café arábico por meio de embriogênese somática. Através dessa biofábrica, será possível distribuir comercialmente aos agricultores mudas de café a partir da propagação vegetativa do *Coffea arabica*, espécie que normalmente é propagada comercialmente por meio de sementes. Essa pesquisa é resultado do trabalho de pesquisadores que vêm selecionando, há 12 anos, por meio da propagação vegetativa, plantas matrizes com características de grande interesse agrônômico, tais como com resistência ao bicho-mineiro e à ferrugem, boa qualidade de bebida e alta produtividade. Os dados gerados por esse Projeto resultaram no primeiro pedido de patente tecnológica, que foi depositado pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Instituto Agrônômico de Campinas - IAC e Embrapa Café no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI. Ela é relativa à identificação de promotores de genes específicos para tecidos de café, tais como raiz, folhas e frutos. A identificação desses promotores tem especial importância na futura geração de novas cultivares. No setor produtivo, a tecnologia pode ser utilizada na produção de plantas em escala industrial;
- caracterização e avaliação de tecnologias de uso, prática e manejo de agrossistemas com café arborizado. Com foco também em estudos sobre os impactos ecofisiológicos, edáficos e fitotécnicos do sombreamento e as consequências desse consórcio com outras culturas sobre a sustentabilidade do ambiente, além da avaliação de cultivares, de materiais orgânicos e de plantas como fontes de nutrientes na adubação para a sustentabilidade de agroecossistemas cafeeiros. O Sistema de decantação e filtração da água residuária do processamento dos frutos do cafeeiro, que tem como objetivo remover as partículas sólidas que ficam suspensas na água quando do processamento dos frutos do cafeeiro. Através desse sistema, a água residuária pode ser reutilizada na unidade processadora de café, reduzindo assim seu gasto na operação de processamento do café;
- aprimoramento do sistema de produção de café irrigado e definição de tecnologias para uso da irrigação em diferentes sistemas de produção, para diversas regiões produtoras, visando à competitividade e sustentabilidade. Na mesma direção, com atenção especial a eficiência na aplicação de nutrientes minerais, foram realizados trabalhos para definição de estratégias de fertirrigação objetivando potencializar o rendimento e a qualidade do produto;

- trabalhos regionais para o delineamento de um sistema padrão de produção de café orgânico, associado a trabalhos de avaliações de sistemas não usuais de manejo das adubações do cafeeiro, com foco na nutrição, sanidade e proteção do solo;
- manejo de plantas infestantes em cafeeiros e avaliação de diferentes sistemas de controle do mato em cafezais e suas implicações na qualidade estrutural do solo. E pesquisa de alternativas para aumentar a eficiência da adubação verde e balanço de nutrientes em sistemas agroecológicos e orgânicos de produção de café, assim como, estudos básicos e aportes para o manejo sustentável de cochonilhas farinhentas do cafeeiro;
- estudos sobre a variabilidade genética de nematóides e resposta funcional de genótipos de cafeeiros sob diferentes condições de manejo, aliado ao estabelecimento de práticas de condução da cultura com controle biológico em áreas cafeeiras infestadas;
- aperfeiçoamento do processo produtivo decorrente do avanço no conhecimento sobre tipos e melhores épocas de poda do café Conilon, com reflexo direto no aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da atividade cafeeira;
- estudos para o dimensionamento do parque cafeeiro através de tecnologias de geoprocessamento;
- desenvolvimento e adaptação de tecnologias para a secagem do café com o objetivo de promover a agregação de valor ao produto na etapa pós-colheita, para regiões características de cafeicultura familiar;
- desenvolvimento de metodologia de análise química para a discriminação dos diferentes tipos de cafés, somado ao desenvolvimento de trabalhos direcionados para a identificação do potencial das cultivares de cafeeiro para a produção de cafés especiais;
- otimização de condições de torrefação do café e desenvolvimento de novos produtos, agregando qualidade e benefícios à saúde, por meio da formulação de cafés enriquecidos com vitaminas, micronutrientes e minerais;
- estudo da viabilidade técnica e econômica do processo de obtenção de concentrados aromáticos de café e da aplicabilidade das essências de aroma de café, utilização de extrato de café solúvel em pó no desenvolvimento de novos produtos, como bebidas do tipo “café com leite” elaboradas à base soja. Esses estudos incluíram o iogurte sabor café, apresentado durante a inauguração de shopping em Brasília. A novidade é uma ótima opção para as pessoas que gostam de iogurte e também de café. O objetivo do desenvolvimento do produto foi aumentar o consumo de iogurtes, especialmente entre o público adulto. O produto alia os benefícios do iogurte e também do café à saúde humana; e,
- estudos de possíveis soluções tecnológicas estratégicas para manter a produtividade e mitigar os efeitos das mudanças climáticas na produção de café.

Paralelamente a essas ações, no segundo semestre de 2009, o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café realizou sua terceira chamada de projetos no formato de edital, a qual foi disponibilizada em consonância com a Agenda Estratégica do Agronegócio Café, definida pelo Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, juntamente com o Conselho Diretor do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café e com base nos fundamentos do Sistema Embrapa de Gestão - SEG. O número de propostas recebidas atendeu às expectativas dos coordenadores do processo e dos parceiros das instituições consorciadas. Esse resultado positivo da chamada foi um forte indicativo da percepção dos pesquisadores e instituições do Consórcio sobre a importância de se investir em inovação para garantir a competitividade do agronegócio café brasileiro. Após a finalização da etapa de análise das propostas de projetos recebidas,

foram pré-qualificadas por mérito técnico 57 das 102 propostas apresentadas que estão na fase final de análise do mérito estratégico para serem contratadas no primeiro semestre de 2010.

Vale destacar que a atuação do PNP&D/Café abrange não somente a geração e adaptação de conhecimentos e tecnologias, mas também a sua difusão e transferência aos demais elos da cadeia agroindustrial do café. Assim, é por meio dessa transferência que os conhecimentos e tecnologias atingem os cafeicultores e, com sua adoção, permitem incrementos significativos na produtividade física da lavoura e qualidade das bebidas de café.

No ano de 2009, além dos projetos de pesquisa, o CBP&D/Café apoiou diversas ações de transferência e difusão de tecnologia, com ênfase em palestras, cursos, reuniões e dias de campo. Os pesquisadores do Consórcio estiveram presentes em congressos, simpósios, seminários, workshops e feiras agropecuárias, com grande número de participantes envolvidos. Esses eventos caracterizam-se como ferramenta de integração entre os agentes do agronegócio café, sempre com foco no atendimento das demandas regionais.

O balanço destas ações reforça o cumprimento da meta do Consórcio em desenvolver estudos, pesquisas e atividades capazes de dar sustentação tecnológica e econômica à cadeia produtiva do café, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificação de problemas e geração de alternativas tecnológicas.

Para a comunidade científica, os resultados obtidos também foram comunicados na forma de artigos científicos, publicados em revistas especializadas no país e no exterior. O CBP&D/Café conta hoje com a revista *Coffee Science*, editada pela Universidade Federal de Lavras - Ufla e voltada para cientistas e estudiosos do café que desejam publicar artigos originais completos que contribuam para o desenvolvimento da cafeicultura nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, de Alimentos e Sociais Aplicadas, elaborados por membros da comunidade científica nacional e internacional. A revista conta com um grupo de especialistas para avaliação dos trabalhos recebidos nas áreas temáticas da cafeicultura.

Outra importante ação coordenada pela Embrapa Café, e realizada com apoio de recursos do Funcafé em 2009, foi o VI Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, no período de 2 a 5 de junho de 2009, no Centro de Convenções da cidade de Vitória, ES, que teve por finalidade provocar a reflexão, no âmbito do CBP&D/Café, acerca de temas relacionados ao setor cafeeiro que visem garantir o aumento da competitividade do produto e a sustentabilidade do agronegócio. Esse evento teve também como objetivo promover a integração entre os vários segmentos da pesquisa cafeeira, com vistas a superar barreiras e proporcionar o aprimoramento na cadeia do café, além de informar e debater mais detalhadamente temas de interesse dos participantes, tais como: indicadores de sustentabilidade para cafeicultura, gestão da propriedade cafeeira e classificação de qualidade física e degustativa do café conilon, entre outros.

Adicionalmente à programação técnica do VI Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, foram oferecidos aos participantes pequenos cursos de caráter presencial e com carga horária de quatro horas, desenvolvidos com atividades que propiciaram tanto a aquisição e atualização de conhecimentos como a reflexão e o tratamento dos temas de importância, regional e nacional, para o setor produtivo do agronegócio café.

Os relatos dos resultados de pesquisas e as experiências resultaram na inscrição de 398 trabalhos e revelaram um desenvolvimento significativo de iniciativas científicas nas instituições que compõem o CBP&D/Café. Os aspectos metodológicos, qualidade de resultados, impactos na cadeia produtiva,

entre outros, foram priorizados na organização do evento. Durante os dias, os participantes puderam visitar a exposição “Cândido Portinari: num pé de café nasci”, do artista consagrado que mais retratou o café ao longo de sua obra. A arte de Portinari também foi o foco da palestra de abertura do VI Simpósio. João Cândido Portinari, filho do artista, fez uma emocionante apresentação sobre o Projeto Portinari, criado há 30 anos e que hoje reúne mais de 5.000 obras do pintor que estavam espalhadas por todo o mundo, compartilhando-as com o povo brasileiro. Ele levou, nessa palestra, um pouco da história de vida e arte do menino de Brodósqui, que alinhava as lavouras de café e a robustez dos trabalhadores do campo com a destreza dos pincéis ou nanquim bico de pena - uma forma de reverenciar o pintor que conseguia tornar terno o ambiente inóspito do solo desnudo ou de faces famintas de crianças brincando.

Os recursos provenientes do Funcafé têm ainda sido investidos nos últimos anos na formação de novos pesquisadores científicos por meio da atuação de estudantes de graduação e pós-graduação em projetos do CBP&D/Café. Cerca de 200 bolsistas são formados anualmente pelo Consórcio atuando em diferentes instituições de pesquisa e universidades propiciando aprendizagem e aperfeiçoamento profissional para muitos bolsistas. Porém, decorridos 10 anos de seu início, como qualquer outro, o Programa de Bolsas do CBP&D/Café necessitava de alguns ajustes, tanto no que diz respeito à sua operacionalidade e controle, quanto à sua adequação às exigências contemporâneas de qualificação de profissionais.

Para aumentar o reconhecimento do CBP&D/Café na comunidade científica, foram concebidas alterações que realmente promovessem agilidade nos processos e valorização dos colaboradores. Para tanto, foi adequada a norma de concessão e atualizados os valores de referência dos benefícios, além de desenvolvido um sistema informatizado, com base em plataforma WEB, para solicitação, acompanhamento e gestão dos processos. As mudanças realizadas no Programa resultaram no fortalecimento do apoio financeiro para capacitação e retenção de profissionais, estimulando a implantação de inovações tecnológicas, com a finalidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento na execução de projetos de pesquisa técnico-científica.

Nos últimos anos, a multiplicação do conhecimento vem trazendo mudanças para a economia cafeeira nos aspectos de produtividade e sustentabilidade. Em diversas regiões cafeeiras, os eventos, cursos e treinamentos estimulam os produtores a agregarem valor a seus produtos e, muitos deles, já encontram nichos de mercado que garantem mais rentabilidade ao agronegócio, como os cafés certificados. O resultado desse esforço é o reconhecimento do Brasil não apenas como o maior produtor de café do mundo, mas também como país produtor de tecnologias e exemplo de integração entre as instituições de pesquisa.

Nesse contexto, cabe ressaltar que, embora constituam importante fonte financiadora, os recursos destinados pelo Funcafé não são a única base de sustentação do PNP&D/Café - os recursos humanos e laboratoriais das instituições consorciadas também contribuem para execução do programa de pesquisa.

Assim, a participação no CBP&D/Café tem sido importante na consolidação dos diversos grupos de pesquisa das instituições consorciadas, garantindo recursos financeiros para a execução de projetos de pesquisa e concedendo bolsas para a graduação e a pós-graduação. Essa atuação, por meio do aporte de recursos do Funcafé, tem contribuído para induzir e fomentar a ciência, tecnologia e

inovação em cafeicultura, possibilitando a condução de um dos maiores programas de P&D em café no mundo e garantindo a formação de recursos humanos especializados para a cafeicultura nacional, preparando profissionais mais capacitados para o futuro do agronegócio.

Para a execução desta ação de pesquisa, além dos trabalhos e projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, foram celebrados os convênios entre este Ministério e entidades representativas da cafeicultura nacional, a saber:

- **Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - Funprocafé:** Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional da Cafeicultura (Siconv nº 702407/2008), no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, em Minas Gerais, no montante de R\$ 999.500,00, com o objetivo de realizar projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico, envolvendo experimentos, campos de estudo e demonstração, difusão de tecnologia aplicada, distribuição de sementes e mudas clonadas, acompanhamento das lavouras e estudos / análises de custos e aspectos do processo produtivo, em apoio ao setor da produção cafeeira no Brasil, buscando sua competitividade, na geração de renda e empregos. Ressalta-se que em 2009 foi repassado o valor de R\$ 670.500,00 e o repasse de R\$ 329.000,00 será efetuado em 2010;
- **Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná - SEAB-PR:** Projeto de Estruturação da Produção de Sementes e Mudanças de Café visando regularizar a oferta e atender a demanda do Plano de Apoio para Sustentabilidade da Cafeicultura nas propriedades rurais no Estado do Paraná (Siconv nº 701645/2008), no período de janeiro de 2009 a agosto de 2011. Esse projeto, no montante de R\$ 633.040,00, tem como objetivo organizar e reestruturar a produção de sementes e mudas de café no Estado do Paraná, ampliar os campos de produção de sementes de café; ampliar a produção e regularizar a oferta de mudas, bem como a capacidade e reduzir os custos das análises nematológicas nas áreas de maior risco de nematóides. E a apresenta como metas regularizar o credenciamento dos produtores de sementes e mudas no Mapa, aumentar a produção de sementes dos atuais 7 mil kg para 22 mil kg/ano, aumentar a produção de mudas dos atuais 18 milhões para 67 milhões/ano, reduzir em 30% os preços das mudas praticados atualmente pelo mercado, que são de R\$ 250,00 e R\$ 450,00/mil mudas de “pé franco” e “enxertia” respectivamente, além de realizar 3 mil análises nematológicas nos próximos três anos.

-

Os referidos convênios foram devidamente registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, por meio do Portal dos Convênios - www.convenios.gov.br -, em atendimento ao disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008.

Por último, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, por intermédio da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE e da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC, e o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, lançaram o Edital MCT/CNPq/CT-Agro-HIDRO/MAPA-SDC-SPAE nº 44/2008 para recuperação de áreas degradadas, no valor total de R\$ 8,220 milhões, sendo que o Funcafé financiará o montante de R\$ 1,2 milhões - R\$ 400 mil em

2008, R\$ 400 mil em 2009 e R\$ 400 mil em 2010, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

O citado Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisas científica, tecnológica e de inovação relacionadas aos processos de diagnóstico, monitoramento e recuperação de áreas degradadas por empreendimentos econômicos, como atividades agropecuárias, industriais, mineração ou geração de energia e exploração florestal, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável local / regional ou no contexto de bacias e microbacias hidrográficas. Em 2009, o Mapa/Funcafé descentralizou o crédito de R\$ 400.000,00 ao CNPq/MCT.

2.3.2.2. Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Dados gerais da ação

Tabela 21 - Tipo da Ação - 4641

Tipo da Ação	Publicidade de Utilidade Pública
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem vinculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/Mapa
Coordenador nacional da ação	CGPE/DCAF/SPAE
Unidade executora	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/Mapa

Fonte: Funcafé/DCAF

No âmbito do Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, a ação Publicidade de Utilidade Pública foi executada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, sob a coordenação do Departamento do Café - DCAF e da Assessoria de Comunicação Social - ACS, do Gabinete do Ministro - GM, e contou com a colaboração da Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic.

A Campanha “Café é saúde” foi desenvolvida pela agência de publicidade contratada por este Ministério, SLA Propaganda Ltda., sob o acompanhamento e fiscalização da Assessoria de Comunicação - ACS/GM/Mapa, conforme dispõe a Portaria GM/Mapa nº 303, de 4 de outubro de 2007, publicada no DOU de 5 de outubro de 2007, Seção 1, p. 26, e Portaria SPOA/SE/Mapa nº. 110, de 10 de setembro de 2008, publicada no Boletim de Pessoal - CGRH/SPOA/SE/Mapa nº. 25, de 10 de setembro de 2008, p. 18.

Com abrangência nacional, esta Campanha foi aprovada pela Secretaria de Comunicação Social - Secom, da Presidência da República - PR, com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre as vantagens do café como bebida saudável, quando consumida de forma moderada, que pode prevenir doenças como a depressão, suicídio, obesidade, melhorar a concentração e o desempenho de atletas, ajudar a memória, entre outros benefícios.



O personagem “Super Café” mostrou para os brasileiros que o consumo saudável do café (quatro xícaras por dia) é importante para melhorar a concentração e a memória, pode prevenir doenças, como depressão e asma, além de aumentar a disposição e o desempenho de atletas. E, ainda, destacou-se os benefícios socioeconômicos em termos de exportação, geração de renda e de empregos para o Brasil.

Cabe lembrar que a primeira edição desta campanha foi lançada em dezembro de 2008. E a segunda edição, após aprovação pela Secom-PR no exercício de 2009, veiculada no período de maio a julho de 2009 em emissoras de TV aberta e fechada, revistas de circulação nacional, *sites* e salas de cinema do país:

- **Filme:** produção de filme de 30 segundos para televisão e cinema, que mostrou o “Super Café” percorrendo as lavouras de café, os caminhões com carregamento da produção até chegar à cidade onde deixa um “rastro” de energia, veiculado nas emissoras de TV aberta - Bandeirantes, Globo, MTV, Record, Rede TV!, SBT e TV Brasil -, TV fechada - ESPN e ESPN Brasil, Rede Telecine, Multishow, SPORTV, GNT, Globo News, TNT, Discovery Channel, Warner e Fox -, e em salas de cinemas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Pernambuco e Brasília;
- **Anúncios em revistas:** publicação de anúncios nas revistas Veja, Isto É, Época, Exame, Caras, Carta Capital, Boa Forma, Agrimotor, WTC e Anuário Brasileiro do Café;
- **Totem digital interativo:** cinemas de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Recife exibiram nas suas ante-salas, um [totem](#) interativo, com tela de 32 polegadas sensível ao toque (*touch screen*). Durante essa ação, uma promotora convidava o público a navegar no conteúdo disponível nesse totem para conhecer a história do café no Brasil e descobrir curiosidades sobre a bebida. Em seguida, realizava com os interessados um *quiz* (questionário com respostas do tipo "certo ou errado") sobre o tema;

- **Hot site:** os internautas puderam obter informações sobre o universo do café no endereço www.porquecafe.com.br, que apresentou dados de interesse de consumidores, distribuidores e produtores. Esse *hot site* divulgou dicas e informações sobre a história do café, mitos e verdades sobre seu consumo, receitas de baristas e também *tags*, além de incentivar o tema em *blogs*, *sites* de relacionamento, *posts*, *flickr*, *twitter*, *podcast*, e apresentar um *game* com o “**Super Café**”, personagem mascote dessa campanha. O espaço na *internet* foi divulgado anteriormente no www.horadocafe.blog.br, que estimulou a participação do usuário, por meio de um vídeo interativo que direcionava a navegação.

Em relação aos recursos transferidos para a execução da supracitada ação, foi descentralizado o crédito, no montante de R\$ 4.993.504,51, à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/Mapa, setor responsável pela execução do Contrato nº. 28/2008 celebrado entre este Ministério e a empresa SLA Propaganda Ltda.

2.3.2.3. Ação 2C94 - Promoção do Café Brasileiro

Dados gerais da ação

Tabela 22 - Tipo da Ação 2C94

Tipo	Promoção do Café Brasileiro
Finalidade	Formular as bases de um elenco consistente e ordenado de ações que criem uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidar e ampliar o agronegócio café nos mercados externos, em todas as suas formas, garantir visibilidade e traduzir em excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais; promover a expansão permanente do consumo, permitindo a conquista contínua de novos consumidores, criando e estimulando a formação de novos canais de distribuição e apoio e aperfeiçoamento da qualidade do produto e seu valor agregado, incrementando as exportações brasileiras de café conseqüente geração de mais divisas para o país.
Descrição	Participação em eventos promocionais como feiras de alimentos e bebidas, programas de degustação de cafés brasileiros, concursos de qualidade, seminários e workshops.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/Mapa
Coordenador nacional da ação	CGPE/DCAF/SPAE
Unidade executora	130137 - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/Mapa

Fonte: Funcafé/DCAF

As ações promocionais do café brasileiro no país e exterior têm como objetivo criar uma imagem positiva do produto brasileiro, consolidar e ampliar os negócios com o café nos mercados interno e externo, garantir visibilidade e traduzir a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais,

permitindo a conquista contínua de novos consumidores e estimulando a formação de novos canais de distribuição e o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado, bem como fortalecer a marca Cafés do Brasil nesses mercados, além de informar e orientar os públicos-alvos para os benefícios sociais e reais que a cafeicultura tem proporcionado ao país ao longo de sua história.

Em 2009, a Ação Promoção do Café Brasileiro foi executada pelo Departamento do Café - DCAF, da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, por meio de convênios com entidades representativas da cafeicultura nacional, e consistiu na participação dos Cafés do Brasil em feiras de cafés especiais realizadas nos Estados Unidos, Europa e Japão, apoio a realização de exposição temática no Museu do Café, concursos de qualidade, seminários, congressos e congêneres promovidos por entidades do setor nas principais regiões produtoras - Bahia, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Referida ação é desenvolvida sob a supervisão e orientação do Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC, por meio do Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café, criado pela Resolução CDPC nº 4, de 28 de novembro de 2006, composto por representantes das seguintes instituições: Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ACS/GM/MAPA; Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic; Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Conselho Nacional do Café - CNC; e Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé.

As ações promocionais dos Cafés do Brasil realizadas em 2009, por meio de convênios celebrados entre o Mapa e entidades do setor cafeeiro, foram:

- **Promoção dos cafés brasileiros por meio da participação do estande Cafés do Brasil na feira *21st Annual SCAA Conference & Exhibition 2009*** (Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA; Siconv nº 703049/2009), realizada no período de 16 a 19 de abril de 2009, na cidade de Atlanta, Geórgia, EUA. No estande Cafés do Brasil, que contou com área de 37,16 m², foram servidos aos participantes café *expresso*, filtrado (tradicional) e capuccino, preparados por experientes baristas brasileiros, que degustaram, alternadamente, um *blend* de cafés brasileiros do Sul de Minas, Cerrado e Matas de Minas, Alta Mogiana e Noroeste de São Paulo (região de Piraju), Bahia e Espírito Santo. Essa feira contou com a participação de cerca de 350 expositores e mais de 5.000 visitantes como produtores, consumidores, exportadores, importadores, varejistas, empresários e baristas, proporcionando aos produtores e empresários brasileiros a oportunidade de estabelecer contatos e realizar negócios diretamente com potenciais compradores - distribuidores, importadores, torrefadoras e lojas de cafés -, além de representar uma excelente oportunidade de posicionar o Brasil como fornecedor de cafés especiais, criando uma imagem positiva dos cafés brasileiros no mercado externo;
- **Promoção dos cafés brasileiros por meio da participação do estande Cafés do Brasil na feira *8th Conference & Exhibition – SCAE - Wonderful Coffee Cologne*** (Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA; Siconv nº 703376/2009), realizada no período de 26 a 28 de junho e 2009, na cidade de Colônia, Alemanha, que contou com a presença de aproximadamente 85 expositores e 3.600 visitantes. A participação desse estande, com área de 36 m², além de promover os Cafés do Brasil, reforçou a presença desses cafés no mercado europeu, oferecendo aos participantes dessa feira internacional degustação dos cafés brasileiros de diferentes regiões produtoras, proporcionando um ambiente bastante favorável para a geração de negócios. Foram servidos café *expresso* e filtrado, preparados por experientes baristas brasileiros, das regiões produtoras do Sul de Minas, Cerrado de Minas, Alta Mogiana e Noroeste de São Paulo, Bahia e Espírito Santo;

- **Promoção dos cafés brasileiros por meio da participação do estande “Cafés do Brasil” na feira SCAJ World Specialty Coffee Conference and Exhibition 2009** (Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA; Siconv nº 704676/2009), realizada o período de 14 a 16 de outubro de 2009, na cidade de Tóquio, Japão, que contou com a presença de expositores de vários países e mais de 20 mil visitantes. No estande Cafés do Brasil, com área de 27 m², foram servidos cerca de 3.000 doses de cafés das regiões produtoras de Minas Gerais, São Paulo e Bahia preparados sob a forma de expresso e filtrado. Os visitantes dessa feira também participaram do evento “*The Taste of the Harvest 2009*” (O Sabor da Safra 2009), que contou com a presença de 34 representantes de empresas estrangeiras. Após a apresentação sobre a safra brasileira de café, esses profissionais degustaram cafés brasileiros que foram disponibilizados para venda e 50% comercializados pelos integrantes da comitiva brasileira. A BSCA promoveu, ainda, um seminário institucional sobre os Cafés do Brasil, que teve a participação de 100 pessoas e abordou temas como a safra brasileira e os critérios de rastreabilidade utilizados nas certificações brasileiras. Ao final desse seminário, foram apresentados aos presentes cafés preparados em *french-press* nas modalidades natural, cereja descascado e desmucilado para fins de degustação;
- **Exposição “O intercâmbio entre as culturas – francesa e brasileira - cafés, feiras e ciência”** (Associação dos Amigos do Museu do Café; Siconv nº 704204/2009), no período de agosto a dezembro de 2009, na cidade de Santos, SP. No contexto das comemorações do Ano da França no Brasil, essa exposição apresentou como tema a influência dos cafés franceses (cafeterias) no Brasil, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, fruto da materialização da exportação crescente do “ouro verde” no final do século XIX e início do XX, e também divulgou pesquisas agropecuárias que estão sendo realizadas em parceria entre instituições científicas francesas e brasileiras;
- **10º Simpósio Nacional do Agronegócio Café - 10º Agrocafé** (Associação dos Produtores de Café da Bahia - Assocafé; Siconv nº 702984/2009), realizado de 9 a 11 de março de 2009, em Salvador, BA. O ‘Alvo é a renda do produtor’ foi o tema central dessa 10ª edição. Outros temas relevantes para a cafeicultura brasileira abordados foram a ‘Exportação de café - um constante desafio’; ‘Situação atual e futura da produção de fertilizantes no Brasil’; ‘Análise da produção de arábica e robusta nos Estados’; Legislação ambiental e certificadora para a produção cafeeira’; ‘Diagnóstico das indústrias de café verde e solúvel no Brasil’; ‘Café e saúde’ e a ‘Evolução da produção e consumo mundial do café’. Paralelamente ao Simpósio, também foram oferecidos aos participantes mini-cursos, além de exposição com estandes de instituições/empresas, equipamentos, produtos e novas tecnologias do setor. Esse evento reuniu autoridades governamentais, lideranças empresariais e políticas, produtores, cooperativas, pesquisadores, industriais, exportadores e sindicatos;
- **Fenicafé 2009** (Associação dos Cafeicultores de Araguari - ACA; Siconv nº 703058/2009), realizada de 25 a 27 de março, em Araguari, MG. Esse evento teve como objetivo divulgar a importância da irrigação e seus sistemas, lançando novos produtos e equipamentos, bem como os resultados de pesquisas para o incremento da produtividade e da qualidade do café do cerrado brasileiro. Paralelamente à Fenicafé também foram realizados o XIV Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura no Cerrado, XII Feira de Irrigação em Café do Brasil e o XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada, além de exposição de equipamentos e produtos da nova tecnologia de irrigação para a cafeicultura. Participaram desse evento produtores, empresários, comunidade científica e demais agentes do agronegócio café;

- **17º Seminário do Café do Cerrado** (Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio - Acarpa; Siconv nº 704243/2009), no período 23 a 25 de setembro de 2009, Patrocínio, MG. Esse Seminário apresentou temas como políticas estratégicas, pesquisa, panorama, análise e tendências de mercado de produtos agropecuários, influências climáticas e suas consequências no agronegócio, fertilizantes, mudanças no código florestal e programas de certificação, com o objetivo de proporcionar aos produtores e demais agentes do agronegócio café informações básicas para melhoria da qualidade da produção, desde preparo do solo a comercialização do produto, proporcionando através de mecanismos simples de controles básicos, o conhecimento de práticas técnicas operacionais, avaliação e gestão do negócio. Paralelamente ao evento também foi realizada a 4ª Feira de Negócios e o 6º Simpósio de Lavoura Branca;
- **Café e Cultura 2009** (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas; Siconv nº 705838/2009), realizado no período de 14 a 16 de outubro de 2009, na cidade de Poços de Caldas, MG, visando promover ampla discussão com a comunidade científica e representantes de diversos setores do agronegócio café sobre a produção, comercialização e consumo de cafés produzidos pela agricultura familiar. Representantes da cafeicultura familiar reuniram-se a fim de discutir políticas públicas, tendências, dificuldades e necessidades para que o setor cafeeiro se desenvolva de forma sustentável, vindo ao encontro de necessidades sociais, ambientais, científicas e econômicas a serem discutidas e, a partir disso, determinar ações e programas para criar alternativas e estimular o seu desenvolvimento. Esse evento incluiu a realização do Simpósio da Cafeicultura Familiar, do 2º Concurso de Qualidade de Café do Município de Poços de Caldas e exposição de marcas de cafés, artesanatos, culinária e Cafeteria Cultural;
- **2ª Ficafé - Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná** (Sindicato Rural Patronal de Abatia; Siconv nº 704455/2009), nos dias 5 e 6 de novembro de 2009, na cidade de Jacarezinho, PR. Tratou-se de evento de negócios, em nível internacional, com foco na comercialização, visando ofertar cafés especiais para os mercados interno e externo, bem como proporcionar um ambiente de negócios entre produtores brasileiros e compradores potenciais desses cafés, agregando valor ao produto regional e gerando riqueza aos 45 municípios da região, no universo de 7.500 produtores de café, em sua grande maioria pequenos produtores familiares. As palestras foram proferidas por especialistas, que apresentaram temas relacionados ao associativismo, qualidade, comercialização e conjuntura mundial para cafés especiais. Também foram ministradas palestras técnicas voltadas à tecnologia de produção do café, do plantio à colheita, bem como painéis referentes aos caminhos comerciais do café especial pós-colheita até a xícara do consumidor.
- **IX Encontro da Cafeicultura do Cerrado da Bahia** (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba; Siconv nº 711357/2009), nos dias 2 e 3 de dezembro de 2009, na cidade de Luis Eduardo Magalhães, BA. As palestras abordaram os temas que mais interessam à atividade cafeeira na atualidade, desde a lavoura até a comercialização, com destaque para a pesquisa, mercado, exportações e estratégias mercadológicas para promoção do produto brasileiro. Esse evento foi uma excelente oportunidade para estabelecer contatos, fazer negócios e aprender novas técnicas para alcançar um dos mais desejados atributos dessa cultura: a qualidade;
- **Concurso de Qualidade do Café do Paraná 2009** (Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina; Siconv nº 703831/2009), com o objetivo principal difundir tecnologias para a melhoria da qualidade, promoção dos cafés do Paraná, assim como o

desenvolvimento de novos canais de comercialização que possibilitem o contato direto de produtores e torrefadores para agregação de valor ao produto. Produtores, durante esse evento, também buscaram orientação técnica para adotar tecnologias de colheita e processamento para aprimorar a qualidade do café e participar das próximas edições desse concurso. O encerramento da etapa final estadual foi realizado em outubro, no município de Ribeirão do Pinhal, PR, e também houve participação do encerramento da etapa nacional promovida pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) no mês de novembro, em Salvador, BA;

- **8º Concurso de Qualidade Cafés da Bahia** (Associação dos Produtores de Café da Bahia - Assocafé; Siconv nº 703918/2009), com o objetivo de incentivar a produção de café de qualidade para agregar valor ao produto e impulsionar os ganhos do setor, garantindo mais satisfação do consumidor e o crescimento e desenvolvimento da cultura cafeeira na Bahia. A primeira etapa desse concurso consistiu na coleta de amostras de café; na segunda etapa essas amostras passaram por uma seleção para assegurar a satisfação dos padrões mínimos de qualidade e serão provadas sem identificação pelo júri, integrado por 10 experientes degustadores de cafés; e a terceira e decisiva etapa, na qual os degustadores selecionaram os finalistas e ganhadores desse concurso foi realizada no mês de outubro, na cidade de Vitória da Conquista, BA, e em novembro, na cidade de Luis Eduardo Magalhães, BA, durante o IX Encontro da Cafeicultura do Cerrado da Bahia promovido pela Aiba; e

- **7º Concurso de Qualidade do Café Alta Mogiana** (Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana; Siconv nº 704791/2009), no mês de outubro, na cidade de Franca - SP, com o objetivo de premiar a qualidade do café e valorizar os melhores grãos da Alta Mogiana, ampliando as oportunidades de negócios da cafeicultura na região. Esse concurso foi direcionado aos produtores 15 municípios localizados entre o norte e nordeste de São Paulo, que respondem por aproximadamente 30% da produção de café do Estado.

Como ação complementar à campanha “Café é saúde”, também foram realizadas as seguintes ações promocionais, por meio da ACS/GM/Mapa e com a colaboração do DCAF:

- **Impressão de 30.000 cartazes da campanha “Café é saúde”** pela Gráfica e Editora Brasil Ltda., contratada pelo Mapa, para serem distribuídos em estabelecimentos comerciais como cafeterias e restaurantes. Essa distribuição foi realizada em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic;
- **Impressão de 100.000 exemplares da revistinha “Pode contar com esse seu amigo”**, que em sua edição contou com a colaboração da Abic, para serem distribuídos em escolas públicas de ensino fundamental, que tem como protagonista o mascote “Super Café”, da campanha Café é Saúde promovida pelo Mapa, e conta a história do café, sua importância econômica para o país e seus benefícios para a saúde. Essa distribuição foi realizada em parceria com entidades do setor como a Abic e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé, que já realizam os projetos direcionados para alunos de escolas públicas - “Café na Merenda, Saúde na Escola” e o “Criança do Café na Escola”, respectivamente;
- **Impressão de 100.000 exemplares da cartilha “Café Sustentável. Riqueza do Brasil”**, edição que contou com a colaboração da Abic e do Centro de Café Alcides Carvalho, do Instituto Agrônomo - IAC para serem distribuídos aos agentes do agronegócio café, em parceria com o Conselho Nacional do Café - CNC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Abic e Cecafé, entre outras entidades do setor. Essa cartilha destaca

a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental para a cafeicultura brasileira, bem como alguns exemplos de selos de programas de cafés sustentáveis.

Destaca-se que todos os convênios foram devidamente registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, por meio do Portal dos Convênios - www.convenios.gov.br -, em cumprimento ao Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº. 127, de 29 de maio de 2008.

Em conformidade com a Portaria GM/Mapa nº. 303, de 4 de outubro de 2007, todas as ações promocionais anteriormente descritas foram analisadas e aprovadas por representante da ACS/GM, por meio de Memorando ou participação em reunião do Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café - CDPM/Café.

Quanto aos recursos transferidos mediante convênios em 2009 estão descritos no “Quadro de Detalhamento de Transferências”, deste Relatório, exceto o Convênio nº 13/2008 (Siconv nº 700500/2008) com a Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel - Abics assinado em 18 de dezembro de 2008 para a realização do Programa de Degustação dos Cafés do Brasil no Chile e Romênia, no montante de R\$ 818.989,57, pois o Portal de Convênios/Siconv, no decorrer do encerramento do exercício de 2008, apresentou problemas quanto ao procedimento de emissão da ordem bancária, situação que foi regularizada em janeiro de 2009. Cabe ressaltar que as informações desse convênio com a Abics foram apresentadas no Relatório de Gestão da SPAE de 2008.

Por último, do montante de R\$ 10 milhões previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA para esta ação em 2009 foram executados R\$ 2.171.999,57, tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras no exercício. Cabe destacar que também houve o cancelamento do valor de R\$ 1.021.914,00, a fim de viabilizar o crédito adicional orçamentário ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG para pagamento da contribuição brasileira à Organização Internacional do Café - OIC.

2.3.2.4. Ação 0012 - Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café.

Dados gerais da ação

Tabela 23 - Tipo da Ação - 0012

Tipo	Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café
Finalidade	Alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura.
Descrição	Equalização de taxa de juros e concessão de financiamentos destinados ao custeio dos tratos culturais da lavoura, da colheita, da estocagem, da comercialização e ao investimento para modernização dos equipamentos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DCAF/SPAE/Mapa
Coordenador nacional da ação	CGFuncafé/DCAF/SPAE
Unidade executora	130137 - Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE/Mapa

Vide item 23 C do Anexo II da Decisão Normativa TCU Nº 100, de 7/10/2009, deste RG.

2.3.3. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira é gerido pelo DCAF, que é composto de duas Coordenações-Gerais - a de Planejamento e Estratégias e a de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - as quais executam as atividades, praticam os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da respectiva unidade organizacional, bem como assistem os superiores hierárquicos.

Tabela 24 - CGPE

<u>Coordenação-Geral de Planejamento e Estratégias - CGPE</u>	
<u>Ação</u>	<u>PI</u>
<u>2272 - Gestão e Administração do Programa</u>	<u>GAPCAFÉ</u>
<u>4717 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café</u>	<u>CAPCAFÉ</u>
<u>4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura</u>	<u>PUBLICAFÉ</u>
<u>4641 - Publicidade de Utilidade Pública</u>	<u>PROCAFEX1</u>
<u>2C94 - Promoção do Café Brasileiro</u>	<u>PESQUISA</u>

<u>Coordenação-Geral de Apoio ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - CGFuncafé</u>	
<u>Ação</u>	<u>PI</u>
<u>2825 - Conservação dos Estoques Reguladores de Café</u>	<u>ESTOQUE</u>
<u>0012 - Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café</u>	<u>COLHEITA5</u>
<u>0A27 - Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café</u>	<u>EQUALIZA06</u>
<u>4792 - Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura</u>	<u>REMUNERA</u>

2.3.4. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

2.3.4.1. Metas Físicas

O atingimento da meta física consiste em atingir, em cada exercício, a quantidade prevista em uma determinada ação componente de um programa constante da LOA.

Cumprir mencionar, que nem todas as ações possuem meta física, apenas financeira, mas nem por isso deixam de ser importantes para o atingimento do objetivo do programa. Como exemplo, podemos citar a ação Publicidade de Utilidade Pública, que atinge em grande escala o público brasileiro, permitindo que haja um aumento do consumo, decorrente da conscientização da população sobre a importância do café para a saúde.

Outro fator que deve ser considerado, com relação ao atingimento das metas físicas, consiste nas diversas variáveis que ocorrem desde a elaboração da proposta orçamentária até a execução física da ação. Dentre as variáveis que justificam o não cumprimento de metas, podemos citar: contingenciamentos de dotações orçamentárias; redução de limites para empenho e pagamento; exigências relativas a convênios (SICONV); elevação do grau de endividamento dos cafeicultores; crise macroeconômica mundial, entre outras.

Quando se elabora a pré-proposta orçamentária, as previsões são feitas com base num determinado cenário econômico, cenário esse que se modifica no decorrer do tempo, não permitindo com isso cumprir com as previsões constantes da LOA.

Dentre as ações componentes do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira, a ação que mais se destaca é a ação 0012-Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café, que correspondeu em 2009, em termos de participação no referido programa, a 66,75%. Para essa ação, foi prevista como meta física a concessão de 35.000 financiamentos aos agricultores, tendo sido concedidos 22.261, não tendo sido atingida a meta proposta em razão dos diversos motivos acima relacionados.

É de se destacar ainda, que a meta física da ação 4803 - Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura foi ultrapassada, cuja previsão era de 200 pesquisas desenvolvidas, tendo sido desenvolvidas 203, o mesmo ocorrendo com a ação 4717 – Capacitação de técnicos e Produtores do Agronegócio Café, que teve 480 pessoas capacitadas, quando sua meta era 400.

Quanto a meta física, referente a ação nº 2825- Conservação dos Estoques Reguladores de Café, previsto na LOA/2009 em 200.000 sacas de café, apresenta-se aparentemente superada, tendo em vista que em 31.12.2008 o estoque de café de propriedade do Funcafé era de 521.476 e ao se elaborar a proposta orçamentária de 2009, previa-se, naquela época, a venda, através de leilão de 321.476 sacas, fato esse, que devido à política de preço do café, não ocorreu até o momento. Em novembro de 2009, foram feitos ajustes contábeis nos estoques, passando o referido estoque para 494.351 sacas.

Para a ação 2C94-Promoção do Café Brasileiro, foi prevista a meta de 33 eventos a serem realizados em 2009. No entanto, só foram realizados 16 eventos, tendo em vista o contingenciamento de limites para empenho e pagamento ocorridos no Programa em 2009, possibilitando que muitos eventos relacionados à cafeicultura fossem realizados, em virtude das datas previstas para realização dos mesmos.

Quanto a meta referente à ação 4792 – Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas, correspondente a 1 contrato remunerado, cujo contrato foi firmado pelo Mapa/Funcafé e o Banco do Brasil S/A, cumpre esclarecer que a referida meta não foi cumprida, em razão da falta de espaço fiscal no Orçamento da União, que não permitiu, à época da elaboração da proposta orçamentária, a alocação de recursos para pagamento do serviço pela administração do citado contrato, cujo montante até 31.12.2009 girava em torno de R\$130,0 milhões.

2.3.4.2. Metas Financeiras

Em 2009, ocorreu um corte de 43,61%, na UO-22.906- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, em relação aos limites para empenho, e de 54%, em relação aos limites para pagamento, que foram disponibilizados no exercício.

A falta de tais limites prejudicaram o bom andamento de algumas ações, como é o caso da ação 4803-Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, que não teve condições de atingir a sua meta financeira.

É de se esclarecer, que os responsáveis pela execução das ações que compõem o Programa 0-350, tiveram capacidade, responsabilidade e tempestividade para executá-las. No entanto, atrasos na liberação dos citados limites impediram que algumas metas financeiras fossem alcançadas.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. Evolução das Receitas e Despesas

2.4.1.1. Evolução das Receitas:

A receita do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé origina-se de suas receitas próprias, cuja classificação por grupo e especificação correspondem a 150 –Recursos do Tesouro-Recursos Próprios - Não Financeiros e 180- Recursos do Tesouro –Recursos Próprios - Financeiros, e cujo montante é previsto na LOA como fonte de receita do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira, distribuído parte na UO 22.906- Fundo de Defesa da Economia Cafeeira e parte na UO- 74.901- Recursos Sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé-MAPA.

Para fazer face a essa previsão, foi arrecadado em 2009 o montante de R\$2,038 bilhões, que em relação ao exercício anterior, no montante de R\$1,588 bilhões, apresentou uma variação de 28,34%, conforme pode ser observado nos Anexos nºs I e II a este RG.

É de se ressaltar, que tais receitas tem como principal item em sua composição as amortizações de empréstimos, que representam o retorno dos empréstimos concedidos aos cafeicultores em anos anteriores, sendo que esse item em 2009 correspondeu ao retorno de R\$1,746 bilhões, e em 2008 R\$1,278, bilhões.

Provavelmente, a partir de 2010, a tendência de arrecadação desse item é diminuir, tendo em vista as medidas de estímulo à contratação das linhas de financiamento do Funcafé tomadas em 2009, que consistem na prorrogação dos vencimentos das operações de estocagem de café, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional –CMN, através da Resolução nºs 3665, de 17/12/2009; do reescalonamento das operações de custeio e colheita de café, autorizado pelo CMN, através das Resoluções nº. 3682, de 29/01/2009 e nº. 3785, de 126/09/2009, bem como em razão da redução dos juros para a contratação das operações com recursos do Fundo, de 7,5% para 6,75% ao ano, conforme Resolução CMN nº. 3.805, de 28/10/2009.

Em razão da atual situação que se encontra a cafeicultura brasileira, decorrente do elevado grau de endividamento e limitação de garantias oferecidas aos agentes financeiros pelos cafeicultores, urge por parte do governo buscar soluções alternativas que permitam encontrar novas fontes de receita que possibilitem a manutenção do referido Fundo, e conseqüentemente, do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira, programa esse que tem promovido inúmeros benefícios ao país, seja no campo da produção de alimentos, na criação de empregos, na geração de rendas, no abastecimento interno e externo de café, além de promover o aumento das divisas brasileiras, ocasionadas pela exportação do referido produto, conforme demonstram os indicadores do programa abaixo citados.

2.4.1.2. Evolução das Despesas

Com relação às despesas realizadas pelo Funcafé em 2009, através do Programa 0-350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira, no montante de R\$2,240 bilhões, se comparadas às realizadas em 2008, no montante de R\$1,775 bilhões, conforme Anexos nº. III e IV a este RG, é de observar que houve uma queda na realização das despesas, correspondente ao percentual de 26,20 %.

Esse resultado, aparentemente, apresenta uma conotação positiva, pois demonstra que de um ano para outro o Governo teve um gasto menor com despesas discricionárias.

No entanto, observando-se pelo lado dos empréstimos concedidos (Inversões Financeiras), é de se constatar que em 2009 foi concedida aos agricultores uma quantidade menor de recursos, e como consequência, redução de empregos, de renda, de produção de café, entre outras.

Uma das razões que mais contribuiu para essa redução foi o elevado grau de endividamento dos cafeicultores, impedindo-os de tomar novos empréstimos junto aos agentes financeiros.

2.4.2. Indicadores de desempenho

Conforme descrito no item “Relação dos programas e suas principais ações”, o Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, gerido pelo Departamento do Café - DCAF, da Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE, apresenta os indicadores de desempenho abaixo relacionados, que também integram os relatórios de acompanhamento e avaliação da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE do Mapa.

- volume de produção de café;
- volume de exportação de café;
- consumo interno de café.

O desempenho dos citados indicadores, no exercício de 2009, encontra-se detalhado no item “Análise do desempenho”, a seguir.

2.4.3. Análise do desempenho

O café se destaca na história econômica e social do Brasil desde a época colonial. As primeiras exportações expressivas ocorreram a partir de 1802. Em 1845, o país participava com 45% da produção mundial, destacando-se como o maior produtor. Entre 1925 e 1929, o café chegou a contribuir isoladamente com 70% do valor das exportações. Nos anos 50 a 60, ainda era um dos principais produtos da pauta de exportação, assegurando receitas cambiais expressivas e sustentando a política de substituição de importações. A partir da década de 70, a produção teve novo impulso com a conquista das regiões dos cerrados.

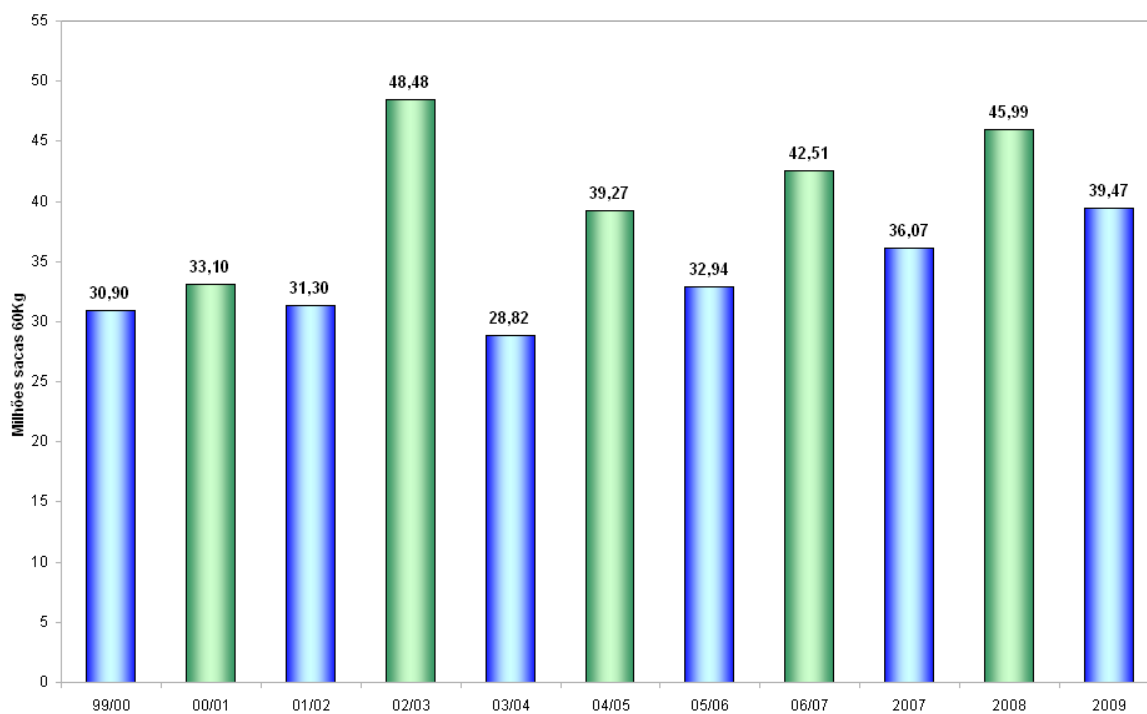
Em função da diversificada ocupação geográfica do produto, o país apresenta a vantajosa característica de produzir variados tipos de café, o que amplia sobremodo a sua capacidade de atender às mais diferentes exigências mundiais quanto a paladares e preços. Essa diversificação possibilita, ainda, variada gama de *blends*, produzidos a partir de café de terceiro ou natural, café despolpado,

descascado, café de bebida suave, cafés ácidos, encorpados, além de cafés aromáticos e especiais e de outras características.

O Brasil continua sendo o maior produtor e exportador mundial de café, e o segundo maior consumidor do produto. O café é produzido em 14 Estados, está presente em cerca de 1.900 Municípios e emprega direta e indiretamente aproximadamente 8,4 milhões de trabalhadores. Atualmente, o país possui uma área plantada de 2,1 milhões de hectares, com aproximadamente 6 bilhões de pés - pouco mais da metade só no Estado de Minas Gerais.

Em relação à produção de café, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a safra colhida em 2009 alcançou 39,47 milhões de sacas, sendo 28.866 milhões da espécie arábica e 10.604 milhões da espécie conilon. Esse resultado refere-se à bienalidade da cultura, que num ciclo a produção é alta e, no outro ano, é mais baixa, além do regime de chuvas bastante irregular e temperaturas elevadas, menor investimento em tratos culturais diante do alto custo dos insumos e intensificação de práticas culturais como podas (esqueletamento e recepas).

Figura 3 - Evolução da Produção Brasileira de Café



Fonte: Conab

O café representou 6,6% de todas as exportações brasileiras do agronegócio, que chegaram a aproximadamente 30,3 milhões de sacas de 60 kg, com faturamento de US\$ 4,3 bilhões. Destaca-se que os principais destinos das exportações brasileiras de café verde foram Alemanha, Estados Unidos, Itália e Japão; café solúvel - Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Reino Unido; e café torrado e moído - Estados Unidos, Itália, Colômbia e Argentina.

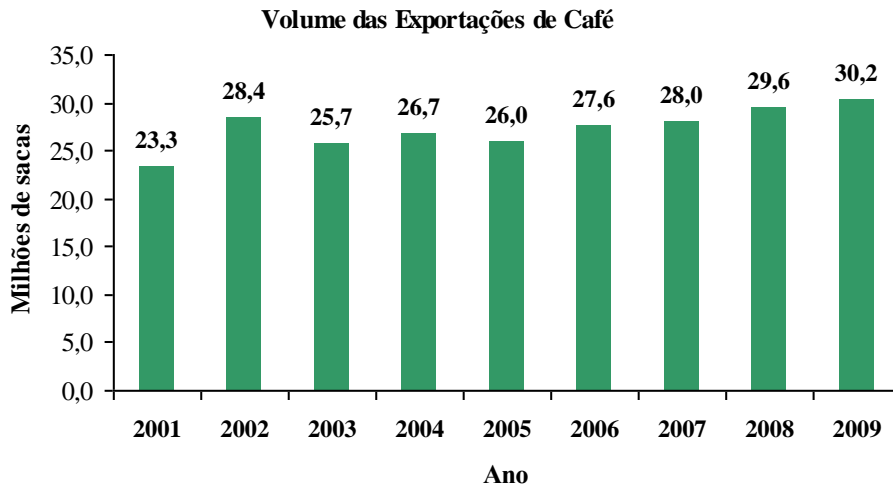
Exportações de Café

Tabela 25 - Exportações de Café

Café	2009		2008	
	Sacas 60 kg	Receita US\$	Sacas 60 kg	Receita US\$
Verde	27.323.217	3.761.605	25.948.683	4.131.674
Solúvel	2.808.000	460.599	3.238.386	565.667
Torrado e moído	107.477	29.573	132.050	35.627
Extratos, essências e concentrados	243	27.117	241.930	29.517
Total	30.238.937	4.278.894	29.561.049	4.762.485

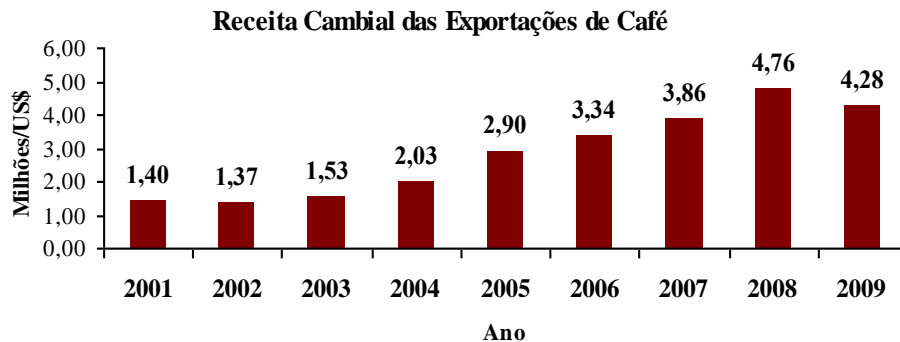
Fonte: Secex/MDIC

Figura 4 - Volume das Exportações do Café



Fonte: Secex/MDIC

Figura 5 - Receita Cambial



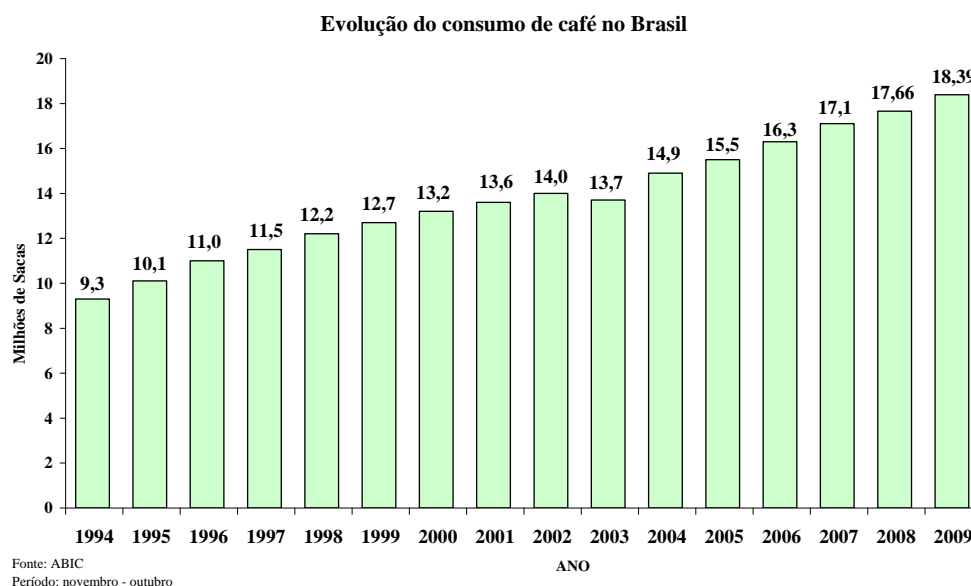
Fonte: Secex/MDIC

Quanto ao consumo, no período compreendido entre novembro de 2008 e outubro de 2009 a Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic registrou 18,39 milhões de sacas, o que representou um acréscimo de 4,15% em relação ao período anterior correspondente (nov/07 a out/08), que havia sido de 17,66 milhões de sacas. Ou seja, o país ampliou seu consumo interno de café em 740 mil sacas nos 12 meses considerados.

O consumo *per capita* foi de 5,81 kg de café em grão cru ou 4,65 kg de café torrado, quase 78 litros para cada brasileiro por ano, registrando uma evolução de 3,0% em relação ao período anterior. Os consumidores estão consumindo mais xícaras de café por dia e diversificando as formas da bebida durante o dia, adicionando ao café filtrado consumido nos lares, os cafés expressos, cappuccinos e outras combinações com leite.

O crescimento do consumo está relacionado não apenas ao número maior de xícaras de café que o brasileiro anda bebendo, mas também às diversificações na hora de tomar a bebida, seja na forma de cappuccinos e outras combinações com leite. A melhoria da qualidade e a boa percepção do público em relação aos benefícios do café para a saúde humana também são fatores que podem ter contribuído para o aumento registrado em 2009.

Figura 6 - Evolução do Consumo do Café



2.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tabela 26 - Denominação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	22906	130137

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Recursos Sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê-MAPA	74901	130137

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.5.1 Programação das Despesas Correntes - UO: 22.906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Tabela 27 - Programação de Despesas Correntes – UO :22906

Origem dos Créditos Orçamentários		Em R\$						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO					38.904.055	39.224.849	
	PLOA-Progr. 0350					37.404.055	39.224.849	
	PLOA-Progr. 0681					1.500.000	-	
	LOA - Progr. 0350					37.404.055	39.224.849	
	LOA - Progr. 0681					1.500.000	-	
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos				-	-	
		Reabertos					-	-
	Extraordinários	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Créditos Cancelados - Crédito Tipo 800 -Outras						-	-1.021.914
Outras Operações						-	-	
Total						38.904.055	38.202.935	

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.5.1.1 Programação de Despesas Correntes – UO: 74.901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê-MAPA

Tabela 28 - Programação de Despesas Correntes - UO:74901

Origem dos Créditos Orçamentários		Em R\$						
		1 – Pessoal e Encargos		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO					80.000.000	130.000.000	
	PLOA-Progr. 0350					80.000.000	130.000.000	
	LOA - Progr. 0350					80.000.000	130.000.000	
CRÉDITOS	Suplementares					-	-	
	Especiais	Abertos				-	-	
		Reabertos					-	-
	Extraordinários	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Créditos Cancelados - Crédito Tipo 800 -Outras						-	-
Outras Operações						-	-	
Total						80.000.000	130.000.000	
TOTAL GERAL						118.904.055	168.202.935	

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.5.2 Programação das Despesas de Capital – UO: 22.906 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê-MAPA

Tabela 29 - Programação das Despesas de Capital - UO: 22906

Em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	1.100.000	2.100.000	-	-	-	-
	PLOA-Prog. 0350	1.100.000	2.100.000	-	-	-	-
	LOA - Prog. 0350	1.100.000	2.100.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		1.100.000	2.100.000	-	-		

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.5.2.1 Programação das Despesas de Capital – UO: 74.901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê-MAPA

Tabela 30 - Programação das Despesas de Capital - UO: 74901

Em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO			2.441.841.567	2.672.897.118	-	-
	PLOA-Prog. 0350			2.441.841.567	2.672.897.118	-	-
	LOA - Prog. 0350			2.441.841.567	2.672.897.118	-	-
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados					-300.000.000	
Outras Operações							
Total		-	-	2.441.841.567	2.372.897.118	-	-
TOTAL GERAL		1.100.000	2.100.000	2.441.841.567	2.372.897.118		

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.5.3 Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência – UO: 22906 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé

Tabela 31 - Programação das Despesas e Reserva de Contingência - UO: 22906

Em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		TOTAL GERAL	
		Exercícios							
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	31.561.146	39.224.849	1.100.000	2.100.000	7.342.909		40.004.055	41.324.849
	PLOA-Progr. 0350	30.061.146	39.224.849	1.100.000	2.100.000	7.342.909		38.504.055	41.324.849
	PLOA-Progr. 0681	1.500.000						1.500.000	
	LOA - Progr. 0350	30.061.146	39.224.849	1.100.000	2.100.000	7.342.909		38.504.055	41.324.849
	LOA - Progr. 0681	1.500.000						1.500.000	
CRÉDITOS	Suplementares								
	Especiais	Abertos							
		Reabertos							
	Extraordinários	Abertos							
		Reabertos							
	Créditos Cancelados			-1.021.914					
Outras Operações									
Total		31.561.146	38.202.935	1.100.000	2.100.000	7.342.909		40.004.055	40.302.935

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafé

2.5.3.1 Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência – UO: 74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé

Tabela 32 - Programação das Despesas e Reserva de Contingência - UO: 74901

Em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		TOTAL GERAL	
		Exercícios							
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	80.000.000	130.000.000	2.441.841.567	2.672.897.118			2.521.841.567	2.802.897.118
	PLOA-Progr. 0350	80.000.000	130.000.000	2.441.841.567	2.672.897.118			2.521.841.567	2.802.897.118
	LOA - Progr. 0350	80.000.000	130.000.000	2.441.841.567	2.672.897.118			2.521.841.567	2.802.897.118
CRÉDITOS	Suplementares								
	Especiais	Abertos							
		Reabertos							
	Extraordinários	Abertos							
		Reabertos							
	Créditos Cancelados					-300.000.000			
Outras Operações									
Total		80.000.000	130.000.000	2.441.841.567	2.372.897.118			2.521.841.567	2.502.897.118
TOTAL GERAL		111.561.146	168.202.935	2.442.941.567	2.374.997.118	7.342.909		2.561.845.622	2.543.200.053

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafé

2.5.4 ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL

2.5.4.1. DOTAÇÕES PROPOSTAS PELA UO, PLOA E LOA

Quanto às propostas orçamentárias supramencionadas, pouco se tem a acrescentar, em razão do processo pelos quais as mesmas são formalizadas.

Sabemos que, para que o pleito de uma UO seja aprovado, tem, necessariamente, que obedecer a limites pré-estabelecidos, fato esse que impede a qualquer UO de apresentar uma proposta que seja compatível com a sua real necessidade.

Entende-se, que o limite estipulado para cada órgão é escasso, e é definido por normas legais, as quais tem que ser obedecidas, e que o referido limite tem que ser compartilhado com várias UOs, cuja prioridade na distribuição é definida pelos seus respectivos Ministros.

Assim, face a essa costumária escassez, que não possibilita ao Governo atender satisfatoriamente a todos, não resta outra opção às UOs, a não ser, utilizar da melhor forma possível os montantes que lhes foram disponibilizados. Como exemplo, podemos citar o que vem ocorrendo desde 2002 com a ação 4792 – Remunerações às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas, dotação que vem sendo incluída nas respectivas LOAs com valor simbólico, em virtude das impossibilidades acima descritas. Em decorrência dessa situação, as despesas referentes à remuneração pelos serviços prestados pelo Banco do Brasil S/A, correspondentes aos recebimentos das citadas dívidas, no montante de 130,0 milhões, aproximadamente, não vem sendo pagas, apesar de ter sido firmado pelo Mapa/Funcafé um contrato com aquela instituição para execução do referido serviço.

As alegações recebidas da Setorial deste Ministério, ao negar a inclusão do referido valor na proposta orçamentária, era de que não havia espaço fiscal no Orçamento da União que suportasse referido montante, bem como faltava disponibilidade de limite por parte do Mapa que permitisse o atendimento desse pleito.

Portanto, em razão do acima exposto, temos que aprender a conviver com esse problema e entendermos que a Programação Orçamentária dos Órgãos tem no PLOA e na LOA o reflexo desse processo.

2.5.4.2. ALTERAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NAS DOTAÇÕES DO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO ÀS DOTAÇÕES DO EXERCÍCIO

2.5.4.2.1. UO: 22906 – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Em 2009, na UO supramencionada houve apenas uma alteração em suas dotações orçamentárias, referente ao cancelamento ocorrido na ação 2C94 - Promoção do Café Brasileiro, no total de R\$1.021.914,00 (hum milhão, vinte e hum mil, novecentos e quatorze reais), em razão da transferência de recursos da referida UO para o Ministério do Planejamento, conforme Decreto de 11 de maio de 2009, publicado no DOU, de 12 de maio de 2009, Sessão 1, página 112, para que aquele Ministério fizesse o pagamento da contribuição devida à Organização Internacional do Café – OIC, face aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro perante àquela organização.

2.5.4.2.2. UO: 74.901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de defesa da Economia Cafeeira/Funcaf -MAPA

O Governo Federal, objetivando a forma o de Estoques Públicos –PGPM –Nacional, abriu dois créditos suplementares em favor da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, sendo um, no valor de R\$230,0 milhões, e o outro, no valor de R\$70,0 milhões, totalizando R\$300,0 milhões, cujos recursos foram provenientes dos cancelamentos de dota es orçamentárias ocorridos na UO 74.901 – Recursos sob Supervisão da Economia Cafeeira/Funcaf  –MAPA, conforme Decreto de 11 de maio de 2009, Se o 1, publicado no DOU de 12 de maio de 2009, e Lei n  12.138, de 18 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 21 de dezembro de 2009, Se o 1, página 3.

2.5.5 Movimenta o Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 33 - Movimenta o Orçamentária por Grupo de Despesa

Em R\$

Despesas Correntes								
Natureza da Movimenta�o de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classifica�o da a�o	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Interna	Concedidos	130140	2069103502C940001			28.200,00		
		130140	20122035022720001			13.626,91		
		130160	20122035022720001			3.050,10		
		130163	20122035022720001			14.000,00		
		130165	20122035022720001			19.989,44		
		130167	20122035022720001			31.200,00		
		130170	20122035022720001			305.338,78		
		130140	20128035047170001			15.400,00		
		130140	20131035046410001			5.000.000,00		
		130137(*)	20605035028250001			16.546,67		
		130160	20605035028250001			2.032.394,37		
		130163	20605035028250001			65.607,55		
		130165	20605035028250001			2.000,00		
		130167	20605035028250001			474.000,00		
		130170	20605035028250001			1.425.998,08		
			Recebidos					
		Externa	Concedidos	135100	20122035022720001			929.024,13
135097	20122035022720001					175.000,00		
364102	20572035048030001					400.000,00		
135097	20572035048030001					5.977.840,36		
130005	2069103502C940001					112.000,00		
130005	20122035022720001					68.333,09		
Recebidos								
Despesas de Capital								
Natureza da Movimenta�o de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classifica�o da a�o	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Interna	Concedidos							
	Recebidos							
Externa	Concedidos	135097	20572035048030001			1.595.000,00		

Fonte: SIAFI

(*) Este valor foi enviado para a própria UG130137 de forma indevida.

2.5.5.1 Análise Crítica

As descentralizações orçamentárias realizadas no ano de 2009 promoveram o desenvolvimento dos programas e ações previstas na LOA para o Funcafé, buscando implementar políticas de desenvolvimento nos setores público e privado a cadeia agroindustrial do café, pesquisas visando o incentivo à produtividade, publicidade e promoção dos Cafés do Brasil, incentivo a produtividade, competitividade, entre outros buscando promover o desenvolvimento da cafeicultura.

Ação – 20572035048030001

Entre as descentralizações realizadas para essa ação a de maior vulto foi para Embrapa/Café, que tiveram como objetivo apoiar atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e o desenvolvimento da cafeicultura brasileira a serem executadas pelas instituições integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – CBP&D/Café, dentro do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNO&D/Café dando continuidade ao esforço de pesquisa científica e tecnológica, desta maneira visa gerar e transferir conhecimentos e tecnologias que aprimorem a competitividade do agronegócio café brasileiro.

As transferências à Embrapa Café permitiu ao Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café CBP&D/Café a execução e contratação de mais de 200 ações de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo projetos nas principais áreas de conhecimento e diversas ações de transferência e difusão de tecnologia.

Dentro da ação de Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura também houve transferência para a CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico buscando incentivar o desenvolvimento de tecnologias de recuperação de áreas degradadas através da cafeicultura sustentável.

Ação – 20131035046410001

A ação de publicidade e utilidade pública teve como projetos “A campanha anual nacional de publicidade dos Cafés do Brasil” demonstrando as vantagens do consumo do café e ações promocionais dos Cafés do Brasil buscando criar uma imagem positiva do produto brasileiro, destacando entre os projetos a importância socioeconômica, exportação, geração de renda e empregos no Brasil.

Ação - 2069103502C940001

As descentralizações realizadas para esta ação Promoção do Café Brasileiro tiveram o intuito de complementar à campanha “café e Saúde” com impressões de cartazes, revistinhas infantis e cartilhas, levando em consideração os benefícios do café para saúde e a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental para a cafeicultura.

Ação - 20128035047170001

Ação de Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café que visa o desenvolvimento de todos os elos da cadeia café brasileira, promoveu curso de capacitação para servidora deste órgão visando o desenvolvimento das atividades dessa secretaria.

Compete à Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé, entre outros assuntos coordenar e orientar os processos de gestão dos recursos do Funcafé; administrar o orçamento anual do Fundo; acompanhar a contabilidade dos atos e fatos relativos à operacionalização do Funcafé; elaborar e gerir os contratos de aplicação dos recursos destinados às linhas de crédito no âmbito do Funcafé; organizar e manter banco de dados e informações sobre a execução das linhas de financiamentos do Funcafé; executar o acompanhamento administrativo - Financeiro dos contratos firmados; e processar informações relativas ao Funcafé.

O interesse do MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública, promovido pela Fundação Getúlio Vargas é de aprofundar os conhecimentos necessários ao melhor desempenho das atividades dessa secretaria e conhecer técnicas e instrumentos que possibilitem uma atuação mais segura e eficiente em assuntos referentes a planejamento, orçamento e gestão pública em geral.

Ação – 20605035028250001

Ação que tem como objetivo descentralização para as Unidades Armazenadoras de Café nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo para atender as despesas com manutenção dos estoques governamentais de café.

Os estoques governamentais têm por finalidade manter o equilíbrio dos preços de mercado beneficiando a sociedade, pois, são estoques reguladores, influenciando de forma positiva na economia.

Ação - 20122035022720001

Para esta ação, cabe ressaltar as descentralizações para a CONAB – Companhia Nacional de abastecimento que realiza anualmente o levantamento da safra de café realizando avaliações das safras brasileiras de café, custos de produção e estoques privados promovendo prognósticos de safras e consolidação de metodologias.

Esse controle permite aperfeiçoar o processo de previsão das safras, maior segurança no controle do abastecimento pelo Governo, buscar auxiliar com absoluta segurança na tomada de decisão por parte dos produtores rurais e demais integrantes da cadeia produtiva, bem como subsidiar a aplicação das políticas públicas ao setor cafeeiro.

As demais descentralizações foram relacionadas as Unidades Armazenadoras de Café nos Estados para atender as despesas com manutenção dos estoques governamentais de café, para Embrapa dando continuidade ao apoio as atividades de transferência de tecnologia e desenvolvimento da cafeicultura na realização do VI Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil e por fim as descentralizações para pagamento de passagens dos servidores do MAPA para atender as exigências contratuais não sendo mais realizadas por esta SPAE e sim pela CGSG – Coordenação geral de serviços gerais.

2.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.6.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 34 - Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	13.211.593,47	8.167.198,07	13.211.593,47	8.167.198,07
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	6.441.982,96	5.274.131,20	6.441.982,96	5.274.131,20
Pregão	6.769.610,51	2.893.066,87	6.769.610,51	2.893.066,87
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	808.775,63	1.474.249,99	808.775,63	1.474.249,99
Dispensa	689.798,92	1.352.236,84	689.798,92	1.352.236,84
Inexigibilidade	118.976,71	122.013,15	118.976,71	122.013,15
Regime de Execução Especial	8.088,81	3.060,74	8.088,81	3.060,74
Suprimento de Fundos	8.088,81	3.060,74	8.088,81	3.060,74
Pagamento de Pessoal	81.436,38	86.036,29	81.436,38	86.036,29
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	81.436,38	86.036,29	81.436,38	86.036,29
Outros	2.215.553.293,75	1.757.605.398,64	2.215.553.293,75	1.757.605.398,64

Fonte: SIAFI

2.6.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 35 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	41.118.728,04	69.772.593,45	41.118.728,04	69.772.593,45	7.092.397,09	9.551.629,92	33.195.246,99	64.091.445,82
45 - Equalização de preços e taxas	24.718.594,28	52.282.951,06	24.718.594,28	52.282.951,06	1.039.765,79	4.409.367,00	23.678.828,49	47.873.584,06
39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	8.510.329,44	8.998.945,48	8.510.329,44	8.998.945,48	5.583.003,60	4.198.017,76	2.097.888,83	8.564.389,08
37 – Locação de Mão-de-obra	5.863.134,28	3.504.341,66	5.863.134,28	3.504.341,66	125.183,34	745.171,28	5.737.950,94	2.759.170,38
Demais elementos do grupo	2.026.670,04	4.986.349,25	2.026.670,04	4.986.349,25	344.444,36	199.073,88	1.680.578,73	4.894.302,30

Fonte: SIAFI

2.6.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 36 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Em R\$							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	68.532,68	0,00	68.532,68	0,00	0,00	0,00	68.532,68	0,00
41 – Contribuições	55.000,00	-	55.000,00	-	-	-	55.000,00	-
52 – Equipamento e Material permanente	13.532,68	-	13.532,68	-	-	-	13.532,68	-
5 - Inversões Financeiras	2.188.394.490,94	1.697.477.319,99	2.188.394.490,94	1.697.477.319,99	0,00	48.641.534,00	2.188.394.490,94	1.648.835.785,99
66 – Concessão de empréstimos e financiamentos	2.188.394.490,94	1.697.477.319,99	2.188.394.490,94	1.697.477.319,99	-	48.641.534,00	2.188.394.490,94	1.648.835.785,99
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.6.4 ANÁLISE CRÍTICA

- Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento r/ou modificações de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação.

Grupo 4

Ações: 20.572.0350.4803.0001 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura;
20.122.0350.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa

Não houve modificação das ações no exercício de 2009.

O crédito orçamentário consignado na ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura foi descentralizado à Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para atender Plano de Trabalhos de pesquisa referente ao Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, portanto, não ocorreu execução direta neste grupo de despesa.

Na ação Gestão e Administração do Programa não houve nenhuma execução neste grupo de despesa no exercício de 2009.

Grupo 5

Ação: 20.601.0350.0012.0001 – Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café.

Não houve alteração da ação no exercício de 2009.

Esta ação foi realizada diretamente pelo Funcafé mediante contrato de aplicação e administração de recursos financeiros com os agentes financeiros integrantes do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural. Neste caso não cabe licitação, mas exige-se apenas que o agente financeiro interessado atenda às condições do Aviso que é editado pela SPAE e publicado no DOU.

- **Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados;**

O orçamento aprovado no exercício de 2009 foi de R\$ 2.100.000,00. O limite de movimentação e empenho recebido no exercício foi de R\$ 1.595.000,00 sendo R\$ 892.082,00 no primeiro quadrimestre, meses de fevereiro e abril e R\$ 702.918,00 recebido no mês de dezembro.

A distribuição de limites no fim do exercício dificulta a execução tendo em vista tempo insuficiente para celebração de convênios assim como para a realização de licitação. Nesta condição a despesa empenhada acaba sendo inscrita em Restos a Pagar impactando os limites de pagamento do exercício seguinte.

A disparidade entre limite de movimentação e empenho e limite de pagamento tem sido cada vez mais acentuada, dificultando o planejamento das ações, influenciando negativamente nos resultados esperados.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária da UJ, como por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Além dessas questões o gestor poderá abordar outras questões que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Não houve nenhum evento prejudicial à execução nesse grupo de despesa, portanto, não se aplica ao nosso caso.

2.7 Demonstrativo da Execução Orçamentária - Programa de Governo 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira.

Tabela 37 - Identificação do Programa de Governo

Em R\$

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0350		Denominação: Fundo de Defesa da economia Cafeeira				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.844.221.967	2.543.200.053	1.775.808.072	1.775.808.072	58.782.909	1.716.728.718	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Consumo Interno de Café (milhão de sacas)	5/1/2003	13,60	21,00	19,60	18,39
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Somatório do número de sacas destinadas ao mercado interno no ano.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Vide "Análise de desempenho", do item Desempenho Operacional deste RG 2009. Quanto ao índice atingido no exercício, apresenta-se abaixo do previsto, em razão do cenário macroeconômico do país verificado à época da atualização das previsões anuais dos						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Volume de Exportação de Café (milhão de	5/1/2003	17,30	28,40	25,50	30,50
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Somatório do número total de sacas de café negociadas com o exterior no ano.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Vide "Análise de desempenho", do item Desempenho Operacional deste RG 2009.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Volume de Produção de Café (milhão de	5/1/2003	29,00	43,00	34,00	39,50
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Somatório do total de sacas de café produzidas no ano. Obs: A Safra de café sofre efeito bianual em sua produção.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Vide "Análise de desempenho", do item Desempenho Operacional deste RG 2009.						

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafé

2.7.1 ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

2.7.1.1 CONTIGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO

Com base nos limites estipulados pelo MAPA, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé elaborou a sua proposta orçamentária para 2009, no montante de R\$2.844.221.967,00, valor esse aprovado em sua totalidade, conforme consta na LOA/2009. Desse valor R\$41.324.849,00 pertencentes à UO: 22.906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira e R\$2.802.897.118,00 pertencentes à UO: 74.901 – Recursos sob a Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé-MAPA.

Posteriormente, esse montante foi alterado para R\$2.543.200.053,00, face aos cancelamentos de dotações orçamentárias, conforme créditos suplementares publicados, no montante de R\$301.021.914.

Desse montante, R\$40.302.935,00 correspondem ao valor previsto na LOA, na UO-22.906-Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, após o cancelamento ocorrido em uma de suas ações, no total de R\$1.021.914,00.

Do valor constante da LOA/2009, no total de R\$40.302.935,00, foi contingenciado o montante de R\$17.576.609,55, correspondente a 43,61%, tendo sido autorizado para empenho no total de R\$22.726.325,45.

2.7.1.2 EVENTOS NEGATIVOS QUE PREJUDICARAM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA 0350-DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

O evento que mais prejudicou o andamento do Programa foi o contingenciamento de limites para empenho e pagamento, bem como os atrasos ocorridos em suas respectivas liberações.

Em 2009, a execução da ação 4803 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira sofreu imensamente com os referidos atrasos, tendo o CP&D/Café que se utilizar momentaneamente de outros recursos para cumprir com a Programação de Pesquisa aprovada pelo Conselho de Diretor da Política Cafeeira - CDPC, a ser desenvolvida em 2009.

2.7.1.3 EVENTOS POSITIVOS QUE FACILITARAM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

A execução do Programa 0350-Desenvolvimento da Economia Cafeeira atingiu 69,83% do valor previsto na LOA, considerando os créditos adicionais ocorridos em 2009, percentual esse que poderia ser melhor, caso fossem liberados pela COF/MAPA, com maior antecedência, os limites para empenho e pagamento durante o referido exercício.

Como já foi afirmado anteriormente, a execução da Ação 0012- Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita, e Pré-Comercialização de Café, totalizou em 2009 R\$1.697.477.319,99, correspondente a 66,75% do previsto na LOA+créditos adicionais, no montante de (R\$2.543.200.1053,00), o que demonstra, em termos de participação, que a referida ação absorveu 95,59% do total executado.

Em razão de sua importância em relação ao Programa, vale apresentar os seguintes eventos positivos:

Com base na Resolução CMN nº 3.451/2007 e Portaria Interministerial MAPA/MF nº 453, de 16 de junho de 2003, que estabeleceu a distribuição dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Funcafé, no exercício de 2009, o MAPA/SPAE/FUNCAFÉ firmou contrato com Bancos e Cooperativas, credenciadas no Sistema Nacional de Crédito Rural -SNCR, para operarem recursos do Fundo nas linhas de financiamento de colheita, custeio, estocagem, recuperação de lavouras (granizo), FAC e CPR. Com base nos contratos firmados, foi liquidado até 31/12/2009 o montante de R\$ 1.697.477.319,99, e liberado o montante de R\$1.648.835.785,99. Inclui no referido montante o total de R\$36.087.372,72, referente às devoluções de recursos aos Bancos e Cooperativas, decorrentes do reescalonamento das operações de custeio e/ou colheita de café, contratadas a partir de junho de 2007, vencidas entre 1º de dezembro e 31 de março de 2009, ocorridas com base na Resolução nº 3.682, de 29 de janeiro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, que não representa novas aplicações. Inclui também o total de R\$ 6.353.899,99, que foi devolvido ao Banco Itaú e Unibanco no período de janeiro a abril de 2009, que se refere à prorrogação de prazos de contratos referentes à estocagem. Inclui ainda no montante acima o total de R\$850.000,00, sendo R\$100.000,00 para colheita e R\$750.000,00 para estocagem, que foi devolvido pelo Funcafé ao Banco Safra S/A em 13 de fevereiro de 2009, referente à devolução de recursos, em razão de pagamentos a mais efetuados ao Funcafé em 2008 por aquele Banco e que não caracterizam recursos liberados em 2009 para novas aplicações, conforme documentado na Nota Técnica nº 0001/2009, de 03 de fevereiro de 2009.

Até 31/12/2009 foi aplicado o montante de R\$ 1.136.524.270,32, distribuído nos estados de MG (R\$666.466.015,29), SP(R\$187.596.841,24), ES (R\$201.968.055,08), RJ (R\$582.642,61), PR (R\$22.968.339,06), SC (111.672,00), PB (2.200.000,00), CE (R\$12.191.353,60), BA (R\$20.544.667,00), SE (5.000.000,00), MS (R\$122.281,68), AM (1.590.000,00), RO (2.825.276,58), PA (R\$6.000.000,00), DF (319.860,00) e GO (6.037.265,89). Vale lembrar que, de acordo com a Resolução CMN nº 3.451/2007, o prazo de contratação dos recursos do Funcafé, dependendo da modalidade de financiamento, se estenderá até fevereiro de 2010.

O valor aplicado supramencionado atendeu a 22.261 beneficiários das linhas de financiamento dos recursos do Funcafé, sendo que 14.132 foram atendidos através de recursos repassados para 237 cooperativas e 8.129 Bancos, através de contratos firmados diretamente com os agentes financeiros.

Em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do Funcafé, retornou ao Fundo, até 31/12/2009, o montante de R\$1.909.435.006,68, referente ao valor principal financiado, mais juros e taxa Selic.

Outros eventos positivos, que merecem destaque, são as importantes ações de pesquisa desenvolvidas pelo CP&D/Café, coordenadas pela Embrapa/Café, as quais estão detalhadas no item 2.3.2.1 deste Relatório, bem como as ações de publicidade, detalhadas no item 2.3.2.2, que tem promovido inúmeros benefícios ao país, decorrentes da conscientização à sociedade da importância do café para a saúde e as ações de promoção do café brasileiro, detalhadas no item 2.3.2.3, que tem permitido o aumento do consumo interno e externo do referido produto.

2.8 Execução Física das Ações realizadas pela Unidade Agregada de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê.

Tabela 38 - Execução Física das Ações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista 2009	Meta realizada 2009	Meta a ser realizada em 2010
20	122	350	2272	Atividade	4	Não tem	Não tem	Não se aplica	Não se aplica
20	128	350	4717	Atividade	4	Unidade	400 pessoas capacitadas	480 pessoas capacitadas	500 pessoas capacitadas
20	131	350	4641	Atividade	4	Não tem	Não tem	Não se aplica	Não se aplica
20	572	350	4803	Atividade	4	Unidade	200 pesquisas desenvolvidas	203 pesquisas desenvolvidas	200 pesquisas realizadas
20	605	350	2825	Atividade	4	Saca	200.000 sacas de estoque conservado ,	494.351 sacas conservadas	388.220 sacas de estoque conservado
20	691	350	2C94	Atividade	4	Unidade	33 eventos realizados	13 eventos realizados	16 eventos realizados
20	694	350	4792	Atividade	4	Unidade	1 contrato remunerado	Não realizada	1 contrato remunerado
20	601	350	0A27	Operações Especiais	4	Não tem	Não tem	Não se aplica	Não se aplica
20	601	350	0012	Operações Especiais	4	Unidade	35.000 financiamentos concedidos	22.261 financiamentos concedidos	35.000 financiamentos concedidos

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafê

2.8.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA

2.8.1.1 CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

Vide item 2.3.4.1 deste RG.

2.8.1.2 AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

As ações que apresentaram problemas em sua execução foram as de n°s:

4803 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura para a qual dos R\$15.306.132,00 previstos em sua programação para 2009, só foi autorizado o limite para empenho no montante de R\$9.605.380,36, ou seja, 62,76% , bem como a liberação do limite autorizado para essa ação foi feito com muito atraso;

4792 – Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas;

Esta ação não foi realizada em 2009 por falta de espaço fiscal que permite alocar na LOA/2009 o valor necessário para pagar a dívida assumida através de contrato junto ao Banco do Brasil S/A, que até 31.12.2009 girava em torno de R\$130,0 milhões de reais;

02C94 – Promoção do Café Brasileiro

Dos 33 eventos previstos nessa ação, só foi possível realizar 16, tendo em vista a falta de limite para empenho e pagamento.

2.8.1.3 AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS.

O contingenciamento de 43,61% ocorrido em 2009 no Programa 0350, impediu o cumprimento da programação de muitas ações. No entanto, apesar de todos os problemas acima citados, a ação de pesquisa conseguiu superar sua meta, graças a capacidade de gestão existente por parte do CBP&D/Café, bem como a ação 4717 - Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio Café.

2.9 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Esses indicadores não se aplicam ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira e sim a UJ Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE.

Cumpra esclarecer, que o Funcafé é responsável pela execução do Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira, cujos indicadores de desempenho estão apresentados no item 2.4.2, deste RG.

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

Informações sobre Recursos Humanos da UJ agregada, encontra-se no RG da SPAE.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100, DE 07/10/2009.

5. PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR

Tabela 39 - Pagamentos de Restos a Pagar

Em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	1.664.259,40	NÃO SE APLICA		
2008	831.083,96	1.172,64	10.921,75	818.989,57
2007	463,59	-	463,59	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	58.782.909,41	NÃO SE APLICA		
2008	7.092.397,09	485.372,42	6.547.842,42	59.182,25
2007	1.253.905,44	48.985,63	1.117.619,52	87.300,29

Fonte: SIAFI

5.1 Análise Crítica:

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício: **Devido as limitações impostas pelo Decreto de Programação Financeira, os limites de pagamento referentes aos anexos I, II e III estabelecidos mediante portaria editada pelo MAPA, impacta negativamente acarretando atraso nas liberações de convênios do exercício, e nas despesas com manutenção e outros.**
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro: **No caso de convênios realizados no portal foi devido o sistema não permitir o cancelamento de RP processados em 2009.**

Item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU N° 100, de 07/10/2009.

6.1 Vide item 2.3.2.3

6.2 Quadro de Detalhamento de Transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente									
UG		Texto							
130137		Secretaria de Produção e Agroenergia - SPAE							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
1	702407/2008	Fundação de Apoio à Tecnologia Cafeeira - FunProcafé (*)	999.500,00	259.850,00	670.500,00	670.500,00	14/1/2009	30/12/2010	0
1	702984/2009	Associação dos Produtores de Café da Bahia - Assocafé	144.000,00	36.000,00	144.000,00	144.000,00	4/3/2009	30/4/2009	0
1	703058/2009	Associação dos Cafeicultores de Araguari - ACA	105.469,00	105.540,00	105.469,00	105.469,00	24/3/2009	23/5/2009	5
1	703049/2009	Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA	129.320,00	34.250,00	129.320,00	129.320,00	24/3/2009	23/7/2009	5
1	703376/2009	Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA	97.800,00	25.230,00	97.800,00	97.800,00	4/6/2009	3/8/2009	5
1	703467/2009	Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio - Acarpa	15.300,00	5.700,00	15.300,00	15.300,00	28/5/2009	27/7/2009	5
1	703831/2009	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina	50.000,00	12.500,00	50.000,00	50.000,00	9/7/2009	9/12/2009	0
1	703918/2009	Associação dos Produtores de Café da Bahia - Assocafé	48.000,00	12.000,00	48.000,00	48.000,00	21/7/2009	20/12/2009	5
1	704204/2009	Associação dos Amigos do Museu do Café	174.850,00	43.800,00	174.850,00	174.850,00	12/8/2009	11/1/2010	0

1	704243/2009	Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio - Acarpa	51.600,00	57.050,00	51.600,00	51.600,00	12/8/2009	11/11/2009	0
1	704386/2009	Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado- Fundaccer	81.000,00	25.740,00	81.000,00	81.000,00	18/8/2009	17/12/2009	0
1	704455/2009	Sindicato Rural de Abatiá	50.000,00	12.500,00	50.000,00	50.000,00	22/9/2009	21/1/2010	0
1	704676/2009	Associação Brasileira de Cafés Especiais - BSCA	184.265,00	46.240,00	184.265,00	184.265,00	14/9/2009	13/12/2009	0
1	704791/2009	Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana	50.000,00	12.500,00	50.000,00	50.000,00	24/9/2009	23/12/2009	0
1	705838/2009	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas	100.431,00	25.450,00	100.431,00	100.431,00	8/10/2009	7/12/2009	0
1	711357/2009	Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA	27.075,00	8.250,00	27.075,00	27.075,00	30/11/2009	30/1/2010	0

(*)Convênio FunProcafé: R\$ 670.500,00 em 2009; e R\$ 329.000,00 em 2010, por meio de Termo Aditivo.

Fonte: SIAFI

Tabela 40 - Quadro de Detalhamento de Transferência

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor pactuado	Contraparti da Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
1	629434/2008	Associação dos Amigos do Museu dos Cafés do Brasil.	201.521,46	33.400,00	160.100,00	0	01/08/2008	31/01/2009	5
1	632142/2008	Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo.	135.000,00	27.000,00	135.000,00	0	04/09/2008	03/01/2009	5
1	632143/2008	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ	373.000,00	71.000,00	373.000	0	04/09/2008	03/01/2009	5
1	644138/2009	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB-PR	633.040,00	165.520,00	633.040,00	633.040,00	14/01/2009	19/08/2011	0

6.1.2 Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatório e aplicável a todas as UJ.

No exercício de 2009 foram realizados convênios com entidades representativas da cafeicultura nacional visando ampliar os negócios com o café nos mercados interno e externo, garantir visibilidade e traduzir a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais, permitindo a conquista contínua de novos consumidores e estimulando a formação de novos canais de distribuição e o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e o seu valor agregado, bem como fortalecer a marca Cafés do Brasil nestes mercados, pesquisa e desenvolvimento em cafeicultura, além de informar e orientar os públicos-alvos para os benefícios sociais e reais que a cafeicultura tem proporcionado ao país ao longo de sua história.

Os efeitos no médio e longo prazo serão de grande importância para a cafeicultura nacional. Os resultados esperados nestas ações é aumento do consumo mundial do produto, maior rentabilidade para produtor, melhoria da qualidade, etc.

Neste contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado informar, interessa a UJ informe sobre:

Medidas adotadas para sanear as transferências em situação do tipo 2 – inadimplentes;

Inexistem convênios nesta situação no âmbito desta UJ. Todos os convênios celebrados até a presente data estão adimplentes, portanto, não foi necessário nenhuma medida neste sentido.

Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do artigo 12, § 1º do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere.

Toda a execução orçamentária e financeira no ano de 2009 foi efetuada de acordo com os referidos normativos. Não foi feita nenhuma liberação além dos limites de pagamento distribuído a esta UJ.

ITEM 23 C DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 100, DE 07/10/2009

23. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA

Operações Especiais 0012 (Financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café) e 0A27 (Equalização de juros nos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café)

23.1. Dados gerais das ações

Tabela 41 - Operações especiais 0012 e 0A27

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura com taxa de juros equalizadas pelo Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira – Funcafé.
Descrição	Concessão de financiamentos destinados ao custeio dos tratos culturais da lavoura, da colheita, da estocagem, da comercialização e ao investimento para modernização dos equipamentos com equalização da taxa de juros praticada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SPAЕ/DCAF
Coordenador nacional da ação	Marconni Sobreira
Unidades executoras	130137- Secretaria de Produção e Agroenergia/MAPA/FUNCAFÉ
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPAЕ/DCAF/CGFUNCAFÉ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Coordenador-Geral de Apoio ao Funcafé (Portaria Ministerial nº 745, publicada no DOU nº 336, de 05 de maio de 2009, Seção 2, Página 4)

Em 2009 foram alocados R\$ 2.372.897.118,00 na ação 0012 - Financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café e R\$ 130.000.000,00 na ação 0A27 - Equalização de juros nos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café. A origem desses recursos são aqueles consignados ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé no Orçamento Geral da União na UO – 74.901 – Recursos sob a supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé/MAPA. Beneficiam-se dessas ações cafeicultores, cooperativas de produtores de café, indústrias torrefadoras, beneficiadores e exportadores de café.

Após a aprovação do Orçamento Geral da União, publica-se Portaria Interministerial MAPA/MF na qual é estabelecida a distribuição dos recursos alocados ao Fundo dentre as linhas de financiamentos destinados à produção, ao investimento, à liquidação de operações de crédito e à comercialização de café. O Secretário de Produção e Agroenergia, através de Aviso publicado no Diário Oficial da União, torna público que estará contratando instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR para atuarem como agentes financeiros do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Para a execução dessas ações, no exercício de 2009, observou-se os seguintes normativos:

- Lei Orçamentária Anual nº 11.897, de 31/12/2008;
- Resolução CMN nº 3.451, de 5 de abril de 2007;
- Resolução CMN nº 3.494, de agosto de 2007;
- Resolução CMN nº 3.645, de 26 de novembro de 2008;

- Resolução CMN nº 3.640, de 26 de novembro de 2008;
- Resolução CMN nº 3.643, de 26 de novembro de 2008;
- Resolução CMN nº 3.665, de 17 de dezembro de 2008;
- Resolução CMN nº 3.682, de 29 de janeiro de 2009;
- Resolução CMN nº 3.720, de 30 de abril de 2009;
- Resolução CMN nº 3.755, de 30 de junho de 2009;
- Resolução CMN nº 3.783, de 16 de setembro de 2009;
- Resolução CMN nº 3.785, de 16 de setembro de 2009;
- Resolução CMN nº 3.800, de 19 de outubro de 2009;
- Resolução CMN nº 3.805, de 28 de outubro de 2009;
- Resolução CMN nº 3.822, de 16 de dezembro de 2009; e
- Portaria Interministerial MAPA/MF nº 453, de 16 de junho de 2009.

23.2 CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNCAFÉ

A Resolução nº 3.451, de 5 de abril de 2007, do Conselho Monetário Nacional – CMN, sistematizou em um único instrumento normativo as linhas de financiamento usualmente concedidas (custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café – FAC) e traz as disposições gerais sobre a aplicação dos recursos do Funcafé destinados às linhas de crédito referidas, tais como: agentes financeiros e suas remunerações, risco das operações, beneficiários dos financiamentos, encargos financeiros, prazos de contratação, limites de crédito por tomador, adequação dos reembolsos dos recursos ao Fundo, entre outras. Com base na citada Resolução e suas alterações, a Secretaria de Produção e Agroenergia, através do Departamento do Café firmou contratos com trinta e três agentes financeiros (12 bancos e 21 cooperativas - vide tabela 1), disponibilizando um montante de R\$ 1.648.835.785,99 à cafeicultura nacional no exercício de 2009.

Tabela 42 - Recursos disponibilizados aos Agentes Financeiros

AGENTES FINANCEIROS	LINHAS DE FINANCIAMENTO							Ajustes			Total
	(1)Colheita	(1)Estocagem	(1)FAC	(1)Custeio	(2)Cooperativas	(3)CPR	(4)Granizo	(5)Devoluções de recursos em decorrência de reescalonamento de operações de custeio e colheita	(6) Devoluções de recursos em decorrência de prorrogações de operações de estocagem.	(7) Devoluções	
Banco do Brasil	102.895.446,51	222.104.553,49	80.000.000,00	80.000.000,00	-	95.000.000,00	4.590.455,24	23.443.786,06	-	-	608.034.241,30
Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	119.537.156,00	39.520.000,00	2.700.000,00	100.000.000,00	-	-	767.500,00	6.308.546,38	-	-	268.833.202,38
Banco Santander Brasil	4.632.640,00	58.503.010,00	18.300.000,00	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	91.435.650,00
Banco Safra	2.456.000,00	47.544.000,00	28.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-	850.000,00	80.850.000,00
Crediminas	30.000.000,00	15.000.000,00	-	30.000.000,00	-	-	-	4.530.263,68	-	-	79.530.263,68
Banco Itaú BBA	-	24.000.000,00	-	50.000.000,00	-	-	-	-	-	-	74.000.000,00
Banco Bradesco	1.045.494,00	20.000.000,00	46.000.000,00	-	-	-	1.239.792,04	-	-	-	68.285.286,04
Banco Banestes	15.435.562,80	-	-	39.564.437,20	-	-	-	-	-	-	55.000.000,00
Banco Itaú S/A	-	20.000.000,00	25.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	4.136.209,64	-	51.136.209,64
Banco Ribeirão Preto	400.000,00	42.600.000,00	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	45.000.000,00
Banco Rabobank	600.000,00	10.198.860,00	-	29.201.140,00	-	-	-	1.784.188,73	-	-	41.784.188,73
Banco BPN Brasil	-	5.000.000,00	30.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	35.000.000,00
Banco Bichanco	-	20.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	30.000.000,00
Banco Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	2.217.690,35	-	2.217.690,35
SICOOB CENTRAL Espírito Santo	15.000.000,00	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	35.000.000,00
SICOOB AGROCREDI	15.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	-	-	-	-	-	25.000.000,00
SICOOB NOSSO CRÉDITO	-	-	-	-	10.000.000,00	-	-	-	-	-	10.000.000,00
SICOOB CREDIVAR	5.000.000,00	1.458.466,00	-	-	3.000.000,00	-	-	20.587,87	-	-	9.479.053,87
SICOOB COOPERSUL	-	-	-	-	7.000.000,00	-	-	-	-	-	7.000.000,00
SICOOB RURALCREDI	-	-	-	-	4.800.000,00	-	-	-	-	-	4.800.000,00
SICOOB CREDIAGRO	-	-	-	-	4.000.000,00	-	-	-	-	-	4.000.000,00
SICOOB BELCREDI	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	-	3.000.000,00
SICOOB CREDIVAP	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	-	3.000.000,00
SICOOB CREDIARA	-	-	-	-	2.350.000,00	-	-	-	-	-	2.350.000,00
SICOOB ARACREDI	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	2.000.000,00
SICOOB CREDICAP	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	2.000.000,00
SICOOB CREDIVAS	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	2.000.000,00
SICOOB CREDICOOPER	-	-	-	-	1.700.000,00	-	-	-	-	-	1.700.000,00
SICOOB CREDIGRANDE	-	-	-	-	1.700.000,00	-	-	-	-	-	1.700.000,00
SICOOB COOPACREDI	-	-	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	-	1.500.000,00
SICOOB CREDIGUAPE	-	-	-	-	1.100.000,00	-	-	-	-	-	1.100.000,00
SICOOB CREDIALP	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00
SICOOB CREDICARPA	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	800.000,00
SICOOB CREDIBARM	-	-	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	300.000,00
TOTAL	312.002.299,31	535.928.889,49	290.000.000,00	304.765.577,20	61.250.000,00	95.000.000,00	6.597.747,28	36.087.372,72	6.353.899,99	850.000,00	1.648.835.785,99

TABELA 1 - Fonte: SIAFI-FUNCAFE UG 130137
 (1) Resolução CMN nº 3.451 - Colheita, Estocagem, FAC e Custeio
 (2) Resolução CMN nº 3.783 - Linha Especial destinada a cafeicultores
 (3) Resolução CMN nº 3.643, 3.800 e 3.822 - CPR
 (4) Resolução CMN nº 3.640 - Granizo
 (5) Resolução CMN nº 3.682 - Reescalonamento de dívida (custeio e colheita)
 (6) Resolução CMN nº 3.665 - Prorrogação de prazos de contratos.
 (7) Devoluções de recursos pelos pagamentos efetuados indevidamente pelo Banco Safra em 2008, sendo R\$100.000,00 referentes à colheita e R\$750.000,00 à estocagem.

Conforme citado anteriormente, a Resolução 3.451/2007 sistematizou os financiamentos à cafeicultura em um único instrumento, sem vinculação com a safra do produto ou período agrícola e com validade indeterminada. É estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, que o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento “*designarão os valores a serem aplicados para custeio, colheita, estocagem e em Financiamento para Aquisição de Café – FAC.*” Nesse sentido, em 17/06/2009, foi publicada a Portaria Interministerial MAPA/MF nº 453, distribuindo um montante de R\$ 1,8 bilhão entre as linhas de financiamento à produção, comercialização e a outras três modalidades de financiamentos à cafeicultura, instituídas pelo CMN, da seguinte forma:

- **Operações de custeio:** até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- **Operações de colheita:** até R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais);
- **Operações de estocagem:** até R\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais);
- **Operações de Financiamento para Aquisição de Café - FAC:** até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais);
- **Linha especial de crédito para financiamento de aquisição de Cédula do Produto Rural – CPR:** até 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- **Recuperação de lavouras de café atingidas por chuvas de granizo (instituída pela Resolução CMN nº 3.640/2009):** até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais); e
- **Operações de custeio e de colheita de café previstas no art. 2º da Resolução CMN nº 3.682/2009:** até 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Esclarecemos que conforme o artigo 2º da Portaria Interministerial MAPA/MF nº 453/2009, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira do Funcafé, admite-se ao agente financeiro, mediante solicitação formal e autorização do gestor do Funcafé, quando não houver demanda efetiva por recursos, o remanejamento dos recursos disponibilizados entre as linhas de financiamento de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

Esclarecemos ainda que o CMN, pela Resolução nº 3.783 de 16/09/2009, instituiu mais uma linha de financiamento com recursos do Funcafé, a linha especial de financiamento destinada a cafeicultores cuja finalidade é financiar a liquidação de operações de crédito efetuadas por cafeicultores e cujos recursos tenham sido utilizados na produção de café, exceto aquelas que estejam lastreadas com recursos do Funcafé, sendo o montante de recursos disponibilizado para essa linha de R\$ 100.000.000,00.

Nesse sentido, na tabela 2 são apresentados os valores disponibilizados a cada um dos agentes financeiros que contrataram recursos do Fundo em 2009, informando a data e o valor de cada liberação e considerando os remanejamentos entre as linhas de financiamento, autorizados pelo gestor do Funcafé.

Tabela 43 - Liberações dos Recursos do Funcafé

LIBERAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNCAFÉ - 2009								
BANCO DO BRASIL - CONTRATOS Nº 010/2009, 010C/2009 E 010G/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
28/5/2009	135.000.000	-	-	-	-	-	-	135.000.000
9/6/2009	-	-	-	-	35.000.000	15.000.000	-	50.000.000
1/7/2009	-	140.000.000	80.000.000	50.000.000	-	-	-	270.000.000
30/9/2009	-	-	-	-	(29.817.755)	(10.409.545)	-	(40.227.300)
4/11/2009	-	-	-	-	-	-	23.443.786	23.443.786
5/11/2009	-	50.000.000	-	30.000.000	-	-	-	80.000.000
10/11/2009	(32.104.553)	32.104.553	-	-	-	-	-	-
27/11/2009	-	-	-	-	29.817.755	-	-	29.817.755
30/12/2009	-	-	-	-	60.000.000	-	-	60.000.000
19/1/2010	-	(3.015.000)	3.015.000	-	-	-	-	-
29/1/2010	-	(10.000.000)	-	10.000.000	-	-	-	-
10/2/2010	-	(7.353.966)	(3.125.000)	10.478.966	-	-	-	-
TOTAL	102.895.447	201.735.587	79.890.000	100.478.966	95.000.000	4.590.455	23.443.786	608.034.241
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL - BANCOOB S/A - CONTRATOS Nº 007/2009, 007C/2009 E 007G/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
21/5/2009	120.000.000	-	-	-	-	-	-	120.000.000
5/6/2009	-	-	-	-	-	2.000.000	-	2.000.000
10/6/2009	-	-	-	-	-	-	6.308.546	6.308.546
2/7/2009	-	40.000.000	2.000.000	40.000.000	-	-	-	82.000.000
31/7/2009	(220.000)	(480.000)	700.000	-	-	-	-	-
30/9/2009	-	-	-	-	-	(1.232.500)	-	(1.232.500)
10/11/2009	(242.844)	-	-	-	-	-	-	(242.844)
24/11/2009	-	-	-	60.000.000	-	-	-	60.000.000
TOTAL	119.537.156	39.520.000	2.700.000	100.000.000	-	767.500	6.308.546	268.833.202
BANCO SAFRA - CONTRATOS Nº 004/2009 E 004C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
jan a abr/09	100.000	750.000	-	-	-	-	-	850.000
17/6/2009	10.000.000	-	-	-	-	-	-	10.000.000
9/7/2009	-	-	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
3/8/2009	-	2.000.000	300.000	-	-	-	-	2.300.000
11/8/2009	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
25/8/2009	-	5.999.860	-	-	-	-	-	5.999.860
6/10/2009	-	1.499.935	-	-	-	-	-	1.499.935
7/10/2009	-	-	-	160.000	-	-	-	160.000
16/10/2009	-	750.000	-	400.000	-	-	-	1.150.000
22/10/2009	(7.544.000)	7.544.000	-	-	-	-	-	-
22/10/2009	-	4.750.206	-	-	-	-	-	4.750.206
3/11/2009	-	-	36.700.000	-	-	-	-	36.700.000
6/11/2009	-	15.000.000	(15.000.000)	-	-	-	-	-
7/12/2009	-	-	-	1.440.000	-	-	-	1.440.000
11/1/2010	-	3.200.000	(3.200.000)	-	-	-	-	-
29/1/2010	-	-	(1.009.161)	1.009.161	-	-	-	-
TOTAL	2.556.000	51.494.000	23.790.839	3.009.161	-	-	-	80.850.000
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - BANESTES - CONTRATOS Nº 001/2009 E 001C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
27/5/2009	20.000.000	-	-	-	-	-	-	20.000.000
1/7/2009	-	-	-	25.000.000	-	-	-	25.000.000
1/10/2009	(4.564.437)	-	-	4.564.437	-	-	-	-
9/12/2009	-	-	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000
TOTAL	15.435.563	-	-	39.564.437	-	-	-	55.000.000
BICBANCO - CONTRATO Nº 036/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
2/12/2009	-	20.000.000	10.000.000	-	-	-	-	30.000.000
Total	-	20.000.000	10.000.000	-	-	-	-	30.000.000
BANCO BPN BRASIL - CONTRATO Nº 017/2009								
BPN Brasil	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
31/7/2009	-	3.000.000	7.000.000	-	-	-	-	10.000.000
5/11/2009	-	2.000.000	23.000.000	-	-	-	-	25.000.000
Total	-	5.000.000	30.000.000	-	-	-	-	35.000.000
BRADESCO - CONTRATOS Nº 008/2009 E 008C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
27/5/2009	20.000.000	-	-	-	-	-	-	20.000.000
5/6/2009	-	-	-	-	-	10.000.000,00	-	10.000.000
16/7/2009	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
28/7/2009	(10.000.000)	10.000.000	-	-	-	-	-	-
3/8/2009	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
4/8/2009	(6.000.000)	-	6.000.000	-	-	-	-	-
6/8/2009	-	-	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
30/9/2009	-	-	-	-	-	(8.760.207,96)	-	(8.760.208)
14/10/2009	-	10.000.000	(10.000.000)	-	-	-	-	-
10/11/2009	(2.954.506)	-	-	-	-	-	-	(2.954.506)
TOTAL	1.045.494	20.000.000	46.000.000	-	-	1.239.792,04	-	68.285.286
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - CREDIMINAS - CONTRATOS Nº 002/2009 E 002C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
2/6/2009	30.000.000	-	-	-	-	-	-	30.000.000
22/6/2009	-	-	-	-	-	-	4.530.263,68	4.530.264
26/6/2009	-	10.000.000	-	10.000.000	-	-	-	20.000.000
23/10/2009	-	5.000.000	-	20.000.000	-	-	-	25.000.000
TOTAL	30.000.000	15.000.000	-	30.000.000	-	-	4.530.263,68	79.530.264

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAÉ

Tabela 44 - Liberações dos Recursos do Funcafé

TABELA 29 - LIBERAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNCAFÉ - 2009								
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL E DE PEQUENOS EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DE VARGINHA - CREDIVAR - CONTRATOS Nº 003/2009 E 003C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
29/5/2009	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
29/5/2009	2.000.000	-	-	-	-	-	-	2.000.000
25/6/2009	-	-	-	-	-	-	20.587,87	20.588
19/8/2009	(2.000.000)	2.000.000	-	-	-	-	-	-
30/11/2009	-	(541.534)	-	-	-	-	-	(541.534)
TOTAL	5.000.000	1.458.466	-	-	-	-	20.587,87	6.479.054
BANCO ITAÚ BBA - CONTRATO Nº 006/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
1/7/2009	-	-	50.000.000	-	-	-	-	50.000.000
9/7/2009	-	3.000.000	-	-	-	-	-	3.000.000
22/7/2009	-	3.000.000	-	-	-	-	-	3.000.000
13/10/2009	-	18.000.000	-	-	-	-	-	18.000.000
TOTAL	-	24.000.000	50.000.000	-	-	-	-	74.000.000
BANCO ITAÚ S/A - CONTRATO Nº 013/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
jan a abr/09	-	4.136.210	-	-	-	-	-	4.136.210
13/7/2009	-	10.000.000	2.000.000	-	-	-	-	12.000.000
22/7/2009	-	8.000.000	7.000.000	-	-	-	-	15.000.000
26/8/2009	-	2.000.000	-	-	-	-	-	2.000.000
28/8/2009	-	-	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
17/12/2009	-	-	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
29/12/2009	-	-	16.000.000	-	-	-	-	16.000.000
4/1/2010	-	16.036.195	(16.036.195)	-	-	-	-	-
Total	-	40.172.404	8.963.805	2.000.000	-	-	-	51.136.210
BANCO RABOBANK - CONTRATOS Nº 014/2009 E 014C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
1/6/2009	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
19/6/2009	-	5.000.000	-	8.000.000	-	-	1.784.188,73	14.784.189
3/8/2009	(4.400.000)	4.400.000	-	-	-	-	-	-
25/8/2009	-	-	-	7.000.000	-	-	-	7.000.000
28/8/2009	-	(7.926.830)	-	7.926.830	-	-	-	-
11/9/2009	-	5.000.000	-	(5.000.000)	-	-	-	-
9/10/2009	-	8.803.380	-	6.196.620	-	-	-	15.000.000
2/12/2009	-	(5.077.690)	-	5.077.690	-	-	-	-
26/1/2010	-	(3.500.000)	-	3.500.000	-	-	-	-
TOTAL	600.000	6.698.860	-	32.701.140	-	-	1.784.188,73	41.784.189
BANCO RIBEIRÃO PRETO - CONTRATOS Nº 011/2009 E 011C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
21/5/2009	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
18/6/2009	-	10.000.000	10.000.000	2.000.000	-	-	-	22.000.000
13/10/2009	(4.600.000)	4.600.000	-	-	-	-	-	-
27/10/2009	-	10.000.000	(10.000.000)	-	-	-	-	-
12/11/2009	-	18.000.000	-	-	-	-	-	18.000.000
TOTAL	400.000	42.600.000	-	2.000.000	-	-	-	45.000.000
BANCO SANTANDER BRASIL - CONTRATOS Nº 005/2009 E 005C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
27/5/2009	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
10/6/2009	11.000.000	-	-	-	-	-	-	11.000.000
2/7/2009	-	1.500.000	-	-	-	-	-	1.500.000
16/7/2009	-	5.000.000	8.300.000	-	-	-	-	13.300.000
3/8/2009	-	15.141.800	2.000.000	-	-	-	-	17.141.800
4/8/2009	(10.000.000)	10.000.000	-	-	-	-	-	-
12/8/2009	-	-	3.000.000	-	-	-	-	3.000.000
14/8/2009	-	2.500.000	-	-	-	-	-	2.500.000
19/8/2009	-	1.500.000	2.000.000	-	-	-	-	3.500.000
25/8/2009	-	1.857.280	-	1.038.000	-	-	-	2.895.280
3/9/2009	-	2.636.570	-	8.962.000	-	-	-	11.598.570
7/10/2009	(1.859.000)	1.859.000	-	-	-	-	-	-
16/10/2009	146.640	840.924	(987.564)	-	-	-	-	-
9/11/2009	-	20.000.000	-	-	-	-	-	20.000.000
13/11/2009	345.000	-	(345.000)	-	-	-	-	-
17/12/2009	-	(2.332.564)	2.332.564	-	-	-	-	-
21/12/2009	-	(2.000.000)	2.000.000	-	-	-	-	-
6/1/2010	-	(3.650.000)	3.650.000	-	-	-	-	-
20/1/2010	-	(3.000.000)	3.000.000	-	-	-	-	-
3/2/2010	-	(2.498.108)	1.800.000	698.108	-	-	-	-
TOTAL	4.632.640	49.354.903	26.750.000	10.698.108	-	-	-	91.435.650
COOPERATIVA DE CRÉDITO EM GUAXUPÉ E REGIÃO LTDA - AGROCREDI - CONTRATO Nº 015C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
28/5/2009	15.000.000	-	-	-	-	-	-	15.000.000
TOTAL	15.000.000	-	-	-	-	-	-	15.000.000
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES - CONTRATOS Nº 016/2009 E 016C/2009								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
22/5/2009	15.000.000	-	-	-	-	-	-	15.000.000
2/7/2009	-	10.000.000	-	10.000.000	-	-	-	20.000.000
TOTAL	15.000.000	10.000.000	-	10.000.000	-	-	-	35.000.000
UNIBANCO - DEVOLUÇÃO REFERENTE A PRORROGAÇÕES DE OPERAÇÕES DE ESTOCAGEM CONTRATADAS COM BASE EM CONTRATOS DE ANOS ANTERIORES								
LIBERAÇÕES	COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	TOTAL
jan a abr/09	-	2.217.690	-	-	-	-	-	2.217.690
TOTAL	-	2.217.690	-	-	-	-	-	2.217.690

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAÉ

Tabela 45 - Linha Especial de Financiamento

LINHA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DESTINADA A CAFEICULTORES INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 3.783/2009								
COOPERATIVAS CONTRATADAS				Nº DO CONTRATO	LIBERAÇÕES		VALOR	
Cooperativa de Crédito em Guaxupé e Região - SICOOB AGROCREDI				022/2009	30/11/2009		10.000.000	
Cooperativa Regional de Crédito do Sudoeste Mineiro e Nordeste Paulista - SICOOB NOSSOCRÉDITO				029/2009	29/12/2009		10.000.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Três Pontas - SICOOB COOPERSUL				031/2009	15/12/2009		7.000.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Guaranésia - SICOOB RURALCREDI				021/2009	29/12/2009		4.800.000	
Cooperativa de Crédito de Campos Altos - SICOOB CREDIAGRO				025/2009	28/12/2009		4.000.000	
Cooperativa de Crédito Rural e Pequenos Empresários da Região de Varginha - SICOOB CREDIVAR				026/2009	30/11/2009		3.000.000	
Cooperativa de Crédito Rural de Boa Esperança - SICOOB BELCREDI				020/2009	29/12/2009		3.000.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Caratinga - SICOOB CREDICOOPER				033/2009	28/12/2009		1.700.000	
Cooperativa de Crédito do Vale do Paraíso - SICOOB CREDIVAP				037/2009	9/12/2009		3.000.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Araxá - SICOOB CREDIARA				023/2009	14/12/2009		2.350.000	
Cooperativa de Crédito Rural de Araguaçu - SICOOB ARACREDI				019/2009	17/12/2009		2.000.000	
Cooperativa de Crédito de Capelinha e Região - SICOOB CREDICAP				028/2009	23/12/2009		2.000.000	
Cooperativa de Crédito do Vale do Sapucaí - SICOOB CREDIVASS				035/2009	30/12/2009		2.000.000	
Cooperativa de Crédito Rural Alto Rio Grande - SICOOB CREDIGRANDE				034/2009	28/12/2009		1.700.000	
Cooperativa de Crédito Rural de Patrocínio - SICOOB COOPACREDI				018/2009	9/12/2009		1.500.000	
Cooperativa de Crédito Rural de Guapé - SICOOB CREDIGUAPÉ				024/2009	17/12/2009		1.100.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Alpinópolis - SICOOB CREDIALP				030/2009	28/12/2009		1.000.000	
Cooperativa de Crédito da Região de Carmo do Paranaíba - SICOOB CREDICARPA				040/2009	23/12/2009		800.000	
Cooperativa de Crédito de Bambuí - SICOOB CREDIBAM				039/2009	29/12/2009		300.000	
TOTAL				-	-		61.250.000	
TOTALIZAÇÃO								
COLHEITA	ESTOCAGEM	FAC	CUSTEIO	CPR	GRANIZO	REESCALONAMENTO	COOPERATIVAS	TOTAL
312.102.299,31	529.251.910	278.094.644	330.451.812	95.000.000	6.597.747,28	36.087.372,72	61.250.000,00	1.648.835.786

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAÉ

23.2.1 Notas explicativas:

1 – Os valores que aparecem entre parênteses nas colunas referentes às linhas de financiamento de custeio, colheita, estocagem e FAC, significa que foram remanejados entre essas linhas, conforme estabelecido no artigo 2º da Portaria Interministerial MAPA/MF 453/2009, ou devolvidos após o término do prazo de aplicação da linha de colheita (Banco Cooperativo do Brasil - R\$ 462.844,00 e Bradesco – R\$ 8.954.506)

2 – O valor entre parênteses na coluna referente à linha de financiamento para aquisição de Cédula do Produto Rural – CPR, significa que o agente financeiro devolveu o recurso após o término do prazo de aplicação estabelecido pela Resolução CMN nº 3.720/2009 (30 de setembro de 2009). Com a edição da Resolução CMN nº 3.822, de 16/12/2009, esse prazo foi estendido para 30/04/2010 e o recurso foi novamente disponibilizado ao agente financeiro.

3 – Os valores entre parênteses na coluna referente à linha de financiamento para recuperação de lavouras de café atingidas por chuvas de granizo (Resoluções CMN nºs 3.640/2009 e 3.720/2009), significa que foram devolvidos pelos agentes financeiros sem aplicação na finalidade prevista após o término do prazo de contratação estabelecido pelas Resoluções citadas.

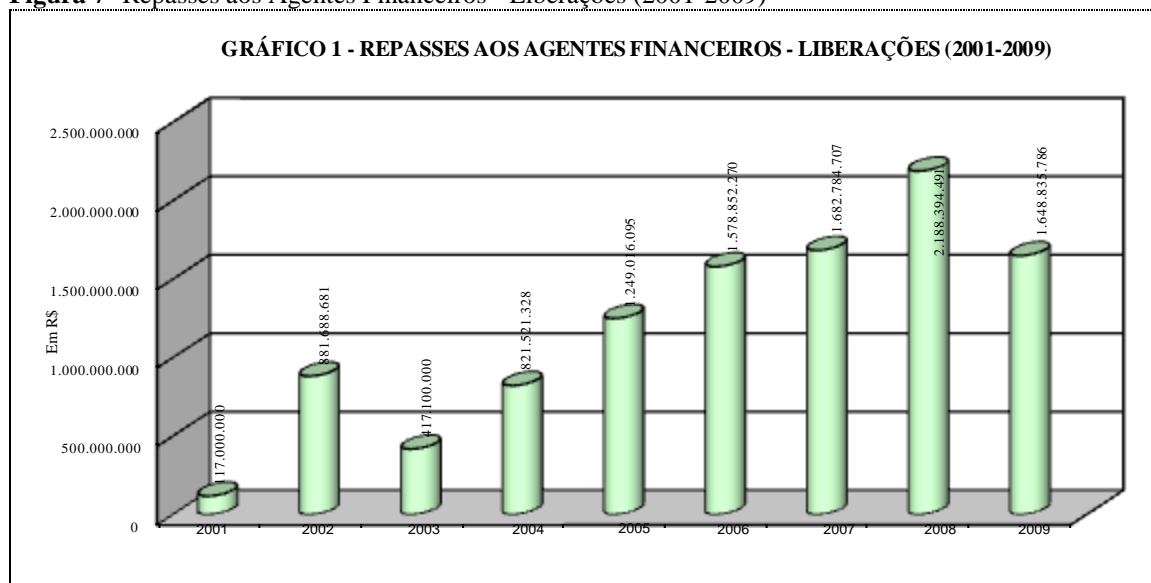
4 – A coluna “REESCALONAMENTO” refere-se a devoluções de recursos em decorrência dos reescalamentos realizados por força das Resoluções CMN nºs 3.682/2009 e 3.785/2009, de operações de custeio e colheita de café contratadas em anos anteriores.

5 – Os valores referentes às prorrogações de operações de estocagem de café, por força da Resolução CMN nº 3.665/2009, constantes da tabela 1, foram incorporados, na tabela 2, aos montantes disponibilizados aos agentes financeiros que efetivaram essas prorrogações, ou seja, Banco Itaú S/A e Unibanco.

Entre 2001 e 2009 foi liberado o total de R\$ 10.585.193.358 através de contratos firmados com agentes financeiros para operarem financiamentos à cafeicultura nacional. A parceria existente

entre a SPAE/DCAF/Funcaf  e esses agentes em 2009, foi de fundamental importância para a pulveriza o dos recursos do Fundo. No gráfico 1 a seguir,   apresentada a evolu o das libera es dos recursos do Funcaf  no período de 2001 a 2009.

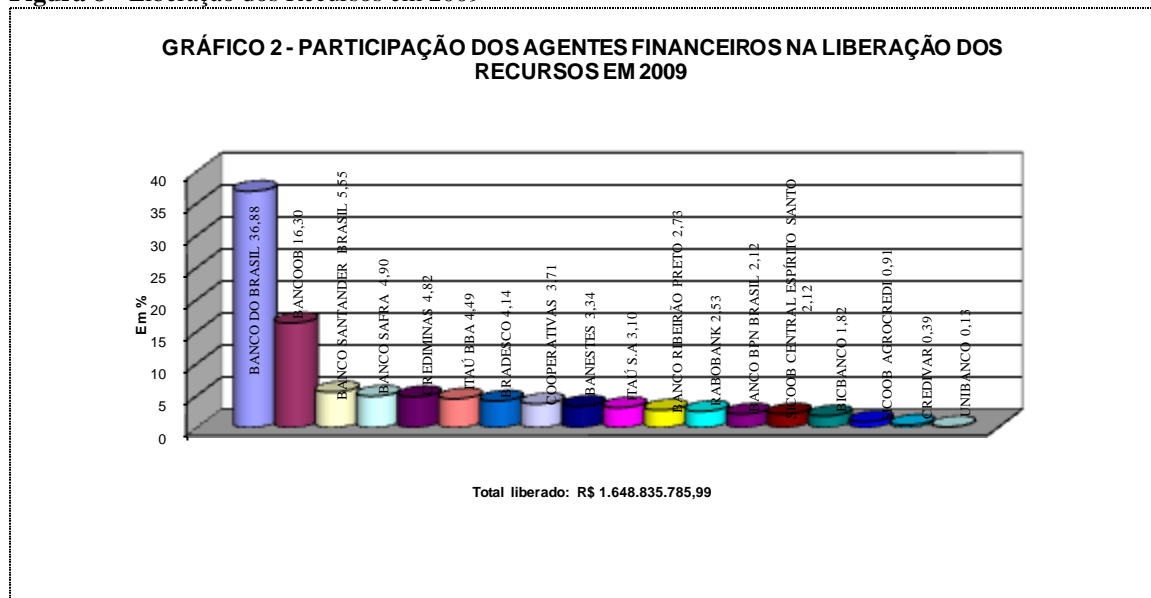
Figura 7- Repasses aos Agentes Financeiros - Libera es (2001-2009)



Fonte: SIAFI/DCAF/SPAE

No gráfico 2   apresentada a participa o percentual dos agentes financeiros nos recursos liberados pelo Funcaf  em 2009.

Figura 8 - Libera o dos Recursos em 2009

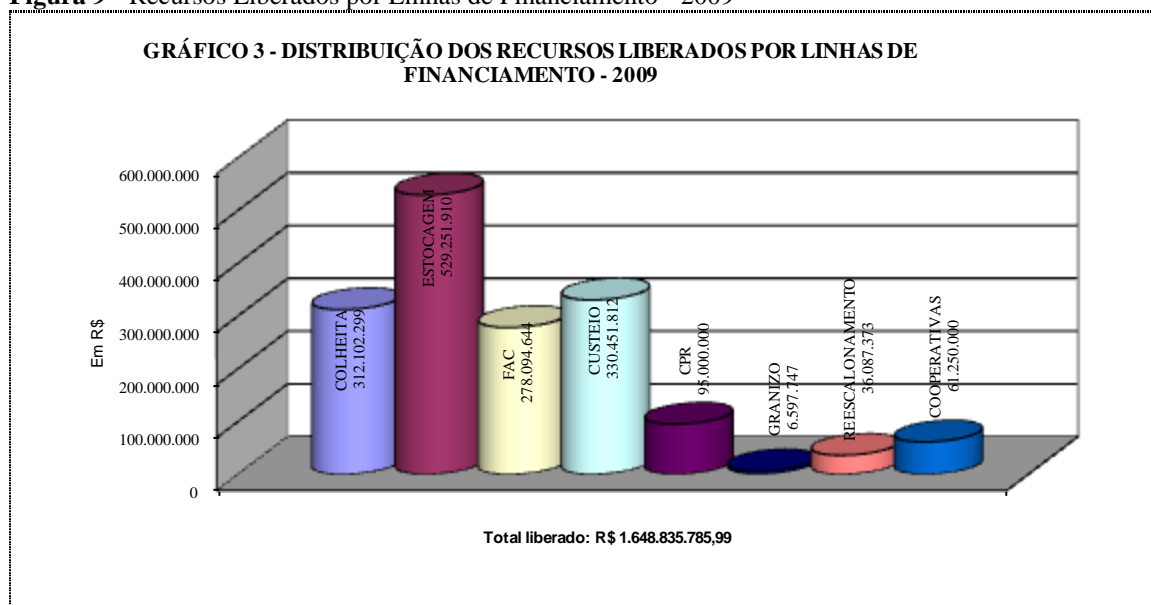


Fonte: SIAFI/DCAF/SPAE

Nota: O percentual de cooperativas, refere-se aos valores contratados com base na Resolu o CMN n  3.783/2009, cujo agente financeiro operador exclusivo são cooperativas de crédito.

No gráfico 3,   apresentada a distribui o dos recursos liberados aos agentes financeiros entre as linhas de financiamento disponibilizadas em 2009.

Figura 9 - Recursos Liberados por Linhas de Financiamento - 2009



Fonte: SPAE/DCAF

23.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS AOS AGENTES FINANCEIROS

Os recursos do Funcafé destinados à produção e comercialização de café são oferecidos aos beneficiários em linhas de financiamento normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional, com beneficiários e prazos de contratação previamente estabelecidos, a saber:

Custeio: tem como beneficiários cafeicultores, e os itens financiáveis com esta linha são todo os custos inerentes aos tratos culturais das lavouras, tais como os relativos a insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos) mão-de-obra e operações com máquinas. Prazo de contratação: de 1º de abril a 31 de outubro de cada ano.

Colheita: linha destinada ao financiamento de todos aqueles itens inerentes às etapas do processo de colheita (aplicação de herbicidas, arruação, colheita, transporte para o terreiro, secagem, mão-de-obra e material utilizado). Prazo de contratação: 1º de junho de cada ano até 28 de fevereiro do ano subsequente.

Estocagem: linha de crédito destinada ao financiamento da estocagem de café, e tem como beneficiários cafeicultores e cooperativas de produtores rurais. Prazo de contratação: de 1º de abril a 31 de janeiro do ano subsequente.

Financiamento para Aquisição de Café – FAC: esta linha tem como beneficiários indústrias torrefadoras de café, beneficiadores e exportadores, e o item financiável é o café verde adquirido diretamente de beneficiadores, exportadores, produtores rurais ou de suas cooperativas. Prazo de contratação: de 1º de abril a 31 de janeiro do ano subsequente.

Granizo: instituída pela Resolução CMN nº 3.640, de 26/11/2008, tem como objetivo financiar a recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo no segundo semestre de

2008, e tem como beneficiários os cafeicultores que tiveram suas lavouras atingidas pela intempérie. Prazo para contratação: até 30 de setembro de 2009.

CPR: instituída pela Resolução CMN nº 3.643, de 26/11/2008, e tem por finalidade financiar a liquidação de dívidas de café vinculadas à Cédula do Produto Rural (CPR). Prazo de contratação: até 30 de abril de 2010.

Linha especial de crédito destinada a cafeicultores: instituída pela Resolução CMN nº 3.783/2009, tem como beneficiários cafeicultores com operações de crédito rural originário de fontes de recursos exceto Funcafé, e prazo de contratação até 31 de março de 2010.

Do montante de R\$ 1.648.835.786,00 liberados aos agentes financeiros em 2009, R\$ 1.136.524.270,32 haviam sido aplicados nas finalidades previstas até 31/12/2009, conforme apresentamos na tabela 31.

Tabela 46 - Aplicação dos Recursos Liberados em 2009 - Posição 21/12/2009

APLICAÇÃO DOS RECURSOS LIBERADOS EM 2009 - POSIÇÃO: 31/12/2009				
				R\$
AGENTE FINANCEIRO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR APLICADO ATÉ 31/12/2009	* VALOR REEMBOLSADO	VALOR EM APLICAÇÃO
Banco do Brasil	608.034.241	408.555.306	-	199.478.935
Bancoob	268.833.202	216.287.951	462.844	52.082.407
Banco Santander Brasil	91.435.650	78.401.583	-	13.034.067
Banco Safra	80.850.000	48.350.855	-	32.499.145
SICOOB Crediminas	79.530.264	54.204.041	-	25.326.223
Banco Itaú BBA	74.000.000	73.964.154	-	35.846
Banco Bradesco	68.285.286	31.974.817	8.954.506	27.355.963
Banco Banestes	55.000.000	50.016.190	-	4.983.810
Banco Itaú S/A	51.136.210	28.783.238	-	22.352.971
Banco Ribeirão Preto	45.000.000	33.050.000	-	11.950.000
Banco RaboBank	41.784.189	32.455.160	-	9.329.029
Banco BPN Brasil	35.000.000	10.000.000	-	25.000.000
Banco Bicbanco	30.000.000	10.000.000	-	20.000.000
Banco Unibanco	2.217.690	-	-	2.217.690
SICOOB CENTRAL Espírito Santo	35.000.000	35.000.000	-	-
SICOOB - AGROCREDI	25.000.000	17.031.700	-	7.968.300
SICOOB NOSSOCRÉDITO	10.000.000	-	-	10.000.000
SICOOB CREDIVAR	9.479.054	6.458.466	-	3.020.588
SICOOB COOPERSUL	7.000.000	-	-	7.000.000
SICOOB RURALCREDI	4.800.000	180.000	-	4.620.000
SICOOB CREDIAGRO	4.000.000	-	-	4.000.000
SICOOB BELCREDI	3.000.000	-	-	3.000.000
SICOOB CREDIVAP	3.000.000	-	-	3.000.000
SICOOB CREDIARA	2.350.000	1.137.800	-	1.212.200
SICOOB ARACREDI	2.000.000	-	-	2.000.000
SICOOB CREDICAP	2.000.000	200.000	-	1.800.000
SICOOB CREDICOOPER	1.700.000	-	-	1.700.000
SICOOB CREDIGRANDE	1.700.000	-	-	1.700.000
SICOOB COOPACREDI	1.500.000	-	-	1.500.000
SICOOB CREDIGUAPÉ	1.100.000	-	-	1.100.000
SICOOB CREDIALP	1.000.000	-	-	1.000.000
SICOOB CREDICARPA	800.000	-	-	800.000
SICOOB CREDIBAM	300.000	-	-	300.000
SICOOB CREDIVASS	2.000.000	473.009	-	1.526.991
Total Geral	1.648.835.786	1.136.524.270	9.417.350,00	502.894.166

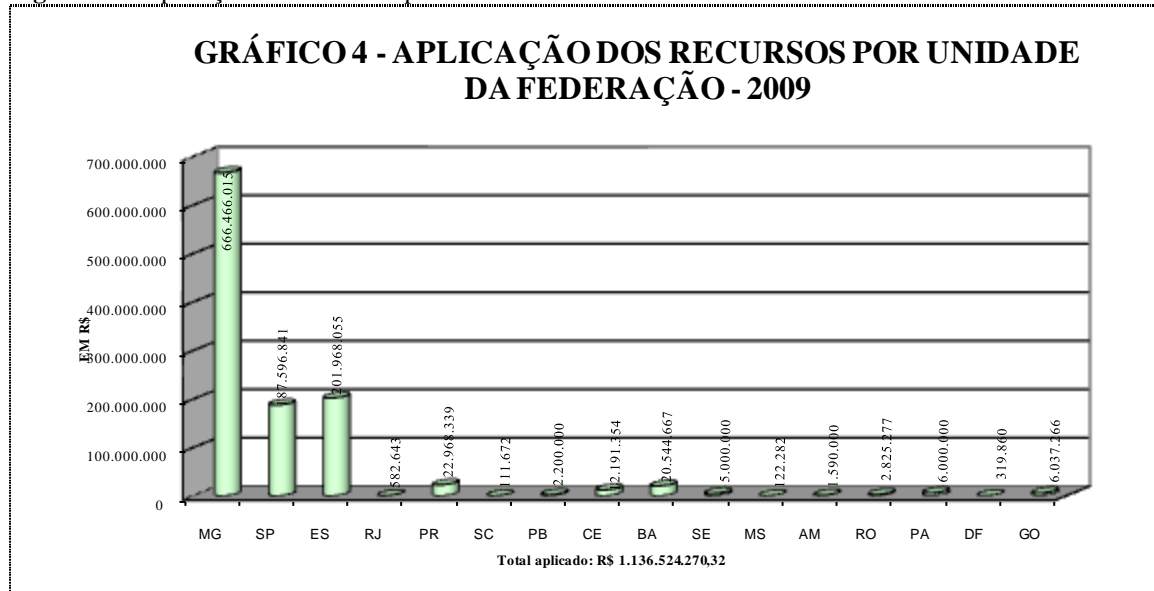
*Valor reembolsado ao Funcafé após o término do prazo de aplicação estabelecido na Res. CMN nº 3451/2007 (31/10/2009), referente a recursos disponibilizados aos agentes financeiros para a linha de colheita de café

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAE

O calendário de contratação pelos beneficiários finais dos financiamentos (ou o prazo de aplicação dos recursos pelos agentes financeiros) diverge do exercício orçamentário e financeiro anual, o que justifica o montante de R\$ 502.894.166,00 em aplicação em 31/12/2009. Esse montante refere-se a recursos disponibilizados para as linhas de financiamento de estocagem, custeio, FAC, aquisição de CPR e linha especial de crédito destinada a cafeicultores.

No gráfico 4, é apresentada a aplicação dos recursos distribuída por Unidades da Federação.

Figura 10 - Aplicação dos Recursos por Unidade



Fonte: DCAF/SPAE/AGENTES FINANCEIROS

Esse montante de recursos aplicado, atendeu a 22.261 beneficiários das linhas de financiamentos do Funcafé. Na tabela 4, são apresentados os números referentes à distribuição dos recursos do Funcafé no período de 2006 a 2009.

Tabela 47 - Distribuição das Aplicações dos Recursos do Funcafé

DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNCAFÉ POR REGIÃO GEOGRÁFICA E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS (2006-2009)												
Unidades da Federação	Valor em R\$				Quantidade de Contratos							
					Cooperativas				Beneficiários(*)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
NORTE												
AM	290.000	1.020.000	1.269.000	1.590.000	-	-	-	-	1	2	3	2
RO	1.517.215	266.000	600.000	2.825.277	5	1	23	7	168	4	289	89
PA	-	-	-	6.000.000	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	1.807.215	1.286.000	1.869.000	1.0415.277	5	1	23	7	169	6	292	92
NORDESTE												
AL	-	36.000	345.586	-	-	-	-	-	-	1	4	-
BA	8.416.412	13.639.765	12.915.784	20.544.667	1	4	5	2	114	600	204	225
CE	9.063.492	10.009.110	3.498.870	12.191.354	-	-	-	-	5	5	14	4
MA	1.000.000	993.288	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
PB	2.020.160	1.084.240	2.950.000	2.200.000	-	-	-	-	3	2	4	2
SE	-	-	1.849.548	5.000.000	-	-	-	-	-	-	2	1
TOTAL	20.500.064	25.762.403	21.559.788	39.936.021	1	4	5	2	123	609	228	232
CENTRO-OESTE												
DF	2.704.990	832.200	238.654	319.860	1	2	1	2	9	10	8	7
GO	753.696	3.207.682	2.342.996	6.037.266	-	-	-	-	5	15	7	18
MS	-	-	-	122.282	-	-	-	-	-	-	-	1
MT	-	-	74.320	-	-	-	-	-	-	-	2	-
TOTAL	3.458.686	4.039.882	2.655.970	6.479.408	1	2	1	2	14	25	17	26
SUDESTE												
ES	112.413.282	155.923.821	185.757.443	20.1968.055	14	22	96	43	4.082	6.986	7.659	6.648
MG	851.338.099	761.443.407	951.846.992	666.466.015	117	158	368	162	16.052	213.02	17.045	13.304
SP	240.994.422	171.642.184	328.109.280	187.596.841	19	26	45	19	2.104	4.746	2.847	1.692
RJ	5.602.602	8.075.265	7.202.251	582.643	-	-	-	-	13	14	17	18
TOTAL	1.210.348.405	1.097.084.677	1.472.915.966	1.056.613.554	150	206	509	224	22.251	33.048	27.568	21.662
SUL												
PR	27.433.311	22.331.776	53.267.759	22.968.339	5	2	9	2	229	842	344	248
SC	140.000	198.278	-	111.672	-	-	-	-	1	20	-	1
TOTAL	27.573.311	22.530.054	53.267.759	23.080.011	5	2	9	2	230	862	344	249
TOTAL GERAL	1.263.687.681	1.150.703.016	1.552.268.483	1.136.524.270	162	215	547	237	22.787	34.550	28.449	22.261

(*) Atendidos por bancos e cooperativas

Vale ressaltar que em decorrência dos prazos de aplicação das linhas de financiamento do Funcafé passarem de um exercício financeiro para o seguinte, conforme já mencionado, parte dos recursos disponibilizados em 2008 foram aplicados em 2009. De janeiro a abril de 2009, aplicou-se um montante de R\$ 322.048.699,00 referente a liberações de recursos feitas ainda no exercício de 2008 com base na LOA nº 11.647/2008. O referido montante foi aplicado através de 4.904 contratos firmados com os beneficiários finais, sendo 4.419 contratos firmados através de 140 cooperativas e 485 firmados diretamente com os beneficiários, sendo a seguinte distribuição: estocagem – R\$ 122.574.602 - 263 beneficiários; FAC – R\$ 38.342.475 – 480 beneficiários; custeio – R\$ 130.193.339 – 3.765 beneficiários; recuperação de lavouras de café atingidas por chuvas de granizo – R\$ 30.027.467 – 391 beneficiários; e aquisição de CPR – R\$ 910.810 - 5 beneficiários.

23.4 REEMBOLSO DOS FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FUNCAFÉ

No ano de 2009, em decorrência dos contratos de aplicação e administração de recursos do Funcafé firmados entre o MAPA/SPA/E/FUNCAFÉ e os agentes financeiros, retornou aos cofres do Fundo o montante de R\$ 1.909.435.007, referente ao valor principal mais juros e atualização pela Selic, inclusive aqueles recursos recebidos em Dação em Pagamento do Banco do Brasil, por

força da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001, cuja distribuição por linha de financiamento é apresentada na tabela 5, a seguir:

Tabela 48 - Reembolsos dos Financiamentos Concedidos

REEMBOLSOS DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FUNCAFÉ - 2009								
MÊS	LINHAS DE FINANCIAMENTO							TOTAL GERAL
	COLHEITA	CUSTEIO	ESTOCAGEM	DAÇÃO	CPR	FAC	GRANIZO	
Janeiro	48.098.052	416.487.775	129.946.608	12.457.557	-	54.383.261	-	661.373.252
Fevereiro	11.732.870	3.063.659	59.692.554	1.802.553	-	14.806.496	-	91.098.132
Março	16.185.290	10.092.481	52.546.892	4.807.878	-	17.808.198	-	101.440.739
Abril	46.275.122	28.393.198	86.148.902	17.717.857	102.858.550	23.415.642	53.104.706	357.913.976
Mai	58.385.107	2.857.459	104.619.747	7.920.688	-	49.497.774	-	223.280.775
Junho	15.509.420	717.815	57.149.488	6.532.125	-	12.923.264	1.537	92.833.650
Julho	1.784.158	936.746	26.444.120	3.522.890	-	5.332.066	14.733	38.034.713
Agosto	1.604.760	4.139.180	17.518.620	1.050.819	-	2.207.235	-	26.520.614
Setembro	8.680.028	8.150.208	18.112.851	934.589	-	1.397.492	12.713	37.287.881
Outubro	6.976.407	18.930.928	9.527.581	1.758.435	30.682.634	1.847.270	21.081.060	90.804.314
Novembro	18.302.194	25.775.546	37.464.410	2.049.563	-	529.174	10.071	84.130.957
Dezembro	15.482.996	53.847.879	28.587.055	1.709.405	-	5.071.422	17.246	104.716.002
Total	249.016.403	573.392.874	627.758.828	62.264.358	133.541.184	189.219.294	74.242.066	1.909.435.007

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAÉ

23.5. REMUNERAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS

No Manual de Crédito Rural - MCR, capítulo 9, seção 1, que trata do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, encontra-se de forma consolidada as Resoluções do Conselho Monetário Nacional que regem os financiamentos à cafeicultura com recursos do Funcafé, estabelecendo inclusive que a remuneração dos agentes financeiros contratados, devendo ser paga com recursos primários alocados no orçamento da unidade orçamentária “Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé-MAPA”

O CMN, pela Resolução nº 3.451/2007, inciso II, do artigo 1º, fixou a remuneração dos agentes financeiros em 4,5% ao ano, calculada sobre o valor nominal da operação e devida nas datas de vencimento das parcelas do financiamento ou, no caso de pagamento antecipado pelo mutuário, até as datas de amortização ou liquidação. Na tabela 6 são apresentadas as remunerações pagas aos agentes que operaram recursos do Funcafé em 2009.

Tabela 49 - Remuneração paga aos Agentes Financeiros

REMUNERAÇÃO PAGA AOS AGENTES FINANCEIROS		
(R\$)		
AGENTES FINANCEIROS	CNPJ	TOTAL
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000.0001/91	21.655.741,23
BANCO RIBEIRAO PRETO S/A	00.517.645.0001/04	1.888.778,19
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	01.023.570.0001/60	644.678,97
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	02.038.232.0001/64	10.426.158,19
BANCO ITAU BBA S/A	17.298.092.0001/30	2.193.943,21
COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DE MINAS GERAIS LTDA-C	25.683.434.0001/64	2.761.337,76
COOPERATIVA DE CREDITO RURAL E DE PEQUENOS EMPRESARI	25.798.596.0001/48	945.983,58
BANESTES S/A BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	28.127.603.0001/78	1.709.310,99
COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ESPIRITO SANTO	32.428.294.0001/43	16.810,27
BANCO ABN AMRO REAL S/A	33.066.408.0001/15	24.355,24
UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	33.700.394.0001/40	1.508.593,78
COOPERATIVA DE CREDITO EM GUAXUPE E REGIAO LTDA	42.873.828/0001-02	2.182,77
BANCO SAFRA S/A	58.160.789.0001/28	832.025,24
BANCO ITAU S/A	60.701.190.0001/04	434.620,52
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948.0001/12	1.664.128,82
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	90.400.888.0001/42	5.202.838,61
TOTAL		51.911.487,37

Fonte: SIAFI/DCAF/SPAE

23.6. COMENTÁRIOS FINAIS

Ressalte-se que todos os procedimentos adotados pela Coordenação-Geral de Apoio ao Funcafé/DCAF/SPAE seguiram a legislação vigente, e também que os contratos firmados nos últimos três anos contemplaram alterações recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, como por exemplo informações socioeconômicas sobre os beneficiários dos financiamentos e a coibição aos agentes financeiros da prática de vincular a concessão de empréstimos com recursos do Fundo à aquisição de produtos/serviços bancários, bem como o descredenciamento do agente que for denunciado por tal prática. Também, seguindo recomendação do TCU, orientou-se as instituições financeiras a priorizarem recursos à cooperativas de crédito, com o intuito de ampliar a pulverização dos financiamentos, e adotou-se no processo de liberação de recursos, critérios para a distribuição aos agentes financeiros dos valores disponibilizados para as linhas de crédito, como por exemplo a análise da performance na aplicação de recursos disponibilizados em anos anteriores.

Em comparação ao exercício de 2008, houve redução tanto no volume de recurso disponibilizado aos agentes financeiros como no número de beneficiários atendidos. Nesse sentido, cabe esclarecer o seguinte:

Conforme já mencionado, a Resolução CMN nº 3.451, de 5 de abril de 2007, normativo que dispõe sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos à cafeicultura estabelece prazos para contratação dos recursos disponibilizados pelo Funcafé, prazos esses que passam de um exercício orçamentário-financeiro para o seguinte, Assim, parcela dos recursos repassados aos agentes financeiros em 2009 somente serão contratadas pelos beneficiários em 2010.

A linha de estocagem, por disponibilizar maior volume de recurso individualmente (R\$ 750.000,00 por produtor, conforme disposto na alínea “a”, inciso II, artigo 4º, da Resolução CMN 3.451/2007), absorveu a maior parte dos recursos liberados aos agentes financeiros (33,38%), fato que pode ter contribuído para que ocorresse um menor número de financiamentos.

Medidas de estímulo à contratação das linhas de financiamento do Funcafé foram tomadas em 2009, como exemplo, a prorrogação do vencimento das operações de estocagem de café, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN através da Resolução nº 3.665, de 17/12/2009, o reescalonamento das operações de custeio e colheita de café, conforme as Resoluções nº 3.682, de 29/1/2009 e nº 3.785, de 16/9/2009, do CMN, e a redução dos juros para a contratação das operações com recursos do Fundo, de 7,5% para 6,75% ao ano, através da Resolução CMN nº 3.805, de 28/10/2009.

ANEXOS

PROGRAMA – 0350 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA UG: 130137 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Anexo I

Demonstrativo das receitas arrecadadas até 31.12.2009

Em R\$														
MESES	Arrecadação das receitas próprias													
	150	180	180	180	150	180	150	180	150-DIV. ATIVA					
	ALUGUEIS	RENDIMENTOS TAXA SELIC JUNTO AOS BANCOS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS CTU	JUROS DE EMPRESTIMOS	MULTAS E JUROS	RESTITUIÇÃO DE CONVENIOS DO EXERC. ANTERIOR	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DO EXERC. ANTERIOR	ALIENAÇÃO DE ESTOQUE	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	DÍVIDA ATIVA POR MEIO DE DARF	DEDUÇÕES E AJUSTES	RECEITA TOTAL	ANULAÇÃO DE DESPESA	TOTAIS GERAIS E PARCIAIS
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l=n-m)	(m)	(n)	
JAN	9.002,88	17.832.429,08	1.554.187,44	41.969.020,10	-	146,33	12,37	8.658,26	601.571.803,19	-	-	662.945.259,65	-	662.945.259,65
FEV	7.898,48	5.284.356,45	7.259.489,06	3.130.808,68	-	30.217,25	23.515,70	-	82.695.743,21	-	12.775,92	98.419.252,91	-	98.419.252,91
MAR	7.578,48	2.951.566,18	6.561.360,29	5.600.332,00	-	22.654,57	-	-	92.888.840,53	-	-	108.032.332,05	-	108.032.332,05
ABR	2.285,92	21.929.104,72	7.382.281,99	9.497.040,58	-	-	-	-	326.505.643,85	78.107,46	2.872,90	365.391.591,62	-	365.391.591,62
MAI	11.629,56	8.283.740,15	11.157.825,12	10.005.469,59	-	559,66	-	-	204.991.564,76	-	14.939,83	234.435.849,01	-	234.435.849,01
JUN	5.535,64	1.336.089,53	9.603.262,64	5.131.245,91	-	2.559,11	-	-	86.366.314,16	-	-	102.445.006,99	-	102.445.006,99
JUL	5.227,64	1.650.676,17	5.695.117,84	2.088.957,50	-	50.428,65	-	-	34.318.251,34	-	23.171,69	43.785.487,45	-	43.785.487,45
AGO	2.222,92	1.347.739,64	4.212.687,76	1.612.098,76	-	55.620,62	-	-	23.560.775,52	-	-	30.791.145,22	-	30.791.145,22
SET	-	896.271,36	3.267.801,91	2.986.534,79	26.358,86	94.138,80	-	-	34.263.189,62	1.009,77	918.462,06	40.616.843,05	-	40.616.843,05
OUT	-	2.940.571,32	3.488.534,81	2.918.825,86	-	-	-	-	34.724.909,78	33.774,56	30.682.634,35	74.789.250,68	50.220.007,49	125.009.258,17
NOV	-	980.532,27	3.517.472,65	5.830.399,24	-	-	-	-	73.581.141,82	270,75	(30.682.634,35)	53.227.182,38	3.738.884,00	56.966.066,38
DEZ	-	1.077.378,73	2.319.558,60	10.598.702,24	-	-	-	57.384,55	150.826.725,10	4.194.560,30	-	169.074.309,52	-	169.074.309,52
FTE 150	51.381,52	-	-	-	26.358,86	-	-	-	-	4.307.722,84	-	4.385.463,22	-	4.385.463,22
FTE 180	-	66.510.455,60	66.019.580,11	101.369.435,25	-	256.324,99	23.528,07	66.042,81	1.746.294.902,88	-	972.222,40	1.979.568.047,31	53.958.891,49	2.033.526.938,80
FTE 182	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrecadada	51.381,52	66.510.455,60	66.019.580,11	101.369.435,25	26.358,86	256.324,99	23.528,07	66.042,81	1.746.294.902,88	4.307.722,84	972.222,40	1.983.953.510,53	53.958.891,49	2.037.912.402,02

Fonte: SPAE/DCAF/Funcafé

4.1.3.1.1.00.0	ALUGUEIS
4.1.3.2.5.00.0	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS
4.1.6.0.0.02.0	JUROS DE EMPRESTIMOS
4.1.9.1.8.99.0	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA
4.1.9.2.2.01.0	RESTITUICOES DE CONVENIOS
4.1.9.2.2.07.0	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERCIO ANTERIOR
4.2.2.1.2.09.0	ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFÉ
4.2.3.0.0.70.0	AMORTIZACOES DE CONTRATOS
4.2.5.6.0.00.0	RECEITA DIV ATIVA ALIENACAO ESTOQUES

ANEXO II

PROGRAMA 0350-DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA UG: 130.137 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas até 31-12-2008

Arrecadação das receitas próprias												
	150	180	180	180	150	182	150	150	180	150 - Dívida Ativa		
Meses	Aluguéis	Rendimentos Taxa Selic junto aos Bancos	Aplicações Financeiras CTU	Juros de empréstimos	Serviços de armazenagem	Restituição de convênios exercício anterior	Restituição de despesas do exercício anterior	Alienação de estoque	Amortização de empréstimos	Dívida Ativa por meio de DARF	Deduções e ajustes	Totais parciais e gerais
Janeiro	274.849,36	2.489.703,25	7.107.004,08	12.261.681,65	250,00	848.300,85	155,81	30.724.018,97	177.590.600,83	-	(565.533,90)	230.731.030,90
Fevereiro	244.695,78	2.049.755,82	8.639.156,80	4.010.000,43	240,00	282,10	-	19.744.212,01	67.813.017,05	1.605,36	(28.468,18)	102.474.497,17
Março	228.590,76	14.217.307,85	10.656.261,73	11.164.421,16	7.489,00	56.602,65	-	13.758.508,08	256.889.833,61	2.408,04	(132.971,70)	306.848.451,18
Abril	334.189,86	594.039,01	12.216.992,49	10.652.713,24	5.704,00	33.224,65	387,23	4.075.435,13	123.748.823,61	-	(23.879,11)	151.637.630,11
Mai	331.608,02	9.098.785,01	14.948.700,01	21.770.381,15	500,00	1.788,43	-	3.000.667,26	345.996.786,85	-	-	395.149.216,73
Junho	332.765,64	701.806,99	13.477.258,78	4.152.236,27	-	81.039,56	-	492.462,55	14.564.151,73	-	-	33.801.721,52
Julho	334.451,51	2.101.577,67	8.287.505,36	1.473.272,10	-	117.836,42	-	541.628,97	7.998.574,50	-	-	20.854.846,53
Agosto	262.025,68	4.985.707,61	8.408.176,66	2.681.199,85	-	4.800,00	-	299.060,53	22.237.728,68	-	(3.949.189,68)	42.827.888,69
Setembro	259.501,15	1.731.822,51	5.805.840,51	3.779.815,04	-	717,68	-	82.978,17	49.465.854,46	-	-	61.126.529,52
Outubro	257.768,42	5.323.972,99	3.807.680,90	7.973.328,98	-	-	-	7.917,47	53.289.268,97	-	(3.323.835,98)	70.659.937,73
Novembro	270.857,20	3.893.530,72	4.001.771,60	9.365.130,58	-	-	-	8.525,89	48.700.831,12	-	(2.956.038,96)	69.196.686,07
Dezembro	5.434,56	1.583.863,99	3.889.434,74	7.083.675,56	-	-	-	101.973,89	109.800.445,65	-	(2.855.068,51)	125.319.896,90
Fonte 150	3.136.737,94	-	-	-	14.183,00	-	543,04	72.837.388,92	-	4.013,40	(13.834.986,02)	62.157.880,28
Fonte 180	-	48.771.873,42	101.245.783,66	96.367.856,01	-	-	-	-	1.278.095.917,06	-	-	1.524.481.430,15
Fonte 182	-	-	-	-	-	1.144.592,34	-	-	-	-	-	1.144.592,34
Arrecadadas	3.136.737,94	48.771.873,42	101.245.783,66	96.367.856,01	14.183,00	1.144.592,34	543,04	72.837.388,92	1.278.095.917,06	4.013,40	(13.834.986,02)	1.587.783.902,77
Fonte: Funcafé/DCAF										Superávit	Fonte 380 (Exerc. anterior)	454.556.630,00
										Total		647.048.630,00
										Total geral		2.234.832.532,77

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS DO FUNCAFÉ - POSIÇÃO EM 31.12.2009

AÇÕES	PTRES	FONTE	GRUPO	LOA - 2008	CANC. LOA/2008	LOA/2008 - CANCELAMENTO	LIMITE DE EMPENHO AUTORIZADO	SALDO DE LIMITE A AUTORIZAR	TOTAL EMPENHADO	SALDO DE LIMITE AUTORIZADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL A LIQUIDAR	TOTAL PAGO	TOTAL A PAGAR
							(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	(Até 31.12.09)	
							(D)	(E=C-D)	(F)	(G=D-F)	(H)	(I=F-H)	(J)	(K=H-J)
				(A)	(B)	(C=A-B)	(D)	(E=C-D)	(F)	(G=D-F)	(H)	(I=F-H)	(J)	(K=H-J)
GAPCAFÉ - CONAB	1596	180-NCA	CUSTEIO	929.024,13	0,00	929.024,13	929.024,13	0,00	929.024,13	0,00	929.024,13	0,00	929.024,13	0,00
GAPCAFÉ-EMBRAPA	1596	180-NCA	CUSTEIO	200.000,00	0,00	200.000,00	175.000,00	25.000,00	145.707,77	29.292,23	145.707,77	0,00	139.497,77	6.210,00
GAPCAFÉ	1596	180-NCA	CUSTEIO	4.569.452,87	0,00	4.569.452,87	717.597,02	3.851.855,85	709.766,35	7.830,67	709.766,35	0,00	369.533,59	340.232,76
GAPCAFÉ	1596	180-NIA	INVEST.	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPCAFÉ	1597	180-NCA	CUSTEIO	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	114.100,00	885.900,00	114.100,00	0,00	114.100,00	0,00	114.100,00	0,00
PUBLICAFÉ	1598	180-NCA	CUSTEIO	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	4.993.504,51	6.495,49
PESQUISA - EMBRAPA	1600	180-NCA	CUSTEIO	11.273.592,00	0,00	11.273.592,00	5.977.840,36	5.295.751,64	5.585.124,51	392.715,85	5.585.124,51	0,00	1.785.648,01	3.799.476,50
PESQUISA - FUNPROCAFÉ	1600	180-NCA	CUSTEIO	999.500,00	0,00	999.500,00	999.500,00	0,00	999.500,00	0,00	999.500,00	0,00	670.500,00	329.000,00
PESQUISA-SEAB-PR	1600	180-NCA	CUSTEIO	633.040,00	0,00	633.040,00	633.040,00	0,00	633.040,00	0,00	633.040,00	0,00	633.040,00	0,00
PESQUISA - CNPQ	1600	180-NCA	CUSTEIO	400.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00
PESQUISA - EMBRAPA	1600	180-NIA	INVEST.	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.595.000,00	405.000,00	1.317.975,25	277.024,75	1.317.975,25	0,00	371.749,68	946.225,57
ESTOQUE	1601	180-NCA	CUSTEIO	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	3.990.435,88	9.564,12	3.990.435,88	0,00	3.393.697,08	596.738,80
REMUNERAÇÃO	1602	180-NCA	CUSTEIO	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCAFEX1	20863	180-NCA	CUSTEIO	10.000.000,00	1.021.914,00	8.978.086,00	2.171.999,57	6.806.086,43	2.171.999,57	0,00	2.171.999,57	0,00	2.171.999,57	0,00
ANEXO I				41.304.609,00	1.021.914,00	40.282.695,00	22.713.101,08	17.569.593,92	21.996.673,46	716.427,62	21.996.673,46	0,00	15.972.294,34	6.024.379,12
GAPCAFÉ	1596	150-NCB	CUSTEIO	20.240,00	0,00	20.240,00	13.224,37	7.015,63	13.224,37	0,00	13.224,37	0,00	9.150,21	4.074,16
ANEXO II				20.240,00	0,00	20.240,00	13.224,37	7.015,63	13.224,37	0,00	13.224,37	0,00	9.150,21	4.074,16
TOTAL I				41.324.849,00	1.021.914,00	40.302.935,00	22.726.325,45	17.576.609,55	22.009.897,83	716.427,62	22.009.897,83	0,00	15.981.444,55	6.028.453,28
EQUALIZA09	024570	150-NCB	CUSTEIO	59.859.000,00	0,00	59.859.000,00	59.859.000,00	0,00	0,00	59.859.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUALIZA09	024570	180-NCA	CUSTEIO	70.141.000,00	0,00	70.141.000,00	70.141.000,00	0,00	56.320.854,37	13.820.145,63	56.320.854,37	0,00	51.911.487,37	4.409.367,00
SUBTOTAL				130.000.000,00	0,00	130.000.000,00	130.000.000,00	0,00	56.320.854,37	73.679.145,63	56.320.854,37	0,00	51.911.487,37	4.409.367,00
FINANCIAMENTOS	1595	180	INV. FIN.	2.672.897.118,00	300.000.000,00	2.372.897.118,00	2.372.897.118,00	0,00	1.697.477.319,99	133.538.145,63	1.697.477.319,99	0,00	1.648.835.785,99	48.641.534,00
SUBTOTAL				2.672.897.118,00	300.000.000,00	2.372.897.118,00	2.372.897.118,00	0,00	1.697.477.319,99	133.538.145,63	1.697.477.319,99	0,00	1.648.835.785,99	48.641.534,00
TOTAL II				2.802.897.118,00	300.000.000,00	2.502.897.118,00	2.502.897.118,00	0,00	1.753.798.174,36	207.217.291,26	1.753.798.174,36	0,00	1.700.747.273,36	53.050.901,00
TOTAL GERAL (Total I+II)				2.844.221.967,00	301.021.914,00	2.543.200.053,00	2.525.623.443,45	17.576.609,55	1.775.808.072,19	207.933.718,88	1.775.808.072,19	0,00	1.716.728.717,91	59.079.354,28

Fonte: SPAE/DCAF/Funcaf 

ANEXO IV
Demonstrativo das Despesas Realizadas até 31-12-2008

Ações	PTRES	Fonte	LOA - 2008	Limite autorizado	Total empenhado	Total liquidado	Total a liquidar	Saldo limite autorizado	Saldo de limite a autorizar	Total pago	Total a pagar
			(A)	(B)	(C)	(D)	(E=C-D)	(F=B-C)	(G=A-B)	(H)	(I=D-H)
GAP/CAFÉ	1596	180-CA	435.129,04	426.596,53	325.645,64	325.645,64	0,00	100.950,89	8.532,51	324.140,99	1.504,65
GAP/CAFÉ	1596	180- IA	100.000,00	77.374,10	68.532,68	68.532,68	0,00	8.841,42	22.625,90	68.532,68	0,00
GAP/CAFÉ/CONAB	1596	180-CA	924.870,96	924.870,96	924.870,96	924.870,96	0,00	0,00	0,00	924.870,96	0,00
CAPCAFÉ	1597	180-CA	300.000,00	297.570,00	97.570,00	97.570,00	0,00	200.000,00	2.430,00	97.570,00	0,00
PUBLICAFÉ	1598	180-CA	6.400.000,00	6.275.988,00	6.275.988,00	6.275.988,00	0,00	0,00	124.012,00	786.312,79	5.489.675,21
PESQUISA/EMBRAPA	1600	180-CA	8.248.397,00	7.930.946,11	7.930.946,11	7.926.564,24	4.381,87	0,00	317.450,89	7.442.043,58	484.520,66
PESQUISA /EMBRAPA	1600	180- IA	1.000.000,00	1.000.000,00	999.852,44	999.852,44	0,00	147,56	0,00	373.350,42	626.502,02
PESQUISA /CNPQ	1600	180-CA	400.000,00	400.000,00	399.999,99	399.999,99	0,00	0,01	0,00	0,00	399.999,99
ESTOQUE	1601	180-CA	6.458.500,40	6.399.056,64	6.399.056,64	6.399.056,64	0,00	0,00	59.443,76	6.215.138,55	183.918,09
ESTOQUE/CONAB	1601	180-CA	33.267,60	33.267,60	33.267,60	33.267,60	0,00	0,00	0,00	33.267,60	0,00
REMUNERAÇÃO	1602	180-CA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
PROCAFEX 1	20863	180-CA	4.000.000,00	1.230.589,57	1.230.589,57	1.230.589,57	0,00	0,00	2.769.410,43	411.600,00	818.989,57
Anexo I			28.500.165,00	24.996.259,51	24.686.319,63	24.681.937,76	4.381,87	309.939,88	3.503.905,49	16.676.827,57	8.005.110,19
GAPCAFÉ	1596	150-CB	1.202.990,52	462.956,73	462.956,73	462.956,73	0,00	0,00	740.033,79	406.798,05	56.158,68
GAPCAFÉ/CONAB	1596	150-CB	400.253,48	400.253,48	400.253,48	400.253,48	0,00	0,00	0,00	400.253,48	0,00
ESTOQUE	1601	150-CB	808.233,00	245.162,57	245.162,57	245.162,57	0,00	0,00	563.070,43	151.693,51	93.469,06
ESTOQUE/CONAB	1601	150-CB	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
CONTRIB. À OIC	1599	180-CA	1.500.000,00	1.063.164,61	1.063.164,61	1.063.164,61	0,00	0,00	436.835,39	1.063.164,61	0,00
Anexo II			3.971.477,00	2.231.537,39	2.231.537,39	2.231.537,39	0,00	0,00	1.739.939,61	2.081.909,65	149.627,74
PESQUISA/EMBRAPA	1600	182-CA	189.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.504,00	0,00	0,00
Anexo III			189.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.504,00	0,00	0,00
Reserva de contingência			7.342.909,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.342.909,00	0,00	0,00
Total I (Anexos I+II+III+IV)			40.004.055,00	27.227.796,90	26.917.857,02	26.913.475,15	4.381,87	309.939,88	12.776.258,10	18.758.737,22	8.154.737,93
FINANCIAMENTOS	1595	150	120.000.000,00	120.000.000,00	50.008.000,00	50.008.000,00	0,00	69.992.000,00	0,00	50.008.000,00	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	180	1.674.792.937,00	1.532.951.370,00	1.491.337.860,94	1.491.337.860,94	0,00	41.613.509,06	141.841.567,00	1.491.337.860,94	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	350	192.492.000,00	192.492.000,00	192.492.000,00	192.492.000,00	0,00	0,00	0,00	192.492.000,00	0,00
FINANCIAMENTOS	1595	380	454.556.630,00	454.556.630,00	454.556.630,00	454.556.630,00	0,00	0,00	0,00	454.556.630,00	0,00
Subtotal			2.441.841.567,00	2.300.000.000,00	2.188.394.490,94	2.188.394.490,94	0,00	111.605.509,06	141.841.567,00	2.188.394.490,94	0,00

EQUALIZA06	13834	150	80.000.000,00	80.000.000,00	24.718.594,28	24.718.594,28	0,00	55.281.405,72	0,00	23.678.828,49	1.039.765,79
Subtotal			80.000.000,00	80.000.000,00	24.718.594,28	24.718.594,28	0,00	55.281.405,72	283.683.134,00	23.678.828,49	1.039.765,79
Total II			2.521.841.567,00	2.380.000.000,00	2.213.113.085,22	2.213.113.085,22	0,00	166.886.914,78	425.524.701,00	2.212.073.319,43	1.039.765,79
Total geral (Total I+II)			2.561.845.622,00	2.407.227.796,90	2.240.030.942,24	2.240.026.560,37	4.381,87	167.196.854,66	438.300.959,10	2.230.832.056,65	9.194.503,72
Fonte: SPAE/DCAF/FUNCAFÉ											